

CADERNO
DA GESTÃO
ESCOLAR
PARA
EQUIDADE

Um guia para fortalecer
os marcos de promoção
da equidade racial no
contexto escolar

Julho 2021



**INSTITUTO
UNIBANCO**



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 Apresentação	05
CAPÍTULO 2 Agenda pró-equidade racial na educação	07
CAPÍTULO 3 O papel da gestão escolar na educação para as relações étnico-raciais	11
CAPÍTULO 4 Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: atribuições às unidades de ensino	17
CAPÍTULO 5 Autoavaliação da Gestão Escolar para Equidade	21
CAPÍTULO 6 As orientações e sugestões de boas práticas	27
CAPÍTULO 7 Boas práticas	71

Apresentação

Olá, gestor (a)

Seja bem-vindo ao Caderno da Gestão Escolar para Equidade. Esta publicação pretende ser um guia para fortalecer os marcos legais de promoção da equidade racial no contexto escolar e tem como objetivo fornecer um repertório teórico e de práticas que dialoguem com o debate das relações étnico-raciais no país.

Como sabemos, a desigualdade entre negros e brancos no Brasil é amplamente discutida pelos movimentos sociais e organismos internacionais e nacionais e foco de importantes pesquisas socioeconômicas desde o início do século 20. Uma das soluções propostas nesse debate gira em torno da educação, para que as desigualdades raciais sejam reduzidas.

Nós, do Instituto Unibanco, acreditamos que a gestão é força vital para garantir que todos e todas aprendam, no tempo esperado, com a idade adequada. Consideramos, portanto, que uma gestão escolar atenta, ativa e participativa é capaz de, a partir do reconhecimento das diferenças e das desigualdades existentes na escola, principalmente as raciais, planejar, executar e monitorar medidas de equidade para criar condições mais igualitárias de aprendizagem e, ao mesmo tempo, valorizar a diversidade.

Em outras palavras, nosso convite é para que a gestão escolar se comprometa e se engaje para a redefinição das relações étnico-raciais entre estudantes, e entre estudantes e professores, por meio do reconhecimento, sobretudo pelos jovens negros e pelas jovens negras, de sua origem, história e cultura nos conteúdos curriculares e nos processos de ensino-aprendizagem.

Reconhecemos, assim, a importância dos marcos legais para a promoção da equidade étnico-racial da área da educação, com destaque para a Lei 10.639/03, que altera os parágrafos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96) e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.

Para que possa auxiliar as escolas nessa reflexão, convidamos você a conhecer um pouco desse debate e dos marcos legais existentes, realizar um diagnóstico sobre a temática no âmbito da gestão e implementar ações que possam contribuir com o fortalecimento dessa discussão no espaço escolar. Este material tem como objetivo ajudar você nessa tarefa.

Boa leitura!

Agenda pró-equidade racial na educação

Agora que você compreendeu a proposta deste material, vamos compartilhar a seguir os caminhos que foram necessários para estabelecer uma agenda pró-equidade racial na educação.

1

A Lei 10.639/03, que altera os parágrafos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96) e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de Educação Básica.

2

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

3

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2008).

Esse percurso da agenda pró-equidade na educação parte dos seguintes princípios:

- que o racismo e a invisibilidade de grupos étnico-raciais historicamente discriminados se configuram como um obstáculo para a garantia do direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas;
- que não existe educação de qualidade com desigualdades;
- que a cultura escolar impacta na permanência e no desempenho dos estudantes;
- que a participação da comunidade escolar é fundamental para a sustentação da mudança de paradigmas proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- que a educação é uma área estratégica para a formação cidadã e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade mais justa;

- que a educação oferece mobilidade social;
- que, para avançar, é preciso ter a equidade como dimensão da gestão escolar.

Em outras palavras, compreendemos que discutir educação para as relações étnico-raciais é possibilitar que pessoas envolvidas no processo educativo reflitam sobre: 1) como cidadãos negros, brancos, indígenas, asiáticos – e provenientes de diferentes grupos étnicos – se relacionam no cotidiano; 2) como as desigualdades são produzidas e reproduzidas; 3) a importância do respeito às diferenças; e 4) o exercício da alteridade.

Acreditamos que essa reflexão ajuda os cidadãos a compreender e situar os fenômenos ao longo da história e a se reposicionar na construção de uma sociedade que respeite e valorize todas e todos. O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é uma chave para a valorização e o reconhecimento da participação e das contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a humanidade, deslocando-os para o lugar de sujeitos.

Contudo, a pesquisa nacional Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva de Lei 10.639/2003, coordenada pelo Programa de Ações Afirmativas da UFMG e financiada pela SECADI e pela UNESCO Brasil, revelou que parte considerável das ações pró-equidade racial na educação é protagonizada por atores isolados e pouco institucionalizada.

É importante destacar que os movimentos antirracistas reconhecem que houve mudanças no plano legal, mas o Estado não investiu recursos suficientes para possibilitar uma mudança na estrutura educacional e na cultura curricular. O Brasil tem hoje uma legislação avançada no que se refere à educação para as relações étnico-raciais, mas não um suporte com capital humano e financeiro que garanta sua execução conforme as reivindicações da sociedade civil e as orientações técnicas de especialistas da área.

Diante disso, um dos desafios é pensar estratégias que elevem a temática a um lugar “não marginal”, articulando-a com as políticas educacionais mais abrangentes – do nível micro para o nível macro. É fundamental que a gestão escolar reflita sobre as diferenças e a relação com as desigualdades. O imaginário social brasileiro despolitiza a questão das diferenças ao colocá-la no plano do encontro harmônico, no qual prevalece a ideia de que todos convivem bem em sociedade.

Para que seja possível utilizar este Caderno da Gestão Escolar para Equidade, é necessário que os profissionais e gestores da educação reconheçam que somos iguais biologicamente, mas não socialmente. Isso signifi-

ca compreender que as diferenças são hierarquizadas e algumas podem gerar desigualdades que persistem historicamente em nosso país, evidenciadas nos dados de campos diversos, como trabalho, renda, educação, crime e participação política. Essa reflexão evita a personificação do debate e a terceirização da responsabilidade: “mas eu não sou racista”, “meus alunos são tratados todos como iguais”, “é o próprio negro que se discrimina”, etc.

“Nada é mais desigual do que tratar todos igualmente”

Hélio Santos, Baobá
Fundo para Equidade Racial

Esse é o primeiro desafio para quem se compromete e trabalha com essa temática. O segundo surge quando o cenário desigual exige elaboração de políticas públicas para a promoção da equidade racial, mas sujeitos envolvidos no processo, que até reconhecem o racismo como um problema social, posicionam-se contra a adoção de projetos de intervenção, ações afirmativas, a alteração de currículo, a contestação de obras de cunho racista, etc.

Diante disso, nosso convite é para que grupos étnico-raciais que não sofrem discriminação e preconceito se responsabilizem e se posicionem em relação ao racismo brasileiro, compreendendo que a problemática racial é de todos que compõem a sociedade, não apenas da população negra.

Nesse sentido, preparamos este caderno com o objetivo de fortalecer a agenda pró-equidade através dos marcos legais, que apesar de 18 anos de implementação, ainda apresenta baixa institucionalidade. Temos certeza de que o debate sobre as relações étnico-raciais não passa apenas por reconhecer a existência do racismo, mas também por uma disputa e mudança de imaginário. A Lei 10.639, suas diretrizes e o plano são importantes caminhos para chegar lá.



AQUI
VOCÊ TEM
VEZ E VOZ
#VezeVoz

participar so saposi
individual
e atual
outras resor

PRÁTICA

O que

de Conversa Quinzenal

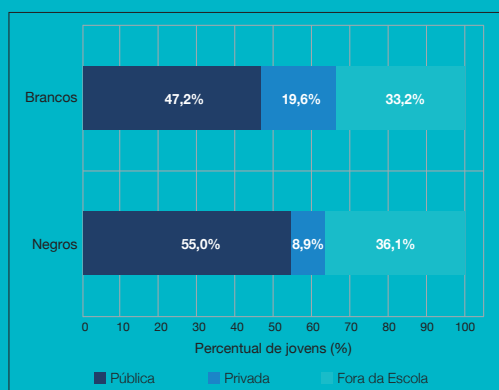
O papel da gestão escolar na educação para as relações étnico-raciais

Como você já sabe, o Circuito de Gestão é um método com foco em garantir a melhoria da aprendizagem de todos (as) os (as) estudantes. As desigualdades educacionais são reflexos do contexto socioeconômico no qual as pessoas estão inseridas, e a cor/raça é uma das características pessoais que carregam consigo uma bagagem histórica de discriminações relacionadas a esse contexto. Nesse sentido, a gestão escolar tem um papel estratégico para a promoção da equidade racial na educação, juntamente com outras instâncias da secretaria da rede de ensino.

Nossa expectativa é que a gestão escolar, através da utilização de indicadores para o desenvolvimento de análises e diagnósticos, possa identificar melhor o cenário da desigualdade educacional entre estudantes negros e brancos, bem com outras desigualdades relacionadas a gênero, renda e orientação sexual, ao longo do processo de implementação do Circuito de Gestão na sua unidade escolar.

Agora mostraremos alguns dados¹ referentes ao roteiro de análise integrada em relação à desigualdade racial do Observatório de Educação do Instituto Unibanco.

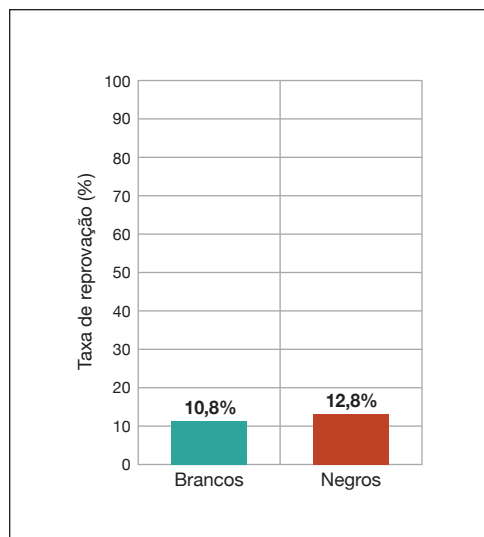
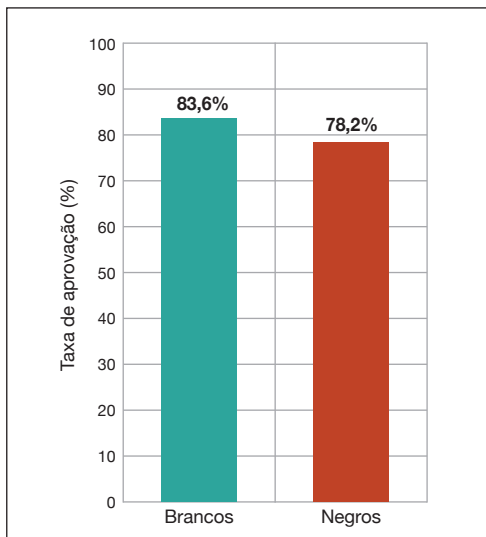
Quando olhamos para a diferença no acesso à educação de brancos e negros na faixa de 14 a 17 anos, a idade correta para frequentar o Ensino Médio, temos o seguinte quadro:



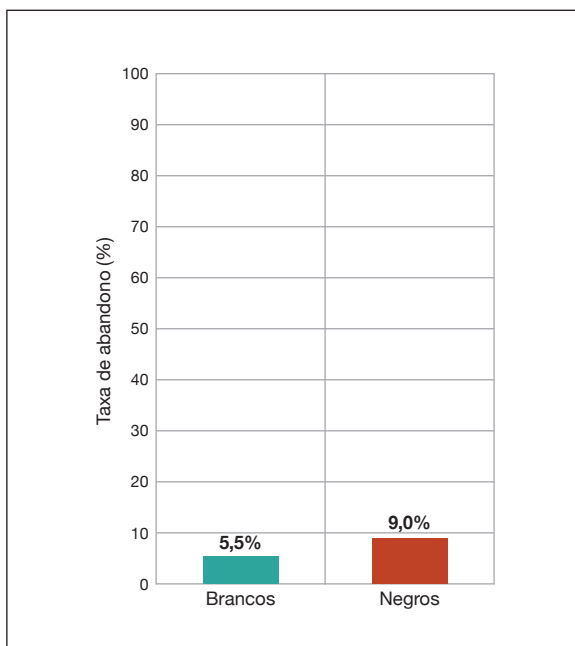
1. Os dados referentes à desigualdade racial entre estudantes brancos e negros apresentados neste capítulo são do período anterior a pandemia da COVID-19.

O cenário ideal é aquele em que 100% dos jovens com até 17 anos frequentem a escola e que o acesso seja semelhante, independentemente da raça/cor da população.

Quando analisamos o rendimento escolar, as desigualdades permanecem em relação à aprovação e reprovação. A situação almejada no processo de ensino-aprendizagem é que as taxas de jovens brancos e negros caminhem juntas em uma trajetória crescente.



Enquanto a aprovação indica o sucesso escolar na conclusão do ano letivo e a reprovação o fracasso, o abandono é a desistência do aluno de continuar os estudos. A taxa de abandono indica a proporção de estudantes que deixaram a escola antes da conclusão do ano letivo. É importante destacar que a decisão de desistir da escola relaciona-se tanto ao contexto escolar quanto ao contexto pessoal e familiar do estudante. Assim como nos dois indicadores de rendimento, o percentual dessa taxa entre jovens negros e brancos é desigual.



Chegamos agora a uma das principais consequências da falta de acesso à escola, das reprovações e do abandono: o atraso escolar. Esse atraso é medido pela taxa de distorção idade-série, que é a parcela de alunos com dois anos ou mais de atraso em relação à idade ideal de frequentar a etapa de ensino. Esse indicador também é multicausal e, nesse sentido, a análise do gestor vai além dos limites da escola, através de uma observação do contexto socioeconômico e familiar em que os alunos vivem; questões de renda e trabalho são fatores que influenciam. Se um aluno for reprovado ou abandonar a escola e voltar em períodos seguintes, ele não terá mais a idade correta para frequentar a série.

A desigualdade entre jovens negros e brancos persiste e amplia o abismo cor/raça. Se a discussão for interseccional, isto é, relacionar raça e gênero, as desigualdades se apresentarão de maneiras distintas para o grupo de jovens negras e jovens negros.

Sabemos que não há um caminho único para enfrentar tantos desafios educacionais². Mas pretendemos, com este material, oferecer um roteiro para promover o debate étnico-racial de forma propositiva na sua escola.

.....

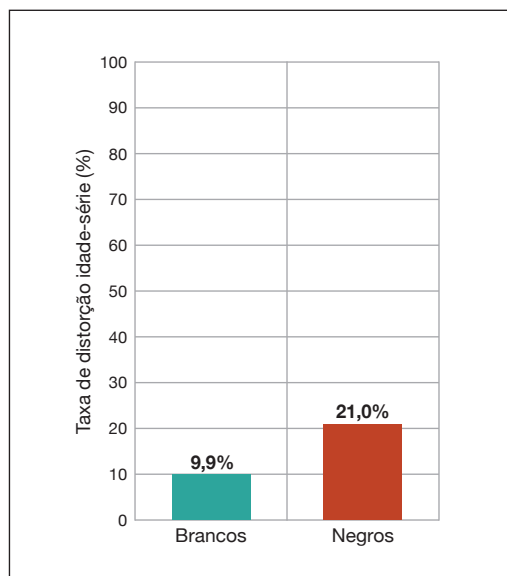
2. Os desafios educacionais foram agravados com a pandemia da COVID-19. Seus efeitos estão sendo experienciados e produzem desigualdades de modos diferentes considerando os grupos raciais e sociais que compõem o país e grupos menos favorecidos que já enfrentavam desigualdades no cenário pré-pandemia enfrentam ainda mais. Diante desse quadro, a escola, juntamente com outras instâncias e políticas, vão precisar unir esforços para lidar com a diversidade das consequências desse contexto.

A apropriação das discussões relacionadas ao percurso histórico da agenda racial e os principais marcos legais sobre a temática étnico-racial, a realização de diagnóstico com base em evidências quantitativas e qualitativas, que visem reduzir as desigualdades raciais e gerar maior pertencimento e reconhecimento identitário da juventude negra no espaço escolar, podem ser um caminho.

O que temos observado a partir das nossas experiências com formação para gestores escolares e secretarias, e também com a implementação de dois editais Gestão Escolar para Equidade: Juventude Negra, é que os processos de avaliação da implementação da temática étnico-racial apontam que os projetos desenvolvidos

são encabeçados por iniciativa individual de profissionais da educação, os quais dificilmente conseguem articulá-los com outras disciplinas, além de enfrentar, em muitos casos, o isolamento por parte dos colegas que personificam o debate. Quando a escola trabalha de maneira ampla e irrestrita com esse debate, isso se dá porque a gestão exerce um importante papel de articulação.

Além do compromisso com a temática, a compreensão dos gestores sobre a dimensão da educação para as relações étnico-raciais é fundamental para identificar problemas relacionados ao racismo na escola e no território e, assim, traçar estratégias locais que contribuam para a superação das desigualdades. Esperamos contribuir para seu trabalho em relação a essa discussão e para a construção desse novo olhar sobre os sujeitos e a comunidade escolar com a qual trabalha.





Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: atribuições às unidades de ensino

Esperamos que os conteúdos do caderno até aqui estejam contribuindo para ampliar o seu repertório a respeito da agenda pró-equidade racial no contexto escolar.

Agora vamos conversar um pouco sobre o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2008). O documento está dividido em seis eixos.

Para que as instituições de ensino possam tratar de forma adequada as temáticas da educação para as relações étnico-raciais e da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é preciso elaborar estratégias que envolvam toda a estrutura educacional. Para cada um dos eixos, são atribuídos papéis que envolvem diferentes instâncias e facilitam o processo de institucionalização da política, pois, como apontamos, as desigualdades raciais envolvem outras variáveis e a articulação de políticas públicas. Apresentaremos abaixo aqueles que dizem respeito às unidades educacionais.

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Este eixo fala da importância de a gestão e os educadores das unidades educacionais conhecerem as leis 10.639/03 e 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Os conhecimentos sobre esses marcos legais devem ser aprofundados em reuniões pedagógicas e devem se refletir nos documentos que orientam as ações pedagógicas da escola. Nesse sentido, o Plano Nacional aponta que as escolas devem:

- conhecer e divulgar o conteúdo das diretrizes que orientam a implementação dessas leis;
- responder em tempo hábil às pesquisas e levantamentos sobre a temática;
- estudar e difundir os conteúdos da Resolução 01/2004 e do Parecer 03/2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA GESTORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O currículo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e os planos de aula de aula devem ser revisados e alterados a fim de contemplar a inclusão da temática de forma contínua e transversal. Para isso, faz-se necessária a implementação de programas de formação dos profissionais da educação. Para avançar nesse campo, a gestão escolar tem o papel de:

- incluir a temática no planejamento da formação dos profissionais de educação da unidade;
- encaminhar solicitação ao órgão da gestão educacional ao qual esteja vinculada para a realização de formação continuada para o desenvolvimento da temática;
- estimular estudos sobre a temática, propiciando as condições necessárias para os professores – materiais, tempo e estrutura;
- garantir a inclusão da temática no PPP e nos planejamentos de cursos/matérias/disciplinas, considerando os níveis e modalidades de ensino;
- estimular a interdisciplinaridade para o fortalecimento da inclusão da temática na escola, por meio de projetos colaborativos que envolvam professores de diferentes áreas e que garantam momentos de culminância para apresentação dos resultados;
- realizar orientações durante as reuniões pedagógicas sobre a importância de se combater práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias presentes no cotidiano escolar.

POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Este eixo trata da relevância dos materiais didáticos e paradidáticos que contemplem a temática étnico-racial. O convite é que os gestores escolares orientem os docentes das diferentes disciplinas a levar em consideração a abordagem positiva/construtiva do tema – conforme as diretrizes – nos livros e materiais de apoio selecionados para uso em sala de aula. Outra forma de endossar este eixo é a pesquisa sobre fenômenos do território em que a escola está inserida, contribuindo para a produção de novas referências e a ampliação do repertório. Além das soluções encontradas no âmbito da escola, a gestão precisa:

- encaminhar a solicitação de material didático e paradidático junto ao órgão superior da gestão educacional ao qual a escola estiver subordinada, a fim de manter um acervo específico para o ensino da temática das relações étnico-raciais.

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

CONDICÕES INSTITUCIONAIS

Para garantir o trabalho contínuo dos profissionais de educação, além das demandas que ultrapassam a dimensão da unidade escolar, é preciso que os gestores escolares apontem as demandas aos órgãos superiores ao:

- encaminhar a solicitação de formação continuada ao órgão de gestão educacional ao qual a escola esteja vinculada;
- responder em tempo hábil às pesquisas e levantamentos sobre a temática;
- encaminhar a solicitação de material didático e paradidático ao órgão de gestão educacional ao qual a escola esteja vinculada com o intuito de manter um acervo específico para o ensino da temática.

5 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Para aprimorar a política de promoção da equidade racial na educação, as escolas precisam responder pesquisas e levantamentos realizados por órgãos superiores sobre o processo de implementação dos marcos legais em educação para as relações étnico-raciais, bem como preencher o quesito raça-cor que nos possibilita visualizar as desigualdades raciais na educação. A resposta sincera não prejudica as unidades de ensino, mas possibilita identificar suas demandas e assim avançar em estratégias de implementação da temática e de programas de combate às desigualdades.

Além dos resultados das pesquisas que orientam a política pública educacional, as escolas podem promover espaços de participação social para planejar, monitorar e avaliar a implementação da temática dentro das ações pedagógicas da unidade.

Para este eixo, o Plano Nacional define que as escolas devem

- Responder em tempo hábil às pesquisas e levantamentos externos sobre a temática;
- Criar instrumentos internos que possibilitem identificar as desigualdades e orientar a atuação da escola;
- Articular ações e instrumentos que permitam acompanhar a implementação.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O racismo existente na sociedade brasileira se reflete, inclusive, no conteúdo trabalhado com os alunos em sala de aula. Quando a equipe pedagógica propõe uma mudança de paradigmas, que considera a inclusão das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos, é preciso que a comunidade escolar esteja sensibilizada. Nesse sentido, a mobilização da comunidade escolar é importante para amenizar atitudes de resistência e garantir a transformação necessária.

A participação no processo de implementação desses marcos legais faz parte do aprimoramento da política, colaborando para a garantia de uma educação de qualidade que valorize os diferentes atores que compõem a comunidade escolar. Dessa forma, a escola precisa:

- mobilizar a comunidade escolar para a reformulação do projeto político pedagógico da escola conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- encaminhar aos responsáveis pela gestão municipal ou estadual de ensino as situações de preconceito, racismo e discriminação identificados na escola.



Autoavaliação da Gestão Escolar para Equidade

Com base no que já foi discutido até aqui, desenvolvemos um sistema da Gestão Escolar para Equidade racial. A proposta é proporcionar uma autoavaliação referente ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como propor caminhos possíveis de aplicação de boas práticas que visem instaurar uma educação antirracista no cotidiano das escolas.

O convite que fazemos agora é que você agregue a autoavaliação da Gestão para Equidade Racial à etapa do diagnóstico do Circuito de Gestão, caso seja possível, aprofundando ainda mais o conhecimento sobre seus estudantes em prol da melhoria dos resultados de aprendizagem.

O sistema apresenta as principais competências³ a ser desenvolvidas na implementação do plano, que devem ser avaliadas por conceitos (*consistente, regular e frágil*). Conforme o resultado alcançado em cada uma das competências é gerado um número de orientação e sugestão de boa prática para ser aplicada na escola. Abaixo, os conceitos utilizados no processo de autoavaliação.

- **Consistente** – as coisas andam bem, ou seja, atingiram o objetivo da competência. Por exemplo: “A gestão escolar tem um calendário estabelecido e faz encontros regulares para orientar e oferecer subsídios à equipe pedagógica a fim de implementar a temática”; isso quer dizer que a atuação da gestão em “Orientar a equipe pedagógica sobre a implementação da temática” está consistente. Mesmo consistente, é preciso garantir a continuidade do status por meio de atuação vigilante e regular.
- **Regular** – a escola caminhou no que se refere à competência, mas precisa melhorar. Por exemplo: “A gestão escolar às vezes realiza encontros para orientar e oferecer subsídios à equipe pedagógica a fim de implementar a temática”. Nessa situação, a atuação da gestão em “Orientar a equipe pedagógica sobre a implementação da temática” é regular porque, embora a escola tenha ações esporádicas e/ou incompletas nessa área, ainda não institucionalizou a prática.

.....
3. Para fins didáticos, não estamos usando as competências dos eixos do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na sua integralidade.

- **Frágil** – a gestão escolar não realiza esse tipo de ação ou realizou apenas uma vez, de forma pontual e assistemática/isolada. Por exemplo: “A gestão escolar não realiza encontros para orientar e oferecer subsídios à equipe pedagógica a fim de implementar a temática, mas colou a legislação no mural da escola”; ou “A gestão escolar realizou um encontro pontual para orientar e oferecer subsídios à equipe pedagógica a fim de implementar a temática, mas não voltou a tratar do assunto”. Dessa forma, a atuação da gestão é frágil porque não tratar da temática ou tratá-la de forma pontual não permite sua real institucionalização.

Para entrar no sistema da Gestão Escolar para Equidade Racial, clique no link abaixo:

<https://www.gestaoparaequidaderacial.institutounibanco.org.br/>



Olá, gestor (a)!

Seja bem-vindo ao Caderno da Gestão Escolar para Equidade. Esta publicação pretende ser um guia para fortalecer os marcos legais de promoção da equidade racial no contexto escolar e tem como objetivos fornecer um repertório teórico e de práticas que dialoguem com o debate das relações étnico-raciais no país.

Como sabemos, a desigualdade entre negres e brancos no Brasil é amplamente discutida pelos movimentos sociais e organismos internacionais e nacionais e foco de importantes pesquisas socioeconômicas desde o início da década 20. Uma das vozes propostas nesse debate gira em torno da educação, para que as desigualdades raciais sejam reduzidas. Nós, do Instituto Unibanco, acreditamos que a gestão étnico-racial para garantir que todos e todas aprendam, no tempo esperado, com a idade adequada.

Consideramos, portanto, **uma gestão escolar atenta, ativa e participativa** é capaz de, a partir do reconhecimento das diferenças e das desigualdades existentes na escola, principalmente as raciais, **diagnosticar, escutar e monitorar** medidas de equidade para criar condições mais qualizadas de aprendizagem e, ao mesmo tempo, valorizar a diversidade.



Em outras palavras,

trata-se de pensar que a escola sempre na construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade, garantindo qualidade de educação para todos e todas.

Reconhecemos, assim, a **importância dos marcos legais para a promoção da equidade étnico-racial da área da educação**, e você poderá ler mais sobre isso no Caderno de Gestão, com destaque para a Lei nº 9.393/95, que altera os parágrafos 364 e 378 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96) e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.

Para que possa auxiliar as escolas nesse trabalho, convidamos você a colaborar um pouco desse debate e dos marcos legais existentes, realizar um diagnóstico sobre a temática no âmbito da gestão e implementar ações que possam contribuir com o fortalecimento dessa discussão no espaço escolar. Este material tem como objetivo ajudar você nessa tarefa.



Faça o download do “Caderno Gestão Escolar para Equidade Racial”

FAZER DOWNLOAD



Sobre
Contato
Política de privacidade

Inscriva-se na nossa Newsletter
Email Address OK

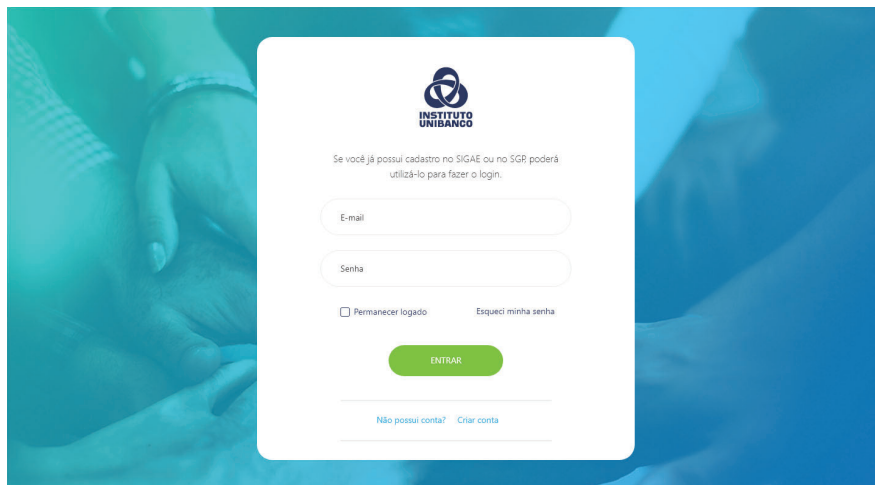
Rio de Janeiro
Rua Uruguai, 56, 1º andar
Centro-Cidade
CEP 20052-091
Tel.: (21) 250-7980

São Paulo
Av. Paulista, 2.070, 8
Edifício Consórcio Nacional
CEP 01311-300
Tel.: (11) 250-7979

© INSTITUTO UNIBANCO 2021



Para acessar, informe os dados da escola utilizados no SIGAE.



Após realizar o login, inicie o processo de autoavaliação dos seis eixos do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares de Educação para as Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



Ao concluir a sua autoavaliação, analise os resultados obtidos por eixos e competências dando maior atenção à fragilidade.

INSTITUTO UNIBANCO | GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE RACIAL | SOBRE | CONTEÚDOS DE APOIO | INICIAR ANÁLISE | Contrate | Nome

Relatório de

BAIXAR RELATÓRIO **IMPRIMIR**

Resultado Escola XYZ

Seu resultado

30% Frágil | 40% Regular | 20% Consistente

Por eixo

Eixo 1 | Eixo 2 | Eixo 3 | Eixo 4 | Eixo 5 | Eixo 6

F Frágil | **R** Regular | **C** Consistente

Veja como o seu resultado pode ser melhorado

Eixo 1 | Eixo 2 | Eixo 3 | Eixo 4 | Eixo 5 | Eixo 6

Nome do eixo: Fortalecimento do Marco Legal | Resultado do eixo: Eixo 1 **F**

COMPETÊNCIA	RESULTADO	COMO MELHORAR
A) Gestão escolar apropriada das leis 10.639/03 e 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira	C	VEJA MAIS SOBRE O SEU RESULTADO →
B) Projeto Político Pedagógico da escola reformulado conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana com	F	VEJA MAIS SOBRE O SEU RESULTADO →
C) Incorporar os conteúdos previstos nas diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e	F	VEJA MAIS SOBRE O SEU RESULTADO →

BAIXAR RELATÓRIO COMPLETO **IMPRIMIR**

INSTITUTO UNIBANCO | Sobre | Contato | Política de privacidade | Inscreva-se na nossa Newsletter | Email Address | OK

Rio de Janeiro: Rua Urquiza, 88, 1º andar | Centro de cidade | CEP 20260-091 | Tel: (21) 3214-7890

São Paulo: Av. Paulista, 2.073 C. 8 | Edifício Conjunto Nacional | CEP 01311-300 | Tel: (11) 2106-7878

© INSTITUTO UNIBANCO 2021 | in | | |

Baixe ou imprima a análise para discutir com os professores, estudantes e comunidade escolar. A partilha dos resultados obtidos em relação ao marco e a leitura das orientações em conjunto fortalecem o processo democrático e pedagógico acerca do debate racial no âmbito do Circuito de Gestão.

GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE RACIAL SOBRE CONTEÚDOS DE APOIO INICIAR ANÁLISE [Contrate](#) | [Nome](#)

← VOLTAR

EIXO 1

Fortalecimento do Marco Legal

Competência

Projeto Político Pedagógico da escola reformulado conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana com

Orientação Geral

O Projeto Político Pedagógico da escola tem maior aplicabilidade quando conhecido e apropriado pela comunidade escolar. Se a temática compõe o documento e este foi amplamente discutido com todos os atores envolvidos no processo educacional, isso significa que há maior compreensão sobre sua importância e, logo, menos resistência às novidades que ela traz para o cotidiano da escola. Sabemos que muitas abordagens desse campo ainda sofrem resistências por parte de professores, alunos, mães e pais, gestão, etc., devido ao imaginário racista existente na sociedade brasileira.

Para a temática aparecer de forma consistente no PPP não basta ser apenas citada. É preciso que o documento apresente uma concepção de como ela deve ser abordada, considerando sua

106

Antes mesmo da aprovação da Lei no 10.639/03, essa temática estava presente no cotidiano escolar, mesmo sendo pelos conflitos que ela gera e que muitas vezes foram silenciados. Em ambientes mais democráticos, refletiu, de certa forma, os documentos da escola. Nesse sentido, é sintomático que, tantos anos após a aprovação da mesma lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a educação para as relações étnico-raciais, o PPP não contemple esses tópicos. É preciso chamar todos os

Prática sugerida para o resultado da competência

Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola [VER PRÁTICA](#)

← VOLTAR PARA O RELATÓRIO

INSTITUTO UNIBANCO

Sobre [Contato](#) [Política de privacidade](#)

Inscreva-se na nossa Newsletter

Rua do Jardim, 100 - Vila Olímpia, São Paulo - SP, Brasil
 Centro de cidade
 CEP: 05408-001
 Tel: (11) 3037-7850

1505 Fiumi
 Av. Paulista, 2.071 Cx. 8
 Edifício Copinim Nacional
 CEP: 01304-900
 Tel: (11) 2024-7818

© INSTITUTO UNIBANCO 2021 [in](#) [fb](#) [tw](#) [f](#)

Para consolidar, desenvolver ou mitigar as competências avaliadas como **consistente, regular e frágil**, a escola poderá implementar as boas práticas referentes a cada uma delas. Neste material e no sistema da gestão escolar para equidade racial, é possível encontrar o detalhamento de cada uma das práticas.



As orientações e sugestões de boas práticas

Agora que você já realizou a autoavaliação referente ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é o momento de encontrar orientações, provocações e referências para planejar e agir, conforme os resultados objetivos em cada um dos eixos e práticas do sistema da gestão para equidade racial.

Após avaliar as competências como **consistente**, **regular** e **frágil**, cada resultado associado à competência tem uma orientação geral e uma orientação específica. Esta é identificada por um número de referência no sistema. Além disso, cada orientação tem indicação de uma boa prática.

Para analisar as orientações, a gestão da escola deve se debruçar principalmente nas competências que foram avaliadas com resultado **frágil** e **regular**, como já citado anteriormente.

Eixo:

FORTELECIMENTO DO MARCO LEGAL

Práticas:

a) Gestão escolar apropriada das leis 10.639/03 e 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

Orientação geral:

A partir do conhecimento amplo dos marcos legais, espera-se que todos compreendam que:

- A Lei 10.639/03 alterou a lei máxima da educação (LDB 9.394/96) ao incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos.
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são o documento que orienta a implementação da Lei nº 10.639/03 e deve ser utilizado na formação dos profissionais da educação por trazer reflexões importantes sobre a temática.
- A Lei 11.645/08 alterou novamente a lei máxima da educação (LDB 9.394/96) e incluiu a questão indígena, que não aparecia na Lei 10.639/03. Dessa forma, uma lei não substitui a outra, ambas alteram a LDB, e esta última complementa a primeira ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos.
- O Plano Nacional para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana define ações a ser cumpridas pelas esferas da federação (União, estados e municípios), universidades, núcleos de pesquisa, fóruns e conselhos e escolas. Dessa forma, as práticas elaboradas para este instrumento têm como base esse plano nacional.



Ter conhecimento sobre os marcos legais é um dos primeiros passos para implementar a temática, pois estes orientam as abordagens e os caminhos a ser percorridos pela escola para transformar o currículo e a cultura escolar. Após a gestão ter se apropriado desses instrumentos, é importante certificar-se de que toda a equipe pedagógica tem conhecimento sobre eles e enfatizar a importância de incorporá-los no trabalho em sala de aula e no cotidiano escolar. Como sugestão para ampliar as possibilidades de aprofundar os saberes sobre esses instrumentos, apresentamos a seguinte atividade:

- Espetáculo Lei 10.639/03 e Gestão para a Equidade.



Os marcos legais que orientam a implementação da educação para as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena são complementares e precisam ser compreendidos de forma articulada. Dessa forma, a gestão escolar precisa não apenas ter ideia do que tratam esses documentos, mas também conhecê-los em sua totalidade e profundidade para sua real institucionalização na unidade escolar. Como sugestão para ampliar as possibilidades de aprofundar os saberes sobre esses instrumentos, apresentamos a seguinte atividade:

- Oficina de Informação e Formação com Educadores, Funcionários e Direção da Escola.



A apropriação dos marcos legais que orientam a implementação da educação para as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena por parte dos gestores escolares é fundamental para que a prática ganhe a devida importância nos documentos que orientam as ações da escola, nas formações dos profissionais de educação e na mudança da cultura escolar. Se os gestores não se apropriarem desses instrumentos, dificilmente a temática será institucionalizada pela escola, reduzindo-se a ações isoladas e pontuais. Como sugestão para ampliar as possibilidades de aprofundar os saberes sobre esses instrumentos, apresentamos a seguinte atividade:

- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial.

Eixo:

FORTELECIMENTO DO MARCO LEGAL

Práticas:

b) Projeto Político Pedagógico da escola reformulado conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana com participação da comunidade escolar.

Orientação geral:

O Projeto Político Pedagógico da escola tem maior aplicabilidade quando conhecido e apropriado pela comunidade escolar. Se a temática compõe o documento e este foi amplamente discutido com todos os atores envolvidos no processo educacional, isso significa que há maior compreensão sobre sua importância e, logo, menos resistência às novidades que ela traz para o cotidiano da escola. Sabemos que muitas abordagens desse campo ainda sofrem resistências por parte de professores, alunos, mães e pais, gestão, etc., devido ao imaginário racista existente na sociedade brasileira.

Para a temática aparecer de forma consistente no PPP, não basta ser apenas citada. É preciso que o documento apresente uma concepção de como ela deve ser abordada, considerando sua transversalidade.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

C

Quando um dos principais documentos que orientam a ação da escola, como o PPP, integra a temática de forma ampla e abrangente, há uma importante sinalização de mudança institucional. Mas sabemos que não basta contemplar esses conteúdos apenas no documento. É preciso que a temática esteja presente nas práticas pedagógicas. Dessa forma, é preciso realizar atividades de avaliação, monitoramento e revisão com a participação de toda a comunidade escolar. Para que todos conheçam mais sobre o cotidiano da implementação do conteúdo nas ações da escola, sugerimos a seguinte atividade:

- Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e currículo.

R

Se o Projeto Político Pedagógico da sua escola apenas cita a temática sem qualquer orientação, ou se o mesmo foi construído sem diálogo e participação dos atores envolvidos no processo educacional, a situação é regular. É preciso que, além de citar a temática, a comunidade escolar possa dialogar sobre sua importância e apontar caminhos para a implementação, respeitando os respectivos marcos legais. Todos os atores que compõem a comunidade escolar precisam estar envolvidos no processo de avaliação e reescrita do PPP. Uma atividade que pode comprometer e engajar todos os atores na (re) construção do PPP é:

- Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola.

F

Antes mesmo da aprovação da Lei nº 10.639/03, essa temática estava presente no cotidiano escolar, mesmo sendo pelos conflitos que ela gera e que muitas vezes foram silenciados. Em ambientes mais democráticos, refletia, de certa forma, os documentos da escola. Nesse sentido, é sintomático que, tantos anos após a aprovação de uma lei que torna obrigatórios o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a educação para as relações étnico-raciais, o PPP não contemple esses tópicos. É preciso chamar todos os atores que compõem a comunidade escolar para avaliar e reescrever o PPP. Para promover tal engajamento, sugerimos a seguinte atividade:

- Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola.

Eixo:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Práticas:

c) Orientar e acompanhar a incorporação dos conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas propostas pedagógicas curriculares e nas salas de aula.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

Orientação geral:

Devido às diversas atividades burocráticas que são direcionadas à gestão escolar, são muitas as vezes em que este segmento é retirado da atuação no campo pedagógico – que também faz parte do seu papel profissional. No entanto, quando a gestão escolar atua como garantidora dos direitos de aprendizagem dos alunos ao acompanhar os conteúdos trabalhados em sala de aula, os documentos que orientam as ações pedagógicas têm mais efetividade. É preciso observar e ouvir diferentes atores sobre o que acontece nas aulas.

A elaboração do currículo tem como ponto de partida o diagnóstico dos saberes dos alunos sobre determinados assuntos. Quando falamos das temáticas apontadas pelos marcos legais aqui tratados, há sempre muitos estereótipos e preconceitos para desconstruir, além de possibilitar contato com um universo de saberes, histórias, tradições e contribuições fortemente invisibilizados – embora tenham tantos traços no nosso cotidiano. A atuação da equipe pedagógica de forma articulada e interdisciplinar para a institucionalização da temática na proposta pedagógica curricular torna, aos poucos, a abordagem e os estudos deste campo algo natural e, logo, parte de um todo. O tópico sai do lugar específico e pontual para a universalidade do processo formativo.

107



Quando a escola chega ao nível consistente desta competência, é importante que a gestão escolar registre as boas práticas e estimule a continuidade das ações na unidade independente do fluxo de entrada e saída de professores. Mesmo com os conteúdos previstos para este tema integrados às propostas pedagógicas curriculares, os gestores não podem deixar de monitorar e avaliar sua implementação junto à comunidade escolar. Visando ampliar o conjunto de parceiros que atuam em prol da temática na escola, a gestão pode envolver equipe pedagógica e alunos na construção do seguinte projeto:

- Visita à universidade.

R

Se os conteúdos aparecem por livre adesão de alguns profissionais, mas não são trabalhados de forma articulada entre os profissionais da mesma disciplina na proposta pedagógica curricular e não há transversalidade entre diferentes áreas, a escola tem muito o que avançar. É preciso um currículo que sirva de guarda-chuva para que a atuação de todos os educadores possa incorporar a temática. Além de receber as propostas pedagógicas curriculares, a gestão escolar precisa se apropriar dos conteúdos apresentados e monitorar a forma como se inserem em sala de aula. O acompanhamento não pode ser apenas burocrático, mas deve basear-se nos direitos de aprendizagem e no cumprimento dos marcos legais. Para isso, pode garantir que este tema esteja nos instrumentos de avaliação da escola e, além disso, realizar consultas participativas. Os alunos podem ser grandes parceiros na atuação em prol da temática. Observe a metodologia do seguinte projeto:

- Redesenho curricular.

F

Integrar essa temática na proposta pedagógica curricular não é opcional, mas indispensável desde que está regulamentada nos marcos legais. Além de ter um currículo que oriente sua implementação de forma abrangente e articulada, os profissionais da educação precisam ser acompanhados e provocados pela gestão escolar na elaboração de seus programas de ensino. A fim de cumprir o papel da gestão escolar como segmento garantidor dos direitos de aprendizagem, é preciso criar uma cultura de discussão, apropriação e efetiva implementação das propostas pedagógicas curriculares. Para isso, a gestão pode fomentar e acompanhar grupos de construção das propostas, identificar possíveis dificuldades da equipe e subsidiá-la, cobrar os docentes sobre a inclusão da temática nos instrumentos elaborados para a avaliação e realizar consultas a todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Para trazer outros atores para a tarefa de monitoramento, a escola pode adotar a seguinte metodologia:

- Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e currículo.

Eixo:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Práticas:

d) Cobrar das secretarias de Educação a existência de programas institucionais que podem contribuir para a disseminação da temática em parceria com escolas.

Orientação geral:

É preciso identificar os órgãos e coordenações aos quais a escola está submetida que podem auxiliar a unidade a aprimorar a atuação dos seus profissionais. A apresentação de solicitações às instâncias superiores colabora para aprimorar a política educacional e para garantir o acesso dos profissionais da unidade a recursos, materiais e programas específicos sobre relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

110

C

Se a escola já envia solicitações aos órgãos responsáveis pelo seu funcionamento para o fortalecimento da atuação local em prol da implementação da temática, é preciso que realize levantamentos contínuos junto aos docentes sobre as necessidades que precisam aprimorar e busque respostas a fim garantir a excelência esperada. Para subsidiar essas solicitações a escola pode implementar o seguinte modelo de intervenção:

- Concurso de Redação e Histórias em Quadrinhos.

111

R

Quando a gestão escolar não busca identificar o suporte disponível em instâncias superiores, sua unidade tem menos chances de ser atendida pelos programas existentes. Por isso, além de avaliar constantemente as condições de implementação dos marcos legais e as necessidades dos profissionais da sua unidade, a gestão deve identificar as iniciativas existentes nas instâncias superiores, cobrar suporte e influenciar as ações dos órgãos responsáveis pelo seu funcionamento na elaboração de instrumentos que fortaleçam a institucionalização da temática na escola. As avaliações costumam trazer elementos que dependem da escola, mas muitos outros estão sujeitos ao que é oferecido pelas secretarias de Educação, por exemplo, por isso precisam ser comunicados. Para subsidiar essas solicitações, a escola pode implementar o seguinte modelo de intervenção:

- Articulação Institucional.

112

F

A gestão escolar deve avaliar constantemente as condições de implementação dos marcos legais e as necessidades de seus profissionais a fim de influenciar as ações dos órgãos responsáveis pelo seu funcionamento na elaboração de instrumentos para fortalecer a institucionalização da temática. As avaliações costumam trazer elementos que dependem da escola, mas muitos outros estão sujeitos ao que é oferecido pelas secretarias de Educação, por exemplo, por isso precisam ser comunicados. Para subsidiar essas solicitações, a escola pode implementar o seguinte modelo de intervenção:

- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e 'trocas' sobre educação étnico-racial.

Eixo:

POLÍTICA PARA FORMAÇÃO DE GESTORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Práticas:

- a) Realizar orientações durante as reuniões pedagógicas sobre a importância de combater práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias presentes no cotidiano escolar.

Orientação geral:

Uma escola democrática busca a superação do racismo e das desigualdades reproduzidos em seu espaço. A gestão escolar deve compreender os diferentes campos de intervenção propostos pelas diretrizes e demais marcos legais e oferecer orientações contínuas à equipe pedagógica sobre como identificar e intervir de forma imediata e em projetos de longo prazo para a superação de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias que ainda se apresentam no cotidiano escolar.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

201

C

Mesmo quando a unidade tem uma atuação madura frente às situações de racismo, preconceito e discriminação e conseguiu ter como resultado a diminuição desses fenômenos no cotidiano escolar, é importante que seus diferentes atores tenham uma leitura crítica sobre a problemática e estejam vigilantes às formas e condições que levam à sua manifestação. A atividade sugerida a seguir contribui para a reflexão engajada dos diferentes atores em prol da manutenção de um ambiente antirracista:

- Diversidade Religiosa.

202

R

A escola tem um papel importante para a superação das desigualdades e deve adotar estratégias de intervenção em situações de racismo, preconceito e discriminação. O que se aprende a tolerar na escola tolera-se também fora dela em sociedade. Como espaço de formação de cidadãos, a postura dessa instituição tem uma importante influência sobre a mudança no imaginário social. Por isso, cumpre um papel fundamental para que o racismo, o preconceito e a discriminação não sejam elementos tolerados pela sociedade. Para politizar o debate sobre a temática, é importante que realize atividades como a seguinte:

- Racismo Institucional.

203

F

A abstenção, a indiferença e a negligência frente às situações de racismo, preconceito e discriminação se refletem sobre o direito universal à educação de todas as pessoas. Ou seja, as condições que colocam grupos em condições mais vulneráveis e menos acolhedoras frente aos demais têm levado à evasão escolar e à expulsão de grupos historicamente discriminados. A escola deve adotar estratégias de intervenção imediata e projetos de longo prazo com o objetivo de garantir que ofereça um espaço acolhedor e democrático para todas as pessoas. Para politizar o debate sobre a temática, é importante que realize atividades como a seguinte:

- Oficina de Formação em Relações Étnico-raciais.

Eixo:

**POLÍTICA PARA
FORMAÇÃO DE
GESTORES E
PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO**

Práticas:

b) Divulgar e disponibilizar nos espaços compartilhados estudos, pesquisas e materiais que possam contribuir com as atividades de formação continuada.

Orientação geral:

Espera-se que a gestão esteja atenta às: 1) pesquisas que abordam as desigualdades raciais na educação e na sociedade e 2) produções de diferentes campos de conhecimento que oferecem subsídios para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena e a educação para as relações étnico-raciais. Para isso, pode participar de eventos sobre a temática, de listas e grupos de e-mail e telefone etc. Os materiais recebidos e socializados com a comunidade escolar contribuem para o aprimoramento das intervenções a ser realizadas na unidade.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

C

Embora a escola já realize a tarefa de divulgar insumos para a atuação da equipe docente, é importante manter a constância de atividades que provoquem novas buscas de referenciais sobre o tema. Uma simples atividade pode possibilitar a troca colaborativa de informações obtidas por diferentes atores. A gestão escolar pode oferecer informações e provocar a equipe pedagógica a realizar atividades como a seguinte:

- Etnociências e a farmácia viva: as plantas medicinais.

R

Manter-se atenta às atividades e pesquisas realizadas pelas instâncias superiores e organizações do território auxilia a gestão escolar na composição de referenciais que são repassados à equipe docente. Por isso, é importante garantir a presença de representantes da unidade em eventos de abordagem e lançamento de materiais sobre a temática – em especial a gestão – e compartilhar as informações nos encontros coletivos de equipe. Para estimular a pesquisa de materiais e intercâmbio com outras instituições, a gestão pode propor a realização da seguinte atividade:

- Encontros de aprendizagem.

F

A gestão escolar pode adotar como estratégia a pesquisa em portais e programas de divulgação permanente para obter informações contínuas sobre a temática que garantam divulgação regular à equipe docente, provocando-a a trabalhar com a temática de diversas formas. Atividades que mobilizam diferentes atores podem criar um ambiente de troca de informações provenientes de diferentes espaços, como a seguinte:

- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial.

Eixo:

POLÍTICA PARA FORMAÇÃO DE GESTORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Práticas:

c) Promover cursos de formação do quadro de profissionais da educação em colaboração com fóruns, núcleos de pesquisa, órgãos temáticos da gestão pública, movimento negro e sociedade civil.

Orientação geral:

O diálogo com instituições do território que atuam com a temática pode responder às necessidades e dificuldades que a escola vem apresentando no processo de mudança curricular. As universidades costumam ter núcleos de pesquisa, há diversos fóruns de educação e diversidade étnico-racial espalhados pelo país, e os últimos anos foram marcados pela criação de coordenadorias e secretarias de promoção da igualdade racial na esfera pública. E, o mais importante, há décadas existem organizações do movimento negro atuando contra os efeitos do racismo na sociedade brasileira e apontando caminhos para a área da educação. Atualmente temos um campo vasto de suporte para a ação das escolas, e aquelas que conseguem trabalhar de forma articulada com esses atores conseguem criar uma base mais sólida para as transformações apontadas nas diretrizes.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

C

A escola que já conhece as referências, os movimentos e as instituições de apoio do território e realiza atividades em colaboração com parceiros locais deve promover estratégias de compreensão de aspectos globais com um olhar voltado aos acontecimentos do seu entorno. Nesse sentido, o conhecimento sobre experiências do território e a atuação colaborativa devem ser facilitadores nos processos educativos. Sugerimos a seguinte atividade para construir um olhar amplo sobre o território:

- Encontros de aprendizagem.

R

É preciso identificar quais são os parceiros que a escola pode ter para cumprir os desafios trazidos pela legislação sobre a temática. O diálogo com instituições do território que atuam nesse campo pode responder às necessidades e dificuldades que a escola vem apresentando no processo de mudança curricular. Sugerimos a seguinte atividade para conhecer melhor o território e os possíveis parceiros:

- Redesenho Curricular.

F

Sabemos que a superação do racismo é um desafio de toda a sociedade brasileira e que a escola sozinha não consegue responder a todas as questões que envolvem essa problemática. Dessa forma, é fundamental estabelecer parcerias. O mapeamento e o diálogo com instituições do território que atuam nesse campo podem responder às necessidades e dificuldades que a escola vem apresentando no processo de mudança curricular. Como exercício para conhecer melhor o território, temos como referencial a seguinte atividade:

- Jornada Pedagógica.

Eixo:

POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Práticas:

- a) Conhecer e avaliar os materiais utilizados pela equipe em sala de aula.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

Orientação geral:

A partir das orientações trazidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a gestão escolar tem a responsabilidade de viabilizar processos de formação crítica aos professores sobre as representações raciais nos livros didáticos para que sejam capazes de realizar análises e trabalhos em sala de aula que contextualizem cada obra em seu momento histórico e tenham autonomia para refutar materiais de cunho racista. Os profissionais da educação devem estar atentos às recomendações do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

301

C

Ao mesmo tempo em que a escolha dos livros didáticos sofre alteração constante nas escolas, também há grupos de professores que se recusam a adotar novos referenciais. Por isso, mesmo que a escola esteja atenta aos materiais utilizados pelos professores em sala de aula, é importante discutir a superação de paradigmas e as novas propostas apresentadas. A avaliação deve ser constante. Para ter um ambiente de consonância na adoção de materiais didáticos e paradidáticos, propomos o seguinte esforço coletivo:

- Elaboração de material didático interdisciplinar sobre relações étnico-raciais.

302

R

A gestão escolar precisa certificar-se de que os materiais utilizados na unidade contemplam os conteúdos apontados pelas diretrizes. Por outro lado, é necessário também orientar a equipe pedagógica para que possa avaliar a forma de escolher e abordar os materiais disponíveis. Para ter um ambiente de consonância na adoção de materiais didáticos e paradidáticos, propomos o seguinte esforço coletivo:

- Racismo Institucional.

303

F

Além de orientar a equipe pedagógica, é necessário ter momentos para avaliação e orientação quanto aos materiais utilizados. A gestão escolar precisa certificar-se junto aos docentes do uso dos conteúdos apontados pelas diretrizes. Para construir um repertório de conteúdos que não se contradizem e respeitem os marcos apontados aqui, sugerimos a seguinte atividade:

- Pesquisa sobre racismo em livros didáticos.

Eixo:

POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Práticas:

b) Encaminhar à instituição superior (secretarias de Educação, diretorias regionais) relatório sobre materiais que reforçam o racismo, as desigualdades e a desvalorização da diversidade.

Orientação geral:

O papel da gestão escolar, como já abordado, não se restringe a questões burocráticas. Ela tem também como objetivo garantir o direito de aprendizagem de todos os alunos. Com um olhar crítico, espera-se que a gestão seja capaz de avaliar, em conjunto com os professores, os materiais didáticos e paradidáticos que precisam ser denunciados às instâncias superiores, o que contribui para retirar de circulação aqueles que reproduzem estereótipos racistas e invisibilizam as contribuições e a existência de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

304

C

O fluxo de materiais didáticos e paradidáticos nas unidades escolares é contínuo. Dessa forma, critérios de avaliação, adesão e dispensa de materiais precisam ser discutidos de forma clara por toda a equipe. Ou seja, para garantir uma atuação consistente em relação a esta competência, a gestão escolar precisa estabelecer protocolos e abrir espaços de diálogo entre os profissionais. Uma proposta que dialoga com essa prática é a seguinte:

- Estímulo a leitura de livros paradidáticos sobre a temática racial.

305

R

O trabalho de avaliação e garantia de que os materiais respeitam os marcos legais deve ser realizado com toda a equipe pedagógica. Quando os protocolos e orientações são seguidos por livre adesão, os materiais utilizados por um professor para atender os novos paradigmas podem ser desconstruídos/deslegitimados pela atuação de outro profissional que não analisa criticamente suas escolhas metodológicas. Para contar com diversos parceiros na tarefa de analisar os referenciais, sugerimos a seguinte atividade:

- Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e currículo.

306

F

Em conjunto com a equipe pedagógica, a escola deve avaliar constantemente os materiais que são enviados à escola pelos programas de livros didáticos e paradidáticos. A partir dessa avaliação, deve encaminhar para instâncias superiores os casos em que os marcos legais da educação para as relações étnico-raciais são desrespeitados, a fim de incidir positivamente sobre as políticas públicas de análise e distribuição de materiais, além de contribuir para retirar materiais que reproduzem as desigualdades raciais do repertório da rede que integra. Um exemplo de como pode ser feito esse exercício é a seguinte atividade:

- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial.

Eixo:

POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Práticas:

- c) Reforçar junto à equipe pedagógica a importância da temática ser contemplada nos materiais selecionados.

Orientação geral:

Antes do processo de escolha dos referenciais de suporte às aulas, a gestão escolar deve orientar os docentes sobre as temáticas que não podem deixar de compor o repertório dos materiais. Para isso, além de fazer reunião com a equipe pedagógica, pode elaborar um documento que oriente o processo de escolha.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

307

C

A gestão escolar deve reforçar continuamente a adoção dos conteúdos fundamentais relativos à temática tanto nos momentos de seleção dos referenciais como nas avaliações coletivas. Essa postura possibilita não apenas uma mudança curricular, mas também influencia o repertório da produção editorial que chega às unidades. Como forma de estimular o uso de materiais paradidáticos, como livros de poesia, a gestão pode mobilizar a escola para a realização da seguinte atividade:

- Produção de máscaras africanas.
- Festival Multicultural.

308

R

Ao reforçar a importância de a temática ser contemplada nos materiais escolhidos, a gestão escolar também deve acompanhar e discutir com os docentes os critérios e as possibilidades de seleção dos referenciais que utilizarão ao longo dos bimestres. Não pode deixar de questionar a ausência da temática, quando isso ocorrer, e sugerir produções que auxiliem a inclusão. A seguinte atividade é uma forma de dinâmica de trazer materiais alternativos para o trato da temática nas escolas:

- Etnomatemática: a matemática dos penteados trançados ou saberes fazeres de matrizes africanas.
- Sarau.

309

F

A gestão escolar deve buscar orientações, estudar a temática e elaborar algum documento/arquivo que conduza a escolha dos materiais pelos profissionais da educação com respeito às orientações das diretrizes. A seguinte atividade é uma forma de dinâmica de trazer materiais alternativos para o trato da temática nas escolas:

- Oficina de Informação e Formação com Educadores, Funcionários e Direção da Escola.

Eixo:

POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Práticas:

d) Realizar um projeto de pesquisa para compreender como a temática aparece no território em que a escola está inserida e produzir material de apoio em conjunto com os alunos (história da comunidade; história de instituição local; biografia; conhecimentos medicinais locais etc.).

Orientação geral:

Além de uma abordagem universal sobre a temática, sempre há elementos locais que possibilitam ampliar a compreensão dos conteúdos abordados. Mapear conhecimentos do território ajuda a identificar a contribuição dos diferentes povos que construíram a história do Brasil nas nossas formas cotidianas de pensar, saber e agir. Dessa forma, é fundamental que a gestão escolar provoque a equipe pedagógica a articular os conteúdos programáticos com as possibilidades de vivência existentes nos territórios.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

310

C

A escola que já realiza o mapeamento dos saberes locais a fim de subsidiar as ações pedagógicas deve registrar seus grandes achados. Estes podem transformar-se em referenciais contínuos da unidade ou mesmo do território expandido. É muito importante compartilhar as boas práticas e saberes que podem difundir novos conhecimentos. Para ampliar as formas de olhar, a escola pode realizar o seguinte projeto:

- Compartilhamento de Fotografias.
- Central de Mídia.

311

R

O diálogo com a realidade local facilita o processo de compreensão dos conteúdos e temáticas a ser tratados em sala de aula. Dessa forma, a gestão pode adotar como estratégia de mediação dos conteúdos o método de pesquisa sobre o território. Veja e experimente a seguinte atividade:

- Festival Multicultural.

312

F

A escola não pode ser uma instituição isolada e sem atuação articulada com o espaço em que está inserida. É preciso haver uma relação entre escola e território que fortaleça o sentimento de pertencimento e compreensão sobre a história do espaço de vivência entre os alunos atendidos. Laços fortes entre a escola e a comunidade auxiliam a integração das habilidades e competências das disciplinas com a vivência do cotidiano, o que facilita a aprendizagem. A seguinte atividade é uma forma de fazer com que os próprios alunos possam trazer a história, os atores e as referências de seus territórios para a escola:

- Teia de Conhecimento.
- Caminhada Etnográfica: Mapeando a Comunidade.
- Pesquisa sobre desigualdade na comunidade escolar.

Eixo:

GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Práticas:

a) Elaborar consultas às/ aos estudantes sobre a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Orientação geral:

As atividades de avaliação que integram o calendário escolar devem levar em consideração a participação dos alunos. É importante compreender como eles se sentem frente à temática, como vivenciam as relações étnico-raciais, como percebem a diversidade, o que conhecem para além dos saberes aplicados em sala de aula que pode contribuir para o desenvolvimento dos conteúdos, o que consideram importante e o impacto dos temas trabalhados no cotidiano escolar e na relação entre alunos e profissionais da educação.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

401

C

A escola pode lançar mão de diversos instrumentos metodológicos para aprimorar as formas de escuta e avaliar como as ações planejadas refletem, mobilizam e potencializam a transformação entre os discentes. Concursos temáticos ajudam a identificar o impacto das ações planejadas sobre a formação dos discentes de forma descontraída. Sugerimos a seguinte atividade:

- Oficina de Turbantes – Embarço.
- Oficina de Break.
- Oficina de Graffit.i

402

R

Exercer a escuta ativa dos estudantes de forma permanente e regular ajuda a escola a avançar conforme os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. A gestão deve provocar toda a equipe a realizar processos que permitam aos alunos compartilhar seus pontos de vista, experiências, necessidades e vivências em relação à temática, a partir dos quais se pode elencar pontos de atenção e elaborar estratégias de intervenção. Essa escuta não precisa seguir modelos convencionais, mas pode acontecer de forma que mobilize o diálogo e a troca entre os estudantes, como a seguinte atividade:

- Racismo e Colorismo.

403

F

A avaliação é o ponto de partida e o ponto de chegada. Se a escola não exerce uma escuta ativa dos discentes, dificilmente terá um planejamento alinhado às necessidades e à realidade vivenciada pela comunidade atendida. A compreensão dos resultados nem sempre precisa ser dura e pautada em modelos tradicionais, como provas. Tratando-se de um tema tão delicado e que ainda demanda sensibilização em diversos contextos, a escola pode avaliar os resultados das ações realizadas a partir de iniciativas mais dinâmicas e que mobilizam os estudantes, como a seguinte:

- Alunos Articuladores.
- Jovens Líderes para a Equidade Racial.

Eixo:

GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Práticas:

b) Desenvolver uma cultura de autoavaliação participativa na escola por meio de guias orientadores que tenham como base indicadores socioeducativos, étnico-raciais e de gênero.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

Orientação geral:

A autoavaliação institucional participativa ajuda a escola a compreender, a partir do olhar de todos os atores da comunidade escolar (alunos, docentes, gestão, funcionários, família etc.), qual é a situação da unidade nesse momento e o papel que pode assumir para modificar o que todos identificam ser necessário. A troca de olhares e experiências entre diversos grupos geracionais e que ocupam diferentes posições é uma estratégia que potencializa ações com resultados positivos para todos os segmentos da comunidade. Autoavaliar compromete todos os sujeitos que se posicionam com os processos de mudança e mobiliza todos os atores em prol de uma agenda comum. A mobilização e o engajamento de todos possibilitam maior compreensão do papel assumido pela escola e a construção de um cenário agregador e com menos resistências às ações planejadas. É comum a gestão escolar receber reclamações de pais de alunos que não aceitam que algumas temáticas sejam abordadas na sala de aula, por exemplo. No entanto, quando estes têm a oportunidade de integrar um processo que explicita a importância do tema, avalia a problemática e planeja ações para desenvolver na escola, há maior possibilidade de institucionalização.



Se sua escola tem um calendário regular de autoavaliação participativa que possibilita avaliar, planejar e monitorar os projetos, a instituição está em um bom caminho. Há diversas formas de conduzir o processo de autoavaliação institucional. Apresentamos a seguir uma metodologia que se tornou referência nacional e pode ajudar sua escola a aprimorar ainda mais essa prática:

- Concurso de Redação e Histórias em Quadrinhos.



A autoavaliação institucional que acontece sem regularidade ou de forma pontual acaba enfraquecendo a potencialidade das propostas construídas em coletivo. Se avaliamos e, partir disso, propomos ações que acabamos não realizando, a unidade não sai do ponto crítico identificado. Se realizamos e não monitoramos, podemos continuar cometendo erros que surgem ao longo do processo, e a escola perde a oportunidade de ter uma atuação mais qualificada. Se não avaliamos aonde chegamos com o projeto em prática, não conseguimos identificar os aprendizados e boas práticas do processo para poder dar os próximos passos. Dessa forma, assim como a avaliação dos alunos é um ponto de partida e de chegada para o professor planejar suas aulas, a autoavaliação institucional também deve ser para que a escola possa construir um ambiente que garanta a educação de qualidade e o respeito a todas as pessoas. Uma boa metodologia para institucionalizar essa prática é a seguinte:

- Oficina de Informação e Formação com Educadores, Funcionários e Direção da Escola.



Uma escola que não ouve os diferentes atores da sua comunidade não pode refletir as reais necessidades do grupo para o qual tem que garantir uma educação de qualidade. A escola só consegue entender resultados de avaliações externas e internas (individuais) se construir um ambiente democrático que possibilite entender o contexto em que está inserida, a realidade das pessoas que a frequentam e como o resultado de seu trabalho se reflete sobre a vida dos alunos e suas famílias. Dessa forma, números não dizem nada sem um processo de reflexão coletiva que identifique os fatores que impactam a garantia dos direitos de aprendizagem; e o racismo, bem como outras formas de desigualdades, pode ser um dos problemas. Há diversas formas de fazer uma autoavaliação institucional com toda a comunidade escolar. Uma das referências nacionais que pode inspirar o tipo de ação na sua escolar é a seguinte:

- Criação de GT para monitorar e avaliar o programa e ampliar modelo de gestão escolar para as relações étnico-raciais.

Eixo:

GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Práticas:

c) Encaminhar à gestão municipal ou estadual de ensino situações de preconceito, racismo e discriminação identificados na escola.

Orientação geral:

O ambiente escolar não pode ser tolerante a situações de racismo, preconceito e discriminação. A gestão precisa apresentar a problemática às secretarias e conhecer instituições superiores que respondem a essa questão a fim de obter orientações sobre formas de intervenção e materiais de sensibilização. A denúncia contribui para o aprimoramento dos instrumentos ofertados pelas políticas públicas e para garantir o apoio de instituições externas e atores especializados na temática que podem auxiliar a escola no processo de mudança da sua cultura.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

C

Quando sua escola está conectada aos órgãos que atuam na promoção da equidade racial, para os quais costuma encaminhar casos de racismo que se manifestam na unidade e solicitar apoio, ela garante um suporte fundamental às vítimas. No entanto, falar de racismo não é falar apenas sobre vítimas. O racismo é um problema de toda a sociedade, por isso é preciso possibilitar que toda a comunidade escolar possa fazer uma reflexão coletiva sobre esse tema. A escola, como espaço educativo, não deve cair na armadilha da cultura punitivista, cujo foco é apenas a penalização dos autores de práticas racistas; deve sim criar estratégias de superação desse problema com práticas de sensibilização da comunidade escolar que engajem todas as pessoas, para que as maiores vítimas do racismo não venham a vivenciar o mesmo tipo de situação no futuro. Dessa forma, para avançar ainda mais sua unidade, pode construir uma importante parceria com os estudantes por meio da seguinte metodologia:

- Racismo Institucional.

R

O combate ao racismo como prática institucional da unidade escolar não acontece de forma isolada, por meio da atuação de um ou poucos profissionais. Além de conhecer os órgãos de promoção da equidade racial que podem dar suporte à unidade, a escola precisa ter um protocolo para encaminhamento das situações de racismo, preconceito e discriminação conhecido e aplicado por toda a sua equipe. Esse protocolo precisa estar alinhado aos marcos regulatórios que orientam a educação para as relações étnico-raciais e o combate ao racismo e ser capaz de sensibilizar toda a comunidade escolar. Os alunos podem ser grandes parceiros na construção de um ambiente pautado na equidade e no respeito à diversidade. Para isso, a gestão escolar pode impulsionar o seguinte projeto:

- Pesquisa Desigualdades na Comunidade Escolar.

F

Diversos estudos apontam que o racismo se constitui como um obstáculo para a garantia dos direitos educacionais de cidadãos negros, indígenas, imigrantes etc. A gestão, no seu papel de garantidora dos direitos de todos os alunos, precisa pesquisar quais são as instituições e materiais de suporte existentes na sua rede, fazer contato com os órgãos responsáveis, participar de atividades formativas e preparar toda a sua equipe para enfrentar essa questão no cotidiano escolar. Enquanto a reação às situações de racismo for a negligência, a escola estará contribuindo para o aprofundamento das desigualdades raciais. Para mobilizar outros atores em torno dessa problemática, os gestores escolares podem engajar sua equipe na construção de um projeto que coloque também os alunos como protagonistas de práticas educativas para as relações étnico-raciais, como o seguinte:

- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Práticas:

a) Colaborar com os sistemas de ensino na coleta de informações sobre a implementação das leis nas redes públicas e privadas de ensino, respondendo às pesquisas em tempo hábil.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

Orientação geral:

É comum que questões sobre a implementação da temática apareçam no Censo Escolar e em consultas elaboradas pelas secretarias de Educação. É fundamental que os dados sejam respondidos em sua completude, pois os resultados ajudam a compreender quais são os pontos comuns (dificuldades, desafios, forças) no processo de implementação dos marcos legais que regem a temática e a melhorar a atuação do poder executivo junto às instituições de ensino. As escolas não são punidas ao apresentar suas dificuldades ou inexistência de trabalhos com a temática, mas ajudam a compor um diagnóstico que orientará o aprimoramento das ações do Estado. É também importante não subnotificar o quesito “cor” em todas as pesquisas educacionais; sua coleta também ajuda a identificar as desigualdades persistentes no ambiente escolar.

501

C

A escola deve continuar respondendo em tempo hábil às pesquisas realizadas por órgãos e instituições da educação a fim de fortalecer os dados sobre as necessidades dos profissionais para a implementação da temática. Essas informações ajudam a elaborar políticas públicas para esse campo de atuação/intervenção. Além disso, sua unidade pode elaborar coletas de dados internas que ajudem a compreender o contexto e melhorar o atendimento à comunidade. A seguinte atividade é sugerida para ampliar o repertório sobre a importância do tema na escola:

- Criação de GT para monitorar e avaliar o programa e ampliar modelo de gestão escolar para as relações étnico-raciais.

502

R

A escola deve responder a todas as coletas de dados externas encaminhadas por secretarias de Educação e órgãos oficiais, independentemente da temática. Os formulários de coleta de dados são elaborados por especialistas e visam responder às necessidades da rede e da escola. Perguntas temáticas específicas, como sobre a educação para as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como os quesitos cor e gênero, costumam ter um propósito nessas pesquisas, uma vez que os resultados apontam, além do cenário de implementação de temáticas previstas nos marcos legais, possíveis desigualdades existentes no território. Dessa forma, não são apenas as perguntas de caráter amplo que devem ser respondidas, mas também aquelas que podem revelar dificuldades e desafios presentes nas unidades escolares. Para compreender a potência que uma pesquisa com recortes temáticos pode ter, você pode realizar a seguinte iniciativa em sua escola:

- Pesquisa sobre racismo em livros didáticos

503

F

A unidade escolar já parou para refletir sobre quais são os obstáculos a superar para que as coletas de dados externas sobre a temática ganhem a devida importância e sejam respondidas? O simples esforço de responder a essas pesquisas pode revelar muitas questões importantes sobre a escola, ajudando a aprimorar sua prática administrativa e pedagógica. É importante que a instituição passe a se comprometer com os instrumentos de pesquisa sobre relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e fique atenta ao que os resultados desses levantamentos podem revelar. Subnotificar informações sobre esse campo também é praticar o racismo institucional, o que inviabiliza a identificação e o combate às desigualdades. A escola pode fazer o seguinte exercício para compreender a importância das pesquisas:

- Indicadores de desenvolvimento.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Práticas:

b) Divulgar dados coletados e analisados para colaborar com o debate e a formulação de políticas públicas.

Orientação geral:

As pesquisas e relatórios de atividades de sensibilização realizadas no âmbito da escola podem contribuir para as reflexões e os exercícios de elaboração da gestão educacional e para fortalecer a ideia de rede. Por isso, além de alimentar ações e o planejamento local, a escola deve divulgar as informações que também são de importância para as secretarias da Educação. Assim, pode convidar técnicos da secretaria para consultas participativas, divulgação de resultados, avaliação de ações etc.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

C

A escola que compartilha os dados e as informações coletadas a partir da sua prática cotidiana se constitui um ambiente democrático. Está, ao realizar o exercício de apreender os cenários em que está atuando e elaborar estratégias de intervenção internas, bem como informar os órgãos superiores sobre o que podem fazer para a construção de uma educação pautada na equidade racial, comprometida com a busca de uma educação de qualidade. Além disso, encontra a possibilidade de dialogar com outras escolas que passam/passaram por questões similares e podem compartilhar boas práticas, o que facilita a ideia de rede. Para aprimorar suas estratégias de levantamento de dados sobre o contexto, a elaboração de intervenções locais e a construção de pautas para instâncias superiores, sugerimos a seguinte atividade:

- Espetáculo Lei 10.639/03 e Gestão para a Equidade.

R

Quando falamos de espaços coletivos que atuam na garantia de direitos, especialmente as instâncias públicas, não podemos esconder e/ou nivelar as problemáticas enfrentadas e apresentar somente aquilo que caminha positivamente. A reflexão interna ajuda a pensar estratégias de superação do problema, mas seu compartilhamento com instâncias e instituições externas pode trazer exemplos de soluções e boas práticas já vivenciadas por outras escolas para responder aos problemas locais. As unidades escolares não devem competir entre si, e a gestão tem um papel importante no fortalecimento da ideia de “rede”, em que se estabelecem trocas de boas práticas e as escolas atuam de forma colaborativa. Sugerimos a seguinte atividade:

- Articulação Institucional.

F

Os dados e as informações produzidas no espaço interno podem colaborar com o aprimoramento das políticas públicas mais amplas, não devem ficar restritos a unidade. Uma escola com ambiente democrático, além de explicitar as dificuldades e boas práticas existentes para a comunidade escolar a fim de elaborar estratégias locais de forma coletiva, também compartilha seus resultados de ações e avaliações com as instâncias superiores responsáveis pela unidade. As escolas não devem competir entre si, mas atuar em rede e de forma colaborativa. Dessa forma, o compartilhamento de experiências e problemáticas ajuda a aprimorar o trabalho de toda a rede de ensino. Compartilhar fortalece o trabalho em rede. Para avançar, apresentamos a seguinte metodologia, que pode potencializar seus achados no território:

- Pesquisa sobre desigualdades na comunidade escolar.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Práticas:

c) Desagregar dados das avaliações e fluxo por grupos socioeconômicos, étnico-raciais, gênero etc.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

Orientação geral:

O diálogo sobre as categorias de diferenciação não é uma tarefa fácil. Sabemos que em todo tipo de fronteira podemos encontrar uma problematização. Por exemplo, uma família que vive com R\$ 136,00 per capita é colocada na categoria de pobreza extrema; aquela que vive com R\$ 137,00 per capita já não é considerada extremamente pobre, mesmo estando bem próxima à realidade da primeira. Mas como podemos definir prioridades sem ter uma linha de definição dos grupos? A categorização nos ajuda a identificar demandas específicas dos diversos grupos que compõem a sociedade e, a partir delas, criar metas de equalização.

Esta prática apresenta um instrumento de acompanhamento de fluxo e aprendizagem. Esse se configura como um exercício prático de acompanhamento do desempenho educacional dos alunos com recorte de gênero e raça, o que revela possíveis diferenças e ajuda a estabelecer metas para os próximos períodos.

C

Se a sua escola já está em um nível *consistente* de coleta e desagregação de dados, isso significa que há uma cultura de pesquisa e compreensão compartilhada sobre a importância de se discutir as desigualdades. É importante pensar o que a escola faz com esses dados. Ela problematiza e tenta compreender sociologicamente as diferenças existentes entre os alunos? Estabelece metas?

A seguir, apresentamos duas atividades que ajudam a avançar nesses pontos. A primeira provoca a comunidade escolar a refletir sobre identidade étnico-racial no Brasil, problema que sempre aparece quando se discute a coleta do quesito *raça/cor* nas pesquisas. Já a segunda é o instrumento de acompanhamento de fluxo e aprendizagem citado anteriormente.

- Entre Jovens.

R

Se sua escola realiza diagnóstico a partir das avaliações internas, isso se reflete nos processos de planejamento e implementação das ações de ensino. Mas o diagnóstico só ajuda a identificar os pontos de desigualdades se os dados permitem desagregação e cruzamento por período, *raça*, classe, gênero, grupos geracionais etc. Se pudermos identificar os problemas dos diferentes grupos, há mais possibilidade de prospectar ações para avançar conforme as necessidades de cada segmento e atingir o objetivo da equidade. Dessa forma, qual questão leva você a avaliar essa prática como regular? Em que sua unidade precisa avançar? Para ajudar nesse exercício, sugerimos as seguintes atividades:

- Resgate de alunos evadidos.

F

As diversas formas de discriminação se configuram como obstáculo para a garantia de direitos. Só é possível mensurar seu impacto a partir da desagregação de dados, considerando as diferentes variáveis que geram desigualdades de oportunidades (gênero, *raça*, grupo socioeconômico, idade etc.). As avaliações externas já possibilitam o acesso a alguns desses dados, inclusive por escola. No entanto, cada unidade pode produzir seu próprio diagnóstico considerando o cruzamento de desempenho, frequência e abandono com as categorias mencionadas acima. Os resultados podem orientar a escola a identificar as desigualdades existentes (por exemplo: a gravidez na adolescência ocasionou a evasão de 11 meninas da escola; o isolamento de determinado aluno negro tem elevado seu número de faltas) e elaborar estratégias para alcançar resultados mais equânimes. Não é uma tarefa simples começar a pensar sobre essa questão. Para sua unidade dar o ponto de partida, trazemos as seguintes sugestões de atividade:

- Diagnóstico *raça/cor* (perfil étnico-racial da escola).

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Práticas:

a) Encaminhar solicitação ao órgão superior da gestão educacional ao qual a escola estiver subordinada para o fortalecimento do material didático e paradidático, com o intuito de manter um acervo específico para o ensino da temática das relações étnico-raciais.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

Orientação geral:

As secretarias de educação também agem a partir das demandas apresentadas pelas escolas. A gestão escolar precisa cumprir o papel de demandar formação para os seus profissionais buscando aprimoramento e qualificação para a implementação da temática, mesmo quando não respondidas de imediato. As solicitações configuram-se como registro de que a escola está buscando cumprir os direitos de aprendizagem dos alunos frente a possíveis cobranças externas. A gestão educacional precisa ser demandada pela gestão escolar, é uma forma de pressionar as instâncias superiores a criar respostas para as necessidades dos profissionais da educação que atuam na rede.

Conforme o artigo 7º das Diretrizes Curriculares, os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e a edição de livros e outros materiais didáticos em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004. Esses materiais têm que ser produzidos para diferentes níveis e modalidades de ensino e abordar a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrigir distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes e indígenas, sob o incentivo e a supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do Ministério da Educação (MEC) – Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE).



A escola nem sempre tem recursos suficientes para resolver as demandas dos profissionais da educação. Desta forma, além de encaminhar solicitações para atender as necessidades locais a gestão deve manter-se atenta as atividades divulgadas pelos órgãos superiores, especialmente coordenadorias e secretarias de igualdade racial e promoção da diversidade – pode solicitar inclusão dos contatos da escola no mailing destes órgãos e acompanhar suas páginas, por exemplo.

A formação qualificada dos profissionais da educação, aliada a bons referenciais didáticos e paradidáticos, contribui para que a escola tenha condições de atender as diretrizes e implementar a temática no currículo de forma transversal e estruturada. É preciso ter um olhar crítico para estabelecer quais são essas referências, considerando as recomendações dos marcos legais supracitados. É insuficiente ter bons materiais que contemplem o tema ao mesmo tempo em que referenciais didáticos que reproduzem estereótipos racistas ou invisibilizam a contribuição de africanos, afro-brasileiros e indígenas ainda estejam nas escolas. Também é insuficiente que existam materiais sobre esse tópico e eles não sejam utilizados, não circulem e não estejam nas relações estabelecidas entre os atores das escolas. Para dinamizar os usos dos referenciais, a escola pode executar o seguinte projeto:

- Estímulo à leitura de livros paradidáticos sobre a temática racial.

R

Assim como a formação dos profissionais da educação é um processo contínuo, os marcos educacionais aqui trabalhados também fazem parte da universalidade dos currículos e precisam acontecer de forma regular. Uma formação pontual não é suficiente para atender as mudanças trazidas pelas leis e as respectivas diretrizes. A demanda sobre a temática tem que estar constantemente presente nas solicitações às instâncias superiores considerando os desafios apresentados pelos docentes da unidade para sua implementação. Ações simples, sobre elementos que permeiam nosso cotidiano, ajudam a compreender a importância e existência irrefletida dos saberes africanos, afro-brasileiros e indígenas nas ações pedagógicas.

Além de solicitar cursos de capacitação dos profissionais da educação, é preciso garantir que a escola tenha materiais que sirvam de subsídio para a incorporação da temática pela equipe pedagógica. Quando não disponibilizados em número suficiente, os órgãos superiores precisam ser acionados para a aquisição e distribuição de livros didáticos e paradidáticos que atendam às demandas locais e às orientações das Diretrizes Curriculares. Com livros em número suficiente, de forma a possibilitar o trabalho da equipe pedagógica, é preciso estimular a pesquisa, o uso e a consulta do acervo da escola entre os discentes. Para isso, a escola pode lançar mão do seguinte projeto:

- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e 'trocas' sobre educação étnico-racial.



Se a gestão escolar não busca meios de garantir a formação dos profissionais da educação sobre o tema, dificilmente estes irão romper com o padrão tradicional de currículo que costuma ignorar as histórias e contribuições de povos historicamente discriminados para a formação do país ou tratá-los de forma pontual. Assumir a liderança como pessoas que dirigem e coordenam um espaço pedagógico envolve garantir a qualificação dos seus profissionais e, por isso, a gestão escolar precisa demandar a gestão educacional e estar atenta às oportunidades que podem colaborar para o crescimento profissional da equipe da unidade.

A gestão escolar tem que buscar meios que garantam a existência de referências que auxiliem a equipe docente. Não basta apenas exigir dos professores que os conteúdos das diretrizes estejam contemplados nos materiais selecionados, é preciso cobrar as instâncias superiores para que a escola tenha materiais didáticos e paradidáticos de diferentes áreas e em número suficiente para os profissionais da unidade e componha um acervo específico sobre o tema que estimule a pesquisa e a leitura da comunidade escolar. Saber é experiência, e foram as práticas vividas por diferentes povos que deram forma a sociedade brasileira. Como atividade para estimular a circulação dos materiais e a pressão sobre as demandas, a escola pode realizar o seguinte projeto:

- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial.

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Práticas:

b) Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da temática a fim de evitar preconceitos sobre os conteúdos trabalhados.

Orientação geral:

Formação, feiras temáticas, festivais, festas, oficinas e reuniões podem ser utilizados para sensibilizar membros do conselho escolar, famílias, alunos, profissionais da educação e funcionários sobre a importância da temática no currículo. Essas atividades precisam ser assumidas também pela gestão escolar, responsável por liderar os processos transformadores da unidade. Dessa forma, os gestores devem construir os objetivos da ação junto com os demais atores e fazer parte da mobilização da comunidade escolar.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

C

Ter como prática estabelecida a realização de ações que expõem para toda a comunidade escolar os projetos da escola permite maior apropriação das famílias do que acontece nas unidades, considerando sua importância e seu impacto na vida dos sujeitos em formação. Como sua unidade institucionalizou esse tipo de prática, propomos as seguintes atividades para ajudar a avançar nas temáticas que permeiam o funcionamento da escola:

- Festival de Cinema Negro na Escola, o Cine Black.
- Festival Multicultural.

R

O calendário escolar precisa contemplar ações que possibilitem abrir as portas da escola ao longo do ano com o objetivo de envolver as pessoas do território em processos formativos, festivos e de descobertas. Um encontro isolado é insuficiente para fazer com que os atores da comunidade escolar se sintam parte das ações realizadas na unidade e, assim, estejam menos resistentes às novidades. Buscar torná-los parte desse espaço onde acontece a formação dos sujeitos do território sensibiliza para as problemáticas vivenciadas e fortalece a atuação dos profissionais da escola. Elencamos a seguir algumas atividades que podem ser tomadas como referência para a realização de ações de sensibilização junto à comunidade escolar:

- Espetáculo Lei 10639 e Gestão para a Equidade.
- Oficina de Graffiti.

F

Estar distante da comunidade escolar faz com que a escola seja vista em muitos momentos como espaço protocolar de passagem, aumentando o número de reclamações inesperadas na secretaria da unidade, onde mães e pais contestam conteúdos, projetos e comportamentos vivenciados por seus filhos. Não há a construção da ideia da escola como espaço coletivo, permeado pela diversidade e pelo compartilhamento de experiências. Por isso, é preciso mudar a cultura e trazer a comunidade para dentro da escola. Isso fortalece a atuação da equipe pedagógica e engaja os diferentes atores nos projetos que serão realizados na unidade. Para isso, a escola pode realizar as seguintes experiências:

- Oficina de Formação em Relações Étnico-raciais.
- Alunos Articuladores.
- Jovens Líderes para a Equidade Racial.

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Práticas:

c) Garantir no planejamento anual, em curso de formação dos professores, a inclusão da temática.

Resultados (legenda):

C	Consistente
R	Regular
F	Frágil

Orientação geral:

Essa temática não pode apenas ser diluída em uma agenda de diversidade. Durante muito tempo, as diferenças foram tomadas como sinônimo de diversidade a fim de diluir as denúncias sobre as desigualdades produzidas no Brasil. A celebração da diversidade, fenômeno internacional, aparece em vários momentos para despolitizar o debate sobre as contradições sociais existentes no país, ou seja, impedir o aprofundamento sobre como as diferenças são produtoras de hierarquias e desigualdades. É preciso garantir um momento específico para a reflexão da equipe sobre a mudança de paradigma proposta pelos marcos legais. Embasada nesses instrumentos, a gestão precisa entender quais são as maiores demandas da equipe pedagógica, integrar a temática no calendário de formação anual e fazer a articulação com especialistas para a condução do processo formativo.

607

C

Os profissionais das diferentes áreas da unidade escolar têm referenciais e condições de trabalhar com a temática em suas disciplinas? Conseguem responder às demandas e problemáticas que aparecem sobre esse campo? Se sim, realmente, a escola está em um nível consistente. Para aprimorar a atuação, deve aproveitar os momentos coletivos para identificar possíveis lacunas e atender às necessidades da comunidade escolar. Para dialogar sobre o que acontece na unidade e pensar em próximos passos de aprimoramento das ações, a escola pode realizar o seguinte projeto:

- Racismo Institucional

608

R

Incluir uma ação isolada, que não dialoga com currículo, sem intervenções contínuas, não é o suficiente. A complexidade em torno da educação para as relações étnico-raciais e do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana demanda um intenso processo formativo, dado que foram durante muito tempo – e ainda são – invisibilizados no processo de formação inicial e continuada dos profissionais da educação. A escola precisa repensar as estratégias de formação ao considerar que a valorização da diversidade e de múltiplas experiências de vida pode trazer resultados mais positivos ao processo de ensino-aprendizagem. Para mobilizar a equipe pedagógica em torno de uma agenda de formação mais consistente, que reflita sobre as necessidades da escola, a gestão pode propor o seguinte projeto:

- Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola.

609

F

Já se passou mais de uma década desde que os marcos legais aqui trabalhados alteraram a lei máxima da educação (LDB). Quando esses conteúdos – que enfrentam dificuldades diversas para ser implementados, como a falta de preparo dos profissionais da educação – não compõem o calendário anual de formação da equipe pedagógica, dificilmente se refletirão nos trabalhos em sala de aula. A gestão escolar precisa mobilizar os atores envolvidos no processo educativo para avaliar seus conhecimentos sobre o tema, as dificuldades enfrentadas para implementá-lo e identificar os recursos que viabilizem sua entrada no currículo e na atuação da unidade. Para esse exercício coletivo que propõe a incorporação dos conteúdos na prática docente, a escola pode realizar o seguinte projeto:

- Encontros de aprendizagem.
- Jornada Pedagógica.



Boas práticas

Este capítulo apresenta, a partir das orientações do capítulo anterior, o detalhamento das boas práticas⁴. Essas ações têm como objetivo oferecer caminhos possíveis para a implementação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas unidades escolares.

É importante compartilhar que:

- ◆ As boas práticas deste material foram registradas no contexto anterior à pandemia. Por isso, é importante que a gestão escolar juntamente com os professores faça uma adaptação, caso as aulas estejam ainda ocorrendo no formato online ou no formato híbrido.
- ◆ A escola precisa escolher ao menos duas práticas para ser implementada na escola, considerando o resultado de fragilidade obtido na autoavaliação.
- ◆ As discussões e conceitos que atravessam o debate racial são de suma importância para o sucesso da implementação das boas práticas. Caso seja possível, é importante conversar/envolver ativistas de movimentos negros e de outros movimentos sociais, especialistas e/ou liderança do entorno da escola.

.....
4. As boas práticas são inspiradas em duas edições do Edital Gestão Escolar para a Equidade – Juventude Negra para as escolas públicas e organizações sociais de todo país lançadas pelo Instituto Unibanco em parceria com o Baobá – Fundo para Equidade Racial e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

EIXO 1 – FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

- Espetáculo Lei 10.639/03 e Gestão para a Equidade
- Oficina de Informação e Formação com Educadores, Funcionários e Direção da Escola
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial
- Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e currículo
- Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola
- Visita à universidade
- Redesenho curricular
- Concurso de Redação e Histórias em Quadrinhos
- Articulação Institucional

EIXO 2 – POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA GESTORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- Diversidade Religiosa
- Racismo Institucional
- Oficina de Formação em Relações Étnico-raciais
- Encontros de aprendizagem
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial
- Redesenho Curricular
- Jornada Pedagógica

EIXO 3 – POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

- Elaboração de Material Didático Interdisciplinar sobre Relações Étnico-raciais
- Pesquisa sobre racismo em livros didáticos
- Racismo Institucional
- Estímulo a leitura de livros paradidáticos sobre a temática racial
- Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e currículo
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial
- Produção de máscaras africanas / Festival Multicultural
- Etnomatemática: a matemática dos penteados trançados ou saberes fazeres de matrizes africanas
- Sarau
- Oficina de Informação e Formação com Educadores, Funcionários e Direção da Escola
- Compartilhamento de Fotografias
- Central de Mídia
- Festival Multicultural
- Teia de Conhecimento
- Caminhada Etnográfica: Mapeando a Comunidade
- Pesquisa sobre desigualdade na comunidade escolar

EIXO 4 – GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Oficina de Turbantes – Embarço
- Oficina de Break
- Oficina de Graffiti
- Racismo e Colorismo
- Alunos Articuladores / Jovens Líderes para a Equidade Racial
- Concurso de Redação e Histórias em Quadrinhos
- Oficina de Informação e Formação com Educadores, Funcionários e Direção da Escola
- Criação de GT para monitorar e avaliar o programa e ampliar modelo de gestão escolar para as relações étnico-raciais.
- Racismo Institucional
- Pesquisa Desigualdades na Comunidade Escolar
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial

EIXO 6 – CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

- Estímulo à leitura de livros paradigmáticos sobre a temática racial
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial
- Festival de Cinema Negro na Escola, o Cine Black
- Festival Multicultural
- Espetáculo Lei 10639 e Gestão para a Equidade
- Oficina de Graffiti
- Oficina de Formação em Relações Étnico-raciais
- Alunos Articuladores
- Jovens Líderes para a Equidade Racial
- Racismo Institucional
- Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola
- Encontros de aprendizagem
- Jornada Pedagógica

EIXO 5 – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

- Criação de GT para monitorar e avaliar o programa e ampliar modelo de gestão escolar para as relações étnico-raciais.
- Indicadores de desenvolvimento
- Espetáculo Lei 10.639/03 e Gestão para a Equidade
- Articulação Institucional
- Pesquisa sobre desigualdades na comunidade escolar
- Entre Jovens
- Resgate de alunos evadidos
- Diagnóstico raça/cor (perfil étnico-racial da escola)

Eixo:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Boa prática:

Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e currículo

Resumo:

Em parceria com uma universidade ou de forma autônoma, a escola desenvolve um projeto interdisciplinar de pesquisa que envolve gestão, professores e alunos. As temáticas a ser investigadas são os saberes, os conhecimentos e a cultura africana, afro-brasileira e indígena. Cada disciplina/matéria fica responsável por um aspecto relacionado às suas habilidades e competências, cujo professor titular deve acompanhar as atividades dos alunos. Os resultados da pesquisa terão impacto na mudança de currículo.

Projeto:

Cartografias da cultura afro-brasileira.

Objetivo:

Pesquisar e elaborar ações didático-pedagógicas que evidenciem os saberes, os conhecimentos e a cultura africana, afro-brasileira e indígena, otimizando o potencial dos conteúdos escolares e das atividades didáticas, com todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Tempo: um ano

Condições materiais:

cadernos de pesquisa; livros; revistas; filmes; computador com acesso à internet; sala; transporte escolar para o trabalho de campo.

Atores:

gestão escolar, professores, alunos de Fundamental II e Ensino Médio e universidade.

Habilidades desenvolvidas:

pesquisa; seleção de conteúdos; escrita; interdisciplinaridade; compreensão dos valores civilizatórios africanos, afro-brasileiros e indígenas; reconhecimento da produção intelectual de negros e indígenas.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Construção de parceria

A unidade escolar deve fazer um levantamento de instituições de ensino e pesquisa (universidades) que desenvolvem ações sobre a temática étnico-racial e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Diversas universidades públicas têm, por exemplo, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) ou outros departamentos que desenvolvem pesquisas sobre diversidade, educação, África, populações indígenas, relações étnico-raciais etc.

Ao estabelecer contato com a instituição, deve propor parceria para a realização de um projeto de extensão no qual os pesquisadores irão auxiliar professores e alunos em uma pesquisa que visa alimentar o PPP da escola. O objetivo é fortalecer a implementação dos conteúdos das leis 10.639/03 e 11.645/08 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A universidade pode tentar programas de iniciação científica que garantem vagas para alunos do Ensino Médio, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

ETAPA 2 –

Formação de grupos de estudos

Em reunião pedagógica, a gestão escolar apresenta o projeto e os parceiros para seu desenvolvimento. Se possível, pode contar com a presença da universidade para abordar a importância da iniciativa. Como o projeto é interdisciplinar e será realizado ao longo de um ano, os professores devem escolher temas relacionados às suas áreas para conduzir grupos de pesquisa com os alunos.

A seguir, estão exemplos de grupos criados pela escola que desenvolveu a metodologia para inspirar o processo criativo da equipe pedagógica. Os temas podem estar relacionados com fenômenos específicos do território.

- História – Grafismo Indígena
- Arte, simbolismo e natureza
- Matemática – Padrões geométricos na arte marajoara
- Língua Portuguesa e Literatura – Contos africanos e indígenas
- Biologia – África: o berço da vida
- Física – Conhecimentos científicos e empíricos: saberes africanos e indígenas
- Química – Dos açúcares à bebida alcoólica nos engenhos
- Artes – O carnaval, o samba e suas escolas: a arte brasileira nas suas avenidas
- Linguística – Diversidade linguística na Amazônia
- Educação Física – O corpo e suas implicações na Capoeira: sentidos e significados

Após definir os grupos de estudos e as temáticas de cada um, a equipe pedagógica deve planejar a apresentação do projeto à comunidade discente. Cabe à gestão escolar garantir um espaço para a condução das atividades na escola.

continua na próxima página

ETAPA 3

Mobilização da comunidade discente

Primeiro, a escola deve apresentar a proposta aos alunos e os grupos de estudos que serão coordenados pelos professores.

Caso haja bolsas oferecidas pela universidade aos professores e alunos, a escola deve preparar um processo de inscrição e seleção dos discentes. É importante que o processo de escolha considere a diversidade atendida pela escola.

Caso não haja bolsas, a escola pode apresentar o projeto para livre adesão dos alunos aos grupos de estudos ou atribuir as atividades de cada grupo às turmas, conforme interesse coletivo dos alunos que a compõem. As atividades devem integrar o repertório de avaliação e participação dos alunos ao longo do ano.

ETAPA 4

Pesquisa

No primeiro momento, deve ser estabelecido um calendário de encontros e ações a ser realizados pelos grupos de estudos. É importante que, além de atribuições, todos tenham atividades formativas que respondam às necessidades de cada fase da pesquisa.

A instituição de pesquisa com a qual a escola estabeleceu parceria deve realizar um encontro por mês com cada um dos grupos de pesquisa, planejado previamente com o professor coordenador. Nesses encontros, deve levantar o que os alunos sabem sobre a temática, suas curiosidades, e introduzir conceitos e materiais fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Cada grupo deve elaborar relatórios bimestrais sobre os resultados alcançados, os quais serão compartilhados com todos os integrantes do projeto. A unidade escolar deve disponibilizar o PPP e os planos de aula da escola para análise do grupo de estudos da universidade. No último bimestre, os acúmulos dos três primeiros períodos e a análise do currículo pela universidade serão sistematizados para ser apresentados à comunidade escolar.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 5

Assembleia com a comunidade escolar

Este é o momento em que os resultados da pesquisa impactarão o currículo estruturalmente, em todas as suas disciplinas. A universidade deve apresentar o currículo vigente e os planos de aula da unidade escolar e se esses documentos contemplam ou não as normativas das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Os professores coordenadores devem auxiliar os estudantes para a apresentação dos resultados. Após a apresentação de cada um dos grupos, a comunidade escolar deve debater quais pontos estão ou não contemplados em seu currículo e planos de aula e o que deve ser incorporado ao PPP e às atividades da equipe pedagógica.

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

Visita à universidade

Resumo:

Por meio de parceria com o núcleo/grupo de estudos em relações étnico-raciais da universidade e o órgão responsável pela escola, a atividade leva os alunos para uma visita monitorada à instituição de Ensino Superior, seguida de debate sobre ações afirmativas e combate às desigualdades, com foco nas políticas de acesso e permanência e nas áreas de atuação existentes na instituição. O objetivo é que compreendam a importância das políticas pró-equidade racial e de classe e conheçam os caminhos possíveis para o acesso ao Ensino Superior.

Projeto:

Nargila – Nascido em uma jornada

Objetivo:

proporcionar aos alunos o conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas e combate às desigualdades no acesso ao Ensino Superior por meio de uma visita à universidade monitorada por núcleo/grupo de estudos em relações étnico-raciais.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

matérias de jornais e revistas; cartolinas; transporte escolar; alimentação.

Atores:

direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários, alunos e universidade.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica sobre as relações étnico-raciais no Brasil; conhecimento sobre vestibular e exames de acesso à universidade; conhecimento sobre as políticas de permanência no Ensino Superior; conhecimento sobre as possibilidades de escolha no Ensino Superior; elaboração de projeto de vida.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação dos materiais

Nesta etapa, a gestão escolar deve realizar uma pesquisa sobre as universidades presentes na cidade ou região da escola. A partir desse levantamento, deve identificar qual tem a maior abrangência de áreas/cursos e políticas públicas de inclusão, como ações afirmativas, Prouni, bolsa permanência etc. Após a análise das instituições, é importante que a escola escolha uma universidade que: 1) possa apresentar um cardápio variado de profissões aos alunos que estão concluindo o Ensino Médio; 2) tenha programas de acesso e permanência no Ensino Superior; e 3) desenvolva ações com a comunidade.

A gestão escolar deve realizar um contato com a universidade para saber se a instituição tem algum núcleo/grupo de estudos sobre desigualdades e/ou alguma comissão de ações afirmativas. Esses ou outros grupos que se pautam por políticas de inclusão e acesso à universidade podem se constituir como o grupo parceiro de visita à instituição. Por isso, agende uma reunião com o grupo identificado.

Na reunião, apresente o contexto em que sua escola está inserida e a importância de realizar uma visita monitorada com os estudantes à universidade para construir uma parceria que será iniciada com uma reunião pedagógica com a equipe da escola. Esse encontro alimentará um processo formativo que os professores realizarão com os alunos a fim de levá-los para a visita à universidade. Além disso, estabeleça um calendário com o órgão da universidade para poder encaminhar as próximas etapas, considerando a reunião pedagógica na escola e a visita monitorada dos estudantes à instituição de Ensino Superior.

ETAPA 2 –

Viabilização das condições logísticas

A gestão escolar deve agendar uma reunião com o órgão responsável pela escola e/ou potenciais instituições parceiras para apresentar a proposta de parceria com a universidade a fim de viabilizar transporte e alimentação e garantir a participação todos os alunos do Ensino Médio na atividade.

ETAPA 3 –

Reunião com a equipe pedagógica

No papel de gestor, agende uma reunião pedagógica para apresentar a proposta de visita à universidade. Nesse encontro, a universidade parceira irá apresentar sua instituição, o debate interno sobre políticas de inclusão e os programas de acesso e permanência no Ensino Superior. A gestão pode indicar para a equipe pedagógica uma bibliografia básica sobre desigualdades no Ensino Superior e ações afirmativas.

Sugestão:

SILVÉRIO, Valter. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 219-246, novembro/2002.

É importante que nessa reunião os professores conheçam o leque de oportunidades existentes na universidade e compreendam a importância das ações afirmativas. A partir daí, oriente o corpo docente a realizar um projeto interdisciplinar de pesquisa de dados e conteúdos sobre caminhos da educação profissional, desigualdades no acesso ao Ensino Superior e ações afirmativas para preparar os alunos do Ensino Médio para a visita à universidade. Os resultados desse trabalho devem ser expostos nos murais da escola.

OB.S.: a escola deve enviar informe às mães e aos pais dos estudantes com a data, o horário e a importância da visita à universidade. É importante garantir a oportunidade a todos os alunos do Ensino Médio.

continua na próxima página

ETAPA 4

Projeto interdisciplinar

O educador de cada disciplina pode ficar responsável por fazer a atividade disparadora com uma turma de Ensino Médio, mas todos trabalharão juntos. Para garantir o caráter interdisciplinar, divida a turma em duas e provoque os alunos a buscar informações em jornais, revistas e internet sobre: 1) desigualdades no Ensino Superior e 2) o que são ações afirmativas.

Os resultados trazidos pelos alunos podem ser trabalhados nas aulas de Matemática, com os dados estatísticos; nas aulas de História, com a formação e constituição das desigualdades; na Geografia, ao considerar as desigualdades regionais; na aula de Português, ao provocar os estudantes para desenvolver textos sobre a temática etc.

Cada professor irá demandar da turma pela qual ficou responsável a elaboração de um trabalho sobre a temática, com apresentação e exposição nos murais da escola. Esse trabalho deve compor os critérios de avaliação dos estudantes.

ETAPA 5

Visita monitorada à universidade

A escola leva os estudantes à universidade, onde serão recebidos pelo grupo com o qual foi estabelecida a parceria. Os estudantes terão a possibilidade de conhecer o espaço da instituição e suas áreas de ensino por meio de visita monitorada, a qual será sucedida por um debate sobre ações afirmativas, políticas de acesso e permanência e áreas de atuação. É importante garantir espaço para que os estudantes possam colocar suas reflexões e dúvidas.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 6

Projeto de vida

Ao retornar para a escola, realize uma roda de avaliação com os estudantes sobre o impacto da visita à universidade e elabore um roteiro para que eles possam construir uma redação com seu projeto de vida.

Veja o *Guia Tô no Rumo*, produzido pela Ação Educativa:

<http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Guia-To%CC%82-no-Rumo.pdf>

Esse material sugere algumas atividades para trabalhar o projeto de vida.

Ideias para o roteiro:

- O que você queria ser quando tinha cinco anos?
- O que você queria ser quando tinha doze anos?
- O que você quer ser hoje?
- O que fez ou não você mudar ao longo desses anos? O que influenciou essas escolhas?
- O que você gosta de fazer?
- O que você faz bem?
- De tudo o que você já fez, do que mais se orgulha?
- Quais são suas principais dificuldades?
- Quais são seus sonhos?
- O que você pretende fazer para realizá-los?
- O que você acha que irá realizar?
- O que a realização dos seus sonhos proporcionaria para sua vida pessoal e para as pessoas que estão ao seu redor?
- Como você se vê daqui a 15 anos?
- Como você pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade?

Eixo:

**POLÍTICAS DE
FORMAÇÃO PARA
GESTORES E
PROFISSIONAIS PARA
EDUCAÇÃO**

Boa prática:

**Oficina de formação em
relações étnico-raciais**

Resumo:

A equipe pedagógica realiza um estudo para selecionar material audiovisual e/ou convida um profissional especialista na temática para desenvolver atividade formativa a fim de sensibilizar a comunidade escolar sobre a forma como são estabelecidas as relações étnico-raciais e a produção de desigualdades e o papel da Lei 10.639/03 e suas respectivas diretrizes.

Projeto:

Cacimba Potiguar

Objetivo:

contribuir para a mudança de comportamento em relação ao racismo presente no cotidiano escolar.

Tempo: três horas por grupo.

Condições materiais:

sala com cadeiras em formato semicírculo; aparelho de DVD ou computador com acesso à internet; televisão ou projetor.

Atores:

gestão escolar, professores e alunos do Ensino Médio.

Habilidades desenvolvidas:

identificar como os conceitos apresentados no vídeo estão presentes nas relações cotidianas e desenvolver o potencial crítico sobre os embates teóricos, políticos e estruturais presentes no processo de implementação da Lei 10.639/03 e no combate ao racismo na escola.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação dos conteúdos

A equipe pedagógica pode conduzir o processo formativo ou convidar algum especialista do território para realizar a atividade. Caso opte pela primeira opção, deve selecionar dois vídeos, um que aborde experiências de racismo e outro sobre a Lei 10.639/03. Esses materiais devem provocar a comunidade discente para o debate.

OBS.: esse especialista na temática pode ser um militante do movimento negro do território, um membro do Conselho Municipal da Comunidade Negra, um integrante do Fórum Permanente de Educação e Relações Étnico-Raciais, um pesquisador de uma universidade etc.

Em reunião pedagógica, a equipe deve definir quais turmas participarão da oficina e elaborar um calendário compreendendo um grupo de no máximo 40 alunos, para que os mesmos tenham a possibilidade de expressar suas reflexões sobre a temática.

Se possível, disponibilize um *flipchart* na abertura do semicírculo para que o formador responsável possa anotar as reflexões dos alunos a fim de retomar suas reflexões após o debate.

Providencie tarjetas para que, após o debate, os alunos possam fazer uma nuvem de palavras sobre a temática em espaço comum da escola.

Sugestões da escola autora Ninguém nasce racista

<https://www.youtube.com/watch?v=kaWUyiMSrV0&t=96s>

Entre o decreto e o direito: experiências sobre a Lei 10.639/03

<https://www.youtube.com/watch?v=IB6SIsIj7Ng>

ETAPA 2 –

Mobilização dos alunos

A escola deve informar a comunidade discente sobre a oficina a ser realizada e introduzir a importância da temática e de sua participação.

ETAPA 3 –

Realização da atividade

Organize o espaço em formato semicírculo, com uma abertura onde os vídeos serão projetados. É importante que as pessoas possam se ver ao longo da atividade.

Inicie com o vídeo sobre racismo e, posteriormente, projete o sobre a Lei 10.639/03. Peça que os alunos registrem suas reflexões sobre os vídeos e suas percepções sobre como identificam essas questões em seu cotidiano.

Após a projeção dos conteúdos, convide os alunos a compartilhar suas anotações sobre a temática. Enquanto os alunos falam – e é importante destacar que eles ouçam um ao outro –, o formador pode colocar palavras-chave no *flipchart* ou quadro.

Finalizada a exposição dos alunos, o formador deve retomar cada um dos pontos trazidos por eles e oferecer informações importantes sobre a temática. Recomenda-se que se articule a problemática do racismo à importância da Lei 10.639/03, considerando a mudança de paradigmas trazida por ela.

É importante que o formador aborde:

- o panorama sobre as políticas de combate ao racismo existentes hoje;
- a Lei 10.639/2003 e seus dispositivos de combate ao racismo na escola.

continua na próxima página

ETAPA 3 – CONT.

Após a escuta ativa dos alunos e a exposição do formador, a comunidade discente deve ser convidada a escrever palavras que resumam seus sentimentos em relação à temática em tarjetas e colar em mural preparado em espaço comum da escola. Durante a atividade, a coordenação pedagógica deve fazer um relatório sobre os pontos trazidos pelos alunos para ser discutido em reunião pedagógica com a presença da gestão e dos professores e demais funcionários da escola. O objetivo é refletir sobre os problemas apontados pelos alunos relativos à temática no cotidiano escolar e planejar ações pertinentes ao trabalho de cada segmento para a superação do racismo. Considerando os pontos trazidos pelos estudantes, o que cabe à gestão? O que cabe aos professores? O que os funcionários podem fazer? Quais são as orientações para a escola no Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

Eixo:

POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Boa prática:

Elaboração de material didático interdisciplinar sobre relações étnico-raciais

Resumo:

Com o apoio de instituição/movimento social/pesquisador, a escola discute a elaboração de um material didático a fim de formar os alunos para a educação das relações étnico-raciais. Os participantes definem os temas prioritários, elaboram os conteúdos e planejam as oficinas que serão realizadas com os alunos.

Projeto:

Nargila – Nascido em uma jornada.

Objetivo:

elaborar material didático que possibilite a construção de um saber crítico sobre as relações étnico-raciais e instrumentos de equidade racial no Brasil para a comunidade discente.

Atores:

direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários e alunos do Ensino Médio.

Tempo: semestral

Condições materiais:

livros; revistas; laboratório de informática ou computador com acesso à internet; recursos para impressão.

Habilidades desenvolvidas:

pesquisa temática; escrita; olhar crítico sobre as desigualdades étnico-raciais; conhecimento sobre promoção da equidade racial.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Planejamento

A gestão escolar deve iniciar o diálogo com algum grupo ou especialista em educação para as relações étnico-raciais da escola, comunidade, rede de ensino ou instituição do entorno. O objetivo é constituir uma parceria para a elaboração de um material didático em educação para as relações étnico-raciais a ser aplicado em processo formativo com alunos do Ensino Médio durante as aulas.

Após a constituição da parceria, apresente o projeto em reunião pedagógica para o grupo de docentes. A ideia é contar com o apoio da comunidade docente para definir os conteúdos do material a ser elaborado e para a implementação em sala de aula.

O material deve contemplar um módulo diagnóstico, que possibilite compreender o histórico, dados e contextos que definem a forma como foram construídas as relações étnico-raciais no Brasil; um módulo formativo, no qual serão trabalhados os movimentos, bandeiras, lutas e conquistas para a promoção da equidade racial; e um módulo atitudinal, focado em como se dão as relações étnico-raciais no cotidiano, como produzimos desigualdades, o impacto na trajetória dos cidadãos e o que pode ser feito para combater o racismo.

Para elencar os tópicos que irão compor o material didático, a gestão e o parceiro podem fazer uma escuta ativa da comunidade docente sobre como o tema aparece na comunidade escolar e quais conceitos e experiências poderiam contribuir para a formação. Para disparar os tópicos fundamentais, os professores podem fazer uma atividade em sala de aula sobre como os alunos veem essa problemática.

Quando definidos os temas, as tarefas devem ser divididas pela equipe pedagógica, que contará com o apoio do parceiro na pesquisa e edição dos conteúdos.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Boa prática:

Pesquisa desigualdades na comunidade escolar

Resumo:

Os alunos, com o acompanhamento da equipe pedagógica, desenvolvem uma pesquisa socioeconômica no território da escola para identificar as desigualdades raciais. A partir dos resultados da pesquisa, buscam sensibilizar a comunidade escolar sobre o impacto do racismo em direitos fundamentais, como educação e trabalho.

Projeto:

Nos varadouros da equidade racial

Objetivo:

identificar as desigualdades raciais existentes no território em que a escola está inserida por meio de trabalho desenvolvido pela comunidade discente e orientado pela equipe pedagógica.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo:

 um bimestre

Condições materiais:

livros; sala para reuniões; questionário; computador com acesso à internet; impressora; papel sulfite; cartolinas; canetas.

Habilidades desenvolvidas:

pesquisa; elaboração de questionário socioeconômico; interpretação de dados quantitativos; análise qualitativa de dados; leitura crítica sobre as desigualdades.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação da equipe pedagógica

O grupo proponente deve realizar uma reunião com toda a equipe pedagógica da escola para apresentar a proposta da pesquisa. A ideia é que educadores de diferentes disciplinas, com o suporte da gestão escolar, desenvolvam um projeto interdisciplinar de pesquisa das condições socioeconômicas da população que vive na comunidade atendida pela escola, contendo recorte racial, geracional e de gênero. Quando trabalhamos com dados demográficos e socioeconômicos, mobilizamos conhecimentos das áreas de Matemática, Geografia, Sociologia, História, Língua Portuguesa etc. Ou seja, há condições para que vários docentes possam desenvolver os conteúdos das suas disciplinas associados a este projeto.

É importante lembrar que esta proposta atende o eixo de educação para as relações étnico-raciais que integra as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, documento que trata do papel central da escola para a identificação e a superação das desigualdades raciais.

Nesse encontro, ao apresentar as dimensões da pesquisa, cada educador pode apontar como sua disciplina pode contribuir. A partir das adesões e propostas, deve-se formar um grupo de trabalho para o desenvolvimento do projeto.

A gestão escolar precisa garantir condições institucionais e materiais, como impressão de questionários, computador para pesquisa e tabulação de dados, hora-atividade dos professores para acompanhamento dos alunos, autorização das famílias dos estudantes para que possam fazer a coleta dos dados na comunidade etc.

ETAPA 2 –

Reunião do grupo de trabalho

Nesse encontro, ao juntar educadores com conhecimento em diferentes campos, os professores podem dividir as tarefas para preparar os materiais da pesquisa. São eles:

1. Questionário socioeconômico com área de trabalho, renda e recortes etário, étnico-racial e de gênero (ex: Geografia);
2. Planilha de tabulação de dados (ex: Matemática);
3. Levantamento de dados regionais e nacionais para efeito de comparação (ex: História);
4. Pesquisa de textos didáticos sobre desigualdades raciais (ex: Sociologia);
5. Pesquisa de imagens que demonstram as desigualdades raciais existentes nos territórios (ex: Filosofia);
6. Material de comunicação para convocação dos alunos para o projeto (ex: Artes);
7. Guia orientador para elaboração da análise dos resultados (ex: Língua Portuguesa).

[continua na próxima página](#)

Exemplo de perguntas para o questionário socioeconômico:

1. Identidade de gênero: () masculino () feminino

2. Idade: _____ anos completos.

3. Estado civil:

- () Solteiro(a)
- () Casado(a)
- () Separado(a) / Divorciado(a)
- () Viúvo(a)
- () Vivo com companheira
- () Vivo com companheiro

4. Em relação à cor da pele, você se considera:

- () Branco
- () Pardo
- () Preto
- () Amarelo (oriental)
- () Vermelho (indígena)
- () Prefiro não declarar

5. Com quem você mora? (mais de uma opção poderá ser marcada)

- () País
- () Cônjuge
- () Companheiro (a)
- () Filhos
- () Sogros
- () Parentes
- () Amigos
- () Empregados domésticos
- () Outros
- () Sozinho (a)

6. Atualmente você:

- () Apenas estuda
- () Trabalha e estuda
- () Apenas trabalha
- () Está desempregado (a)
- () Está de licença ou incapacitado (a) de estudar/trabalhar
- () Está aposentado (a)
- () Não trabalha nem estuda

7. Qual é o seu trabalho ou ocupação principal?

8. No seu trabalho principal, você é:

- () Empregado assalariado (exceto empregado doméstico)
- () Empregado doméstico mensalista ou diarista
- () Empregado que ganha por produção (comissão)
- () Estagiário remunerado
- () Bolsista
- () Trabalha por conta própria, é autônomo
- () É dono de negócio, empregador
- () Trabalha em negócio familiar sem remuneração
- () Presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração
- () Não trabalho

9. Qual é a sua renda individual mensal?

- () Menos de 1 salário mínimo
- () De um a menos de dois salários mínimos
- () De dois a menos de três salários mínimos
- () De três a menos de quatro salários mínimos
- () De quatro a menos de cinco salários mínimos
- () De cinco a menos de seis salários mínimos
- () De seis a menos de sete salários mínimos
- () De sete a menos de oito salários mínimos
- () De oito a menos de nove mínimos
- () De nove a dez salários mínimos
- () Acima de dez salários mínimos

10. Qual é renda familiar mensal (considerando a soma da renda daqueles que moram e contribuem para o sustento do lar)?

- () Menos de 1 salário mínimo
- () De um a menos de dois salários mínimos
- () De dois a menos de três salários mínimos
- () De três a menos de quatro salários mínimos
- () De quatro a menos de cinco salários mínimos
- () De cinco a menos de seis salários mínimos
- () De seis a menos de sete salários mínimos
- () De sete a menos de oito salários mínimos
- () De oito a menos de nove mínimos
- () De nove a dez salários mínimos
- () Acima de dez salários mínimos

continua na próxima página

11. Você cursou Ensino Médio e Fundamental em:
- Escolas públicas em sua totalidade
 - A maior parte (mais de 55%) em escolas públicas
 - Metade em escolas públicas, metade em escolas privadas
 - A maior parte (mais de 55%) em escolas privadas
 - Escolas privadas inteiramente

12. Qual o seu grau máximo de escolaridade?

- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

13. Você já sofreu discriminação no mercado de trabalho?

Se sim, de qual tipo?

14. Você já sofreu discriminação em espaços educacionais?

Se sim, de qual tipo?

Essas perguntas nos ajudam, por exemplo, a entender o perfil étnico-racial por idade e identidade de gênero, além de perceber a trajetória profissional e educacional dessas pessoas a partir desses recortes, o que revela quais são as desigualdades presentes no território.

ETAPA 3 –

Formação dos alunos

A equipe pode escolher um horário comum para reunir os alunos das turmas com as quais irão desenvolver o projeto. Nesse momento, pode exibir um vídeo sobre desigualdades raciais para sensibilizar o grupo. É importante que os alunos tenham espaço para falar sobre como veem a temática.

Sugestão de vídeo:

Igualdade de Tratamento e Oportunidades – A Cor da Cultura

<https://www.youtube.com/watch?v=QCLs72tEhOY>

Os alunos devem ter contato com os instrumentos de trabalho elaborados pela equipe pedagógica na etapa anterior e receber orientação sobre a realização das atividades no território. A partir daí, devem formar grupos e dividir a aplicação do questionário.

Após a apresentação, deixar claro como este projeto se integra ao currículo e às diferentes disciplinas e entregar um informe detalhado com campo de autorização para que os pais estejam cientes da participação de seus filhos no projeto.

continua na próxima página

ETAPA 4-

Realização da pesquisa

Com os grupos de alunos formados, membros da equipe pedagógica devem acompanhá-los na coleta de dados na comunidade. Cada grupo ficará responsável por uma parte do território pesquisado. Após a aplicação dos questionários, os materiais devem ser entregues na escola para o profissional responsável pela tabulação dos dados.

Ao mesmo tempo em que estão realizando a pesquisa na comunidade, os educadores devem abordar a temática de forma transversal em sala de aula. Tanto o trabalho externo como a participação na sala de aula devem fazer parte do repertório de avaliação.

ETAPA 5-

Tratamento dos dados

O professor de Matemática pode tabular os dados e trabalhar os números em sala de aula, produzindo reflexões comparativas sobre os diferentes resultados para diferentes grupos. É importante identificar as diferenças em trabalho, renda, educação e os indicadores da faixa etária de jovens (15 a 29 anos), sendo este último grupo o principal afetado pelas desigualdades.

Nas aulas de História podem ser trabalhados conceitos e marcos que ajudam a compreender esses resultados hoje. A disciplina de Geografia pode apresentar dados demográficos regionais e nacionais para efeito comparativo. Já em Língua Portuguesa pode ser feita a produção dos textos que irão orientar a apresentação dos resultados.

ETAPA 6-

Apresentação dos resultados

A partir do trabalho realizado em sala de aula com a temática e os resultados da pesquisa, a escola deve convocar a comunidade escolar – com destaque para os pais dos alunos – para conhecer os resultados da pesquisa. Devem ser expostos cartazes e textos produzidos pelos estudantes a partir dos dados. Conduzido pela gestão da escola, esse encontro deve dar voz a todos os grupos que participaram do projeto: educadores, alunos, funcionários etc.

Antes de apresentar os resultados, a comunidade pode ser convidada a responder às seguintes perguntas:

- Vocês acham que existe racismo na escola?
- O que seria uma situação de racismo?
- Vocês têm conhecimento de alguma situação de racismo vivenciada pelos seus filhos e/ou colegas? Como eles reagiram? Compartilhe.

A intenção é mostrar para os pais o trabalho realizado pelos alunos, mas também convidá-los a aderir às ações da escola para o combate às desigualdades raciais. A gestão deve enfatizar a importância da participação dos pais no empoderamento de seus filhos para o enfrentamento do racismo, fenômeno que está para além dos muros da escola e, como mostram os dados, aparece em diferentes esferas da sociedade e tem reflexos sobre direitos fundamentais dos grupos historicamente discriminados. Além de dados referentes ao trabalho, à renda e à educação, os alunos podem abordar como está a situação dos jovens negros no território em que vivem.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Boa prática:

Racismo institucional

Resumo:

Os alunos são convidados a refletir sobre as desigualdades raciais em grandes instituições, como empresas, hospitais e universidades. A partir da compreensão de como o racismo estrutura práticas que reproduzem as desigualdades nesses espaços, busca-se fundamentar a importância de políticas de inclusão institucionais como as cotas raciais.

Projeto:

Figueira Negra – Descobrimos percursos, identidades e protagonismos.

Objetivo:

provocar mudanças de comportamento ao evidenciar como o racismo ultrapassa as relações interpessoais e se reflete sobre a institucionalização de práticas racistas em organizações de diferentes setores, e fundamentar as políticas de inclusão com recorte étnico-racial.

Atores:

educadores; alunos.

Tempo: duas horas.

Condições materiais:

sala de aula organizada em semicírculo; projetor.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica das relações raciais; análise de contexto.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Planejamento

O racismo institucional acontece quando instituições, públicas ou privadas, mantêm uma estrutura pautada nas hierarquias raciais que favorecem alguns grupos em detrimento de outros. Veja a seguir alguns exemplos.

- Em uma empresa internacional, não há negros em cargos de chefia, mas apenas atuando no chão da fábrica.
- As abordagens da Polícia Militar são mais recorrentes e agressivas com jovens negros, independente do contexto.
- Pessoas negras, com o mesmo grau de formação e exercendo a mesma função que pessoas brancas, chegam a ganhar 2 vezes menos.
- As mulheres negras têm as maiores taxas de mortalidade materna. Pesquisadores apontam que, conforme registros das unidades hospitalares, elas recebem menos atenção durante o pré-natal e o parto por carregar o estereótipo de “mais fortes”, o que tem implicações sobre seu direito à vida.
- Os currículos das escolas e das universidades priorizam a história do homem branco e europeu e dão pouco espaço para a história dos povos africanos e indígenas, por exemplo.
- Embora os negros representem mais de 50% da população brasileira, não chegam a 20% dos estudantes das grandes universidades.

A forma como o racismo é gerador de exclusão impacta sobre como os direitos, serviços e oportunidades são colocados para diferentes grupos raciais. Uma das estratégias para reverter esse quadro é investir em formação para a educação das relações étnico-raciais. Os alunos que estão

nas escolas hoje atuarão como operadores de serviços diversos em grandes e pequenas instituições. O fato de refletir sobre a temática pode impactar sobre sua futura atuação.

Dessa forma, o grupo autor da atividade estabeleceu uma parceria com uma instituição histórica de combate ao racismo, o Movimento Negro Unificado, para falar sobre a temática na escola. Além de ativistas da área, a escola pode convidar pesquisadores especialistas ou preparar seu próprio material formativo.

Sugestão de Leitura:

- *Racismo Institucional: uma abordagem conceitual* – Geledés Instituto da Mulher Negra
<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>
- *Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional* – Geledés Instituto da Mulher Negra
<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>

É importante que o planejamento da atividade leve em consideração os efeitos do racismo institucional e a importância de políticas de promoção da igualdade racial. A equipe pode selecionar casos de racismo institucional para distribuir em grupos como método disparador da reflexão.

continua na próxima página

ETAPA 2 -

Formação

A formação deve explorar a leitura dos alunos sobre o racismo. A partir dela, explicar que esse fenômeno aparece nas esferas pessoal, interpessoal e institucional. No caso desta atividade, busca-se entender como funciona o racismo institucional, ou seja, como se estrutura e mantém desigualdades pautadas na identidade étnico-racial dos sujeitos. Além de apresentar casos concretos, dados estatísticos ajudam a compreender o conceito.

Os alunos devem ser provocados a identificar como o fenômeno aparece no seu cotidiano e refletir sobre as estratégias de combate ao racismo institucional nos espaços em que atuam e virão a atuar. Tomar as estratégias trazidas para expor a luta dos movimentos antirracistas nos últimos anos e a institucionalização de políticas de promoção de igualdade racial, como:

- Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.888/2010);
- Lei Federal de Cotas (12.711/2012);
- Lei 10.639/03 e 11.645/08.

A instituição autora definiu como temas fundamentais para entender as relações étnico-raciais e como instrumentos para a equidade racial os seguintes tópicos:

1. Módulo Diagnóstico

- 1.1 Ilha Brasil
- 1.2 Brancos versus Negros
- 1.3 Teoria do Branqueamento
- 1.4 Mito da Democracia Racial no Brasil
- 1.5 Casa Grande e Senzala

2. Módulo Formativo

- 2.1 Movimentos Sociais Negros no Mundo
- 2.2 Políticas de Ações Afirmativas
- 2.3 Movimentos Negros no Brasil

3. Módulo Atitudinal

- 3.1 Racismo Institucional
- 3.2 Assédio Moral
- 3.3 Cotas em Concursos Públicos
- 3.4 Endomarketing
- 3.5 Empreendedorismo
- 3.6 Empregabilidade
- 3.7 Plano de Negócios
- 3.8 Resiliência

ETAPA 3-

Elaboração do material

A gestão escolar deve garantir salas, ferramentas tecnológicas e horários das reuniões pedagógicas para a elaboração dos materiais, assim como acompanhar seu desenvolvimento.

Cada professor deve trabalhar em um texto sobre a temática escolhida. Pode resumir e deixar mais didático um artigo ou livro de algum pesquisador sobre a temática, escrever uma biografia importante, elaborar um conteúdo autoral, fazer uma entrevista ou até mesmo um glossário de palavras que compõem o repertório da educação para as relações étnico-raciais. Cada material deve apresentar o passo a passo de como deve ser utilizado com os alunos. A metodologia pode incluir dinâmicas de grupos, brincadeiras, vídeos, debates etc.

O parceiro deve auxiliar a equipe docente na pesquisa, na seleção de referencial e na elaboração do trabalho, além de, junto à gestão, unir os materiais e dar formato ao livro produzido pela escola.

ETAPA 3-

Aplicação do material

A gestão deve garantir condições para que o livro organizado pela escola seja distribuído para todos os alunos do Ensino Médio. Pode ser em formato simples, como xerox.

Cada material produzido pelos professores e que compõe o livro deve ser trabalhado com os alunos em horário de aula para garantir que a temática integre, de fato, o currículo e os instrumentos de acompanhamento e avaliação dos discentes. As aulas podem ter caráter interdisciplinar. Por exemplo, se a professora de História trabalha uma biografia da luta antirracista, a professora de Língua Portuguesa pode solicitar uma redação sobre o percurso apresentado; se o professor de Sociologia apresenta as desigualdades raciais, a professora de Matemática pode desenvolver uma aula sobre os dados apresentados. A metodologia de aplicação dos conteúdos pode romper com o modelo tradicional de ensino a partir do passo a passo apresentado pelo professor autor.

A partir da formação, a equipe pedagógica pode pensar em desdobramentos em que os jovens do Ensino Médio assumam a responsabilidade de realizar ações de culminância, como festival, exposição, debates temáticos etc. O objetivo é sensibilizar a comunidade escolar para a temática. A gestão fica responsável por garantir condições institucionais e viabilizar a logística dos eventos e atividades preparadas pelos alunos.

Eixo:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Boa prática:

Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola

Resumo:

O projeto realiza um percurso formativo com a sensibilização dos educadores, funcionários e direção sobre a importância de incorporar o debate racial no Projeto Político Pedagógico como um caminho efetivo de enfrentamento do racismo e outras formas de violência no ambiente escolar. No momento seguinte, desenvolvem-se três oficinas com os estudantes a partir da discussão de conceitos (racismo, discriminação, preconceito), passando para a reflexão sobre experiências concretas de racismo, *bullying*, sexismo, etc., culminando na elaboração coletiva de estratégias de enfrentamento do racismo e de valorização da diversidade.

Projeto:

Juventude Negra.

Objetivo:

fomentar um espaço de reflexão sobre racismo, discriminação e preconceito na escola por meio de oficinas e da escuta ativa das experiências de violação sofridas pelos estudantes adolescentes.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; professores; estudantes; comunidade escolar.

Tempo: dois meses (oficinas quinzenais).

Condições materiais:

livros; jornais; revistas; aparelho de DVD e TV ou projetor e computador; caixa de som.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento da questão racial no Brasil; leitura crítica de contexto; percepções sobre a situação de violação de direitos humanos.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Oficina de sensibilização com educadores, funcionários e direção da escola

Em reunião com a equipe da escola, os proponentes devem apresentar os objetivos do projeto e sua justificativa – o enfrentamento da situação de racismo e formas correlatas de violência no ambiente escolar. É importante que o grupo proponente desenvolva atividades que apontem para a centralidade das leis 10.639 e 11.645/08, para a construção de contextos educacionais que garantam a igualdade entre os educandos e valorizem a diversidade étnico-racial, religiosa e cultural existente no país. Por fim, é importante identificar um grupo de professores e funcionários que se comprometam com a realização do trabalho junto aos estudantes.

ETAPA 2 –

Primeira oficina: apresentação do projeto e discussão de conceitos

Nesse encontro, a equipe deve apresentar a proposta do projeto aos estudantes, buscando contextualizar com a realidade de vida de cada um dos participantes. É importante também, nesse momento, ouvir dos adolescentes suas expectativas sobre o projeto, buscando incentivá-los a se manifestar sobre a relação com a escola, com gestores, professores e funcionários. Em seguida, a proposta é trabalhar com os conceitos de racismo, preconceito e discriminação, sempre destacando como essas ideias atuam cotidianamente na nossa sociedade. Buscar perceber, através das falas do grupo, a percepção dessas situações como ocorrências de violência e de racismo.

ETAPA 3 –

Segunda oficina: “Estar no lugar do/a outro/a”

Nessa atividade, retomar o debate da oficina anterior sobre os conceitos de racismo, preconceito e discriminação. Em seguida, apresentar o filme *Vista minha pele*, com o propósito de estimular a experiência de “estar no lugar do/a outro/a”. Após o vídeo, propor o debate do racismo na sociedade brasileira e o papel da escola como um espaço de garantia de direitos. Por fim, apontar como a reflexão sobre igualdade, diferenças e diversidade é um importante caminho de enfrentamento do racismo. Ao final da oficina, distribuir para os estudantes o texto de apoio *África e Brasil Africano*, da historiadora Marina de Mello e Souza, como indicação para a próxima oficina.

ETAPA 4 –

Terceira oficina: História da África e Afro-Brasileira

Na terceira oficina, o objetivo é mostrar como o conhecimento e a valorização da cultura e história africana e afro-brasileira é um caminho para a construção de imagens mais positivas e verdadeiras da população negra, bem como dos brasileiros de um modo geral. Após um breve relato das oficinas anteriores, a equipe pode realizar a discussão coletiva do texto distribuído anteriormente – *África e Brasil Africano* –, buscando aproximá-lo da realidade cotidiana dos estudantes e da experiência dos jovens e adolescentes com o racismo na sociedade brasileira.

A partir dessa contextualização, a equipe proponente pode trazer para o debate questões como racismo, cidadania e violência policial, tendo como material de apoio a cartilha *Racismo mata, vamos combatê-lo*. No final da oficina, é importante formar pequenos grupos de trabalho em que os estudantes elaborem três ações de enfrentamento do racismo na escola e depois socializem com todo o grupo.

Após a formação, a equipe pedagógica da escola pode pensar em desdobramentos envolvendo os estudantes que participaram das oficinas, seja por meio de ações de culminância como festival, palestras, dramatização, seja construindo grupos de multiplicadores, que terão como tarefas realizar a mesma formação com os demais estudantes da escola.

Eixo:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA GESTORES E PROFISSIONAIS PARA EDUCAÇÃO

Boa prática:

Articulação institucional

Resumo:

A escola busca consolidar um grupo com as instituições, os atores e os movimentos do território, com os quais pode buscar dados, informações gerais e realizar ações integradas que fortaleçam a garantia dos direitos dos moradores da comunidade.

Projeto:

Jovens líderes para a equidade racial.

Objetivo:

fortalecer a atuação integrada de instituições e atores do território para melhor compreender a realidade dos sujeitos atendidos pelo sistema de garantia de direitos e reforçar a atuação de movimentos e organizações locais.

Atores:

gestão escolar; professores; mães e pais; alunos; rede de proteção do território (segurança, saúde, conselho tutelar, CRAS); movimentos sociais locais; associações comunitárias etc.

Tempo: contínuo

Condições materiais:

espaço para reunião; telefone; computador; impressora; transporte.

Habilidades desenvolvidas:

articulação institucional; parcerias; trabalho colaborativo; combate às desigualdades.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Mapeando os parceiros

A gestão escolar pode convocar o conselho de escola e/ou membros da comunidade escolar para mapear as instituições do território que atendem a população que frequenta a unidade a fim de fortalecer as ações locais para garantia dos direitos dos moradores, o que contribui para a melhoria dos indicadores educacionais.

Para esse mapeamento, devem ser considerados:

- lideranças comunitárias;
- instituições públicas que atendem a população;
- empresas;
- quilombos ou territórios indígenas do entorno;
- sistema de Justiça;
- conselhos;
- associações comunitárias;
- movimentos sociais;
- ONGs;
- instituições de ensino (escolas e universidades);
- diretoria de ensino.

Finalizado o mapeamento, identificar no quadro abaixo o nome da instituição, a área de atuação e seus contatos estratégicos:

Instituição/ liderança	Área de atuação	Responsável	Contatos (telefone e e-mail)
Fórum de Justiça Restaurativa	Acesso à justiça e conciliação	Renato Nogueira	rn88@gmail.com (11) 0000-0000

Com todos os contatos reunidos, organizar uma reunião com todas as instituições, atores e movimentos com o tema “desenvolvimento comunitário” para a formação de uma rede de proteção local.

ETAPA 2 –

Formação de rede

Partindo do princípio de que os direitos humanos são indissociáveis, interdependentes e insubstituíveis, o grupo condutor da reunião deve abordar a importância de trabalhar em rede para obter bons indicadores de desenvolvimento humano no território e garantir os direitos de todas as pessoas, independentemente de suas especificidades.

Por exemplo, a evasão escolar pode estar associada ao trabalho infantil; então, como a assistência social, o conselho tutelar e o sistema de Justiça podem trazer esses alunos de volta à escola? A violência na comunidade pode ser fruto da falta de direitos básicos, de segurança ou mesmo da truculência de representantes do Estado; então, como isso impacta no número de jovens que deixam de estar na escola porque foram presos ou assassinados? Como essas instituições podem dialogar sobre as pessoas que atendem no cotidiano de trabalho?

Após apresentar a proposta que visa melhorar os indicadores do território, o grupo condutor da reunião deve sugerir a articulação institucional por meio de formação de uma rede para o desenvolvimento comunitário. Os participantes devem ter espaço para compartilhar suas opiniões e expectativas e aderir livremente à rede em formação.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 3 –

Funcionamento da rede

A articulação institucional deve acontecer de forma contínua, com reuniões quinzenais ou mensais, em que os participantes possam dialogar sobre o que está acontecendo no território, quais são os direitos da população que não estão sendo atendidos e como podem atuar de forma organizada para avançar nos pontos abordados. Além disso, podem dialogar sobre possíveis casos individuais. Exemplos:

“Ana Paula teve bebê aos 15 anos de idade e deixou de frequentar a escola. Isso impacta inclusive sobre as oportunidades que seu filho terá no futuro. Como as instituições presentes podem articular o sistema de garantia de direitos e a legislação para que essa jovem possa voltar para a escola?”

“João começou a trabalhar no corte de cana-de-açúcar do território. Os recursos obtidos com esse trabalho são mínimos e o prejuízo de estar fora da escola é ainda maior. O que a rede de proteção pode fazer para que esse jovem possa voltar a estudar?”

Órgãos públicos podem oferecer dados sobre o território e suporte técnico, além de levar as informações para incidir nas políticas de Estado. Movimentos sociais podem contribuir com a denúncia e o desenvolvimento de projetos. O conselho tutelar e o CRAS podem estabelecer diálogo contínuo com a família.

Atuando de forma organizada e articulada, as instituições que visam garantir os direitos da população contribuem para diminuir as desigualdades que afetam grupos muito específicos, considerando gênero, raça/cor, renda, território etc.

Eixo:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Boa prática:

Inserção da equipe gestora da instituição escolar nos espaços de debates e "trocas" sobre educação étnico-racial

Resumo:

A gestão escolar é estimulada a mapear as instituições que desenvolvem ações sobre o tema na rede e no território da escola. A partir do mapeamento, deve garantir representação institucional nesses espaços para que a escola esteja inserida nas agendas pró-equidade racial na educação e receba formação adequada para trabalhar com ações de formação e intervenção.

Projeto:

Jovens líderes para a equidade racial.

Objetivo:

possibilitar que a equipe gestora receba formação qualificada em ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e educação para as relações étnico-raciais e atue de forma articulada com os órgãos superiores que trabalham com essa temática, visando a superação do racismo e das desigualdades em sua unidade escolar.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; supervisão de ensino; técnicos da secretaria de Educação.

Tempo: contínuo

Condições materiais:

transporte; acesso à internet; telefone.

Habilidades desenvolvidas:

promoção da equidade racial na educação; valorização da diversidade; combate ao racismo institucional.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 -

Pesquisa

Você já buscou saber se seu município, estado ou região tem Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial? Esses fóruns surgiram em 2006 a partir do diálogo entre a sociedade civil e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). Constituem-se como grupos regionais, estaduais e municipais e são formados por representantes da sociedade civil e do poder público, tendo como papel principal discutir, analisar, propor e monitorar as políticas públicas de educação para as relações étnico-raciais.

Nesses fóruns, além de compartilhar as experiências e demandas das escolas para a efetiva implementação da temática na educação, você pode encontrar importantes parceiros para fortalecer seu trabalho local: ativistas, pesquisadores, organizações não governamentais e representantes de órgãos públicos para a promoção da diversidade.

Além dos fóruns, você pode levantar junto às instâncias municipais, estaduais e federais quais são os espaços que atuam na área de promoção da equidade racial e valorização da diversidade e podem colaborar com o trabalho desenvolvido na escola. Essas instituições costumam ter o nome de secretarias ou coordenadorias de promoção da igualdade racial, núcleos de inclusão étnico-racial etc.

Diversas universidades – especialmente as públicas – costumam ter um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), que desenvolve pesquisas sobre o tema, elabora materiais e oferece formação continuada para profissionais da educação.

ETAPA 2 -

Participação

Após o mapeamento e a identificação desses espaços, a gestão deve apresentá-los à equipe pedagógica e definir estratégias de participação (representação e socialização das informações) para que a escola esteja integrada à agenda pró-equidade racial na educação e obtenha um fluxo contínuo de informações sobre eventos, formação continuada e materiais didáticos e paradidáticos, garanta subsídios para intervenção frente às situações de racismo e possa incidir sobre as políticas públicas educacionais para a promoção da equidade racial a partir das demandas das unidades escolares.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Boa prática:

Diagnóstico raça/cor (perfil étnico-racial da escola)

Resumo:

A escola forma um grupo responsável por elaborar instrumentos de pesquisa e coletar os dados do perfil étnico-racial dos seus estudantes. Após a coleta, o grupo sistematiza os resultados, apresenta à comunidade e estabelece metas de equalização para o próximo período.

Projeto:

Juventude Negra – O resgate da cultura africana e afro-brasileira.

Objetivo:

identificar o perfil étnico-racial dos estudantes da escola e a produção das desigualdades locais, considerando suas intersecções com classe e gênero e, a partir dos resultados, elaborar metas de equalização.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários da escola; alunos.

Tempo:

dois meses.

Condições materiais:

computador; excel; impressora; papel; pranchetas; canetas.

Habilidades desenvolvidas:

coleta de informações demográficas; análise de dados; leitura crítica das desigualdades; construção de metas de equalização.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 -

Preparação do diagnóstico

A gestão escolar pode buscar envolver professores de disciplinas que se relacionam com conteúdos demográficos para realizar um projeto que viabilize uma boa coleta de informações, como Geografia, Sociologia e Matemática.

Junto ao grupo de docentes, devem ser mobilizados outros atores da escola que precisam se sensibilizar em relação ao quesito raça/cor e possam difundir as informações entre seus pares a fim de qualificar todo o tipo de coleta interna e externa que apresente esse campo de preenchimento. Por exemplo, secretário de escola, alunos, mães e pais etc.

Após a formação do grupo, deve-se buscar mostrar a seus participantes como se deu a construção das categorias oficiais de identificação étnico-racial no Brasil.

O texto *O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE*, de Rafael Guerreiro Osório, é fundamental para compreender as categorias utilizadas e como são interpretadas.

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf

Leia também *O quesito raça/cor no Censo Escolar*, do INEP.

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2015/cor_raca.pdf

Após a leitura e discussão do primeiro texto acima, que se configura tarefa prioritária desta atividade, vocês podem assistir também o vídeo *Quesito Cor*, do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI).

<https://www.youtube.com/watch?v=gh9MJEBZJLE>

Após a compreensão da importância da coleta do quesito raça/cor, o grupo definido deve elaborar um instrumento de pesquisa. Seguem algumas sugestões de perguntas.

Perfil étnico-racial da escola

Perfil étnico-racial da escola

Nome: _____ **Idade:** _____

Você saberia dizer qual sua raça ou cor:

() sim () não

Se sim, qual sua raça ou cor:

() asiático () branco () indígena () pardo⁵ () preto

Identidade de gênero:

() mulher () homem () mulher trans () homem trans

Está cursando o _____ ano do () Ensino Fundamental () Ensino Médio

Escolaridade da mãe: () não estudou () Ensino Fundamental até o 4º ano () Ensino Fundamental até o 9º ano () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior () Pós-graduação

Escolaridade do pai: () não estudou () Ensino Fundamental até o 4º ano () Ensino Fundamental até o 9º ano () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior () Pós-graduação

.....
5. Como observado no texto de Rafael Guerreiro Osório, no Brasil a população negra é considerada a soma de pretos e pardos devido a justificativas sociológicas e estatísticas. Retome o texto para entender melhor as categorias a ser aplicadas.

continua na próxima página

ETAPA 1 – CONT.

Na sua opinião, as pessoas definem sua raça ou cor por:

cultura, tradição traços físicos (cabelo, boca, nariz etc.) origem familiar, antepassados cor da pele opção política/ideológica origem socioeconômica ou de classe social outra, qual? _____

Você define sua raça ou cor por:

cultura, tradição traços físicos (cabelo, boca, nariz etc.) origem familiar, antepassados cor da pele opção política/ideológica origem socioeconômica ou de classe social outra, qual? _____

Dentre as seguintes alternativas, identifique sua origem familiar:

africana asiática europeia indígena judaica norte-americana oriente médio sudeste asiático latino-americana sul-americana norte-americana outra, especifique: _____

Em qual momento a raça ou cor influencia a vida das pessoas no Brasil:

casamento trabalho escola atendimento à saúde convívio social repartições públicas relações com a política/justiça outra, especifique: _____

Você: trabalha e estuda só estuda

Renda familiar:

até meio salário mínimo *per capita* até um salário mínimo *per capita* até 1,5 salário mínimo *per capita* dois ou mais salários mínimos *per capita*

Antes de aplicar o questionário, os professores de diferentes disciplinas podem se envolver com a iniciativa e desenvolver projetos em sala de aula que incluam a construção da autoestima, a compreensão das relações raciais, a formação do Brasil, a noção de proporcionalidade e conceitos relacionados à renda familiar.

Definido o formulário, as pessoas que irão aplicá-lo devem ser preparadas para trabalhar com cada uma das categorias definidas e estabelecer um período para a coleta de dados. Outro grupo deve ser preparado para digitar os dados coletados em uma planilha dinâmica do excel.

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

Festival de cinema negro na escola: Cine Black

Resumo:

A equipe responsável pelo projeto estimula os alunos a pesquisar filmes produzidos por cineastas negros e/ou sobre as temáticas étnico-racial, afro-brasileira e africana. Os grupos de alunos responsáveis por cada filme devem assisti-lo e preparar um debate que será realizado após sua exibição na escola. As diferentes turmas são convidadas a assistir o filme e o diálogo posterior deve ser conduzido pelo grupo de alunos proponente. Nesse momento, busca-se provocar os alunos a falar sobre conflitos e experiências relacionados à temática, além de fortalecer a autoestima e o reconhecimento positivo da identidade negra.

Projeto:

Nos varadouros da equidade racial.

Objetivo:

qualificar e ampliar o repertório sobre questões étnico-raciais por meio do estímulo à pesquisa sobre produção audiovisual de cineastas negros e/ou sobre questões étnico-raciais, afro-brasileiras e africanas.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

sala com computador e projetor ou aparelho de DVD e televisão.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica do contexto; pesquisa temática; reconhecimento e valorização da produção intelectual negra; educação antirracista

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação dos materiais

A equipe responsável por orientar e estimular a realização da atividade deve fazer uma pesquisa prévia de cineastas e títulos sobre a temática étnico-racial, afro-brasileira e africana. Essa pesquisa deve gerar uma lista disparadora da pesquisa e a escolha dos alunos que atuarão como mediadores das sessões do Festival de cinema negro na escola: Cine Black.

Sugestões de filmes da escola autora:

- *Coach Carter*, de Thomas Carter;
- *McFarland*, de Niki Caro;
- *Vidas Cruzadas*, de Tate Taylor;
- *O nascimento de uma nação*, de Nate Parker.

Você sabia que um dos maiores festivais de cinema do mundo acontece no continente africano, em um país chamado Burkina Faso? Conhecido como FESPACO (Festival Pan-Africano de Filme e de Televisão de Ouagadougou), esse evento acontece a cada dois anos em Ouagadougou, capital do país. Cineastas que trabalham com essa temática em todo o mundo participam do encontro.

Saiba mais aqui: <https://www.fespaco.bf/en/>.

No Brasil, existe o Centro Afro-Carioca de Cinema, que realiza oficinas, debates, seminários, mostra de filmes nacionais e internacionais desse campo.

Acesse o site: <http://afrocariocadecinema.org.br>. Eles podem ser pontos de partida para a elaboração da lista de referências a ser apresentada ao corpo discente.

ETAPA 2 –

Mobilização da comunidade escolar

O grupo proponente deve apresentar a proposta de realização do Festival de cinema negro na escola: Cine Black à comunidade escolar. Pode ser em visitas sala por sala, no horário do intervalo, em reuniões pedagógicas ou em outras oportunidades que reúnam os atores da escola. Nesse momento, convida os alunos interessados a participar de uma reunião em que serão escolhidos os filmes a ser exibidos no festival.

Na reunião, o GT formado deve estudar o melhor espaço, dias e horários para realizar as exibições e definir os grupos de alunos que ficarão responsáveis pelos filmes. Cada grupo receberá a lista disparadora e deve escolher uma obra que pode ou não estar nela. Como atribuição, deve estudar a obra previamente e preparar um debate com questões provocadoras a ser realizado após a exibição dos filmes. Se houver possibilidade, o refeitório da escola pode preparar pipoca para as sessões agendadas.

OBS.: é preciso estudar a expectativa de público e se há necessidade de produção de ingressos.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 3 –

Exibição do filme

Pode-se, antes de iniciar a sessão, fazer combinados com o público participante para que a atividade não seja interrompida por conversas, ligações de celular etc. Lembre que todos terão a oportunidade de falar quando o filme acabar. O grupo responsável pelo filme pode fazer uma breve apresentação do(a) diretor(a) e suas produções antes de iniciar a sessão.

O debate que acontecerá após a exibição do filme deve ser conduzido pelos estudantes, estes devem trazer questões que provoquem o público a refletir sobre suas próprias experiências e a importância da temática.

ETAPA 4 –

Desdobramento

Após a exibição de cada uma das sessões, o GT pode trabalhar com produção de redações sobre a temática, montagem de mural etc. É importante que as atividades façam parte do repertório de avaliação dos alunos.

Eixo:

**POLÍTICAS DE
FORMAÇÃO PARA
GESTORES E
PROFISSIONAIS PARA
EDUCAÇÃO**

Boa prática:

**Produção de máscaras
africanas**

Resumo:

Esta oficina convida a comunidade escolar a conhecer saberes tradicionais e ritos de passagem de grupos culturais africanos por meio da confecção de máscaras. Para isso, é realizada uma introdução sobre diferentes máscaras e seus papéis em sociedades africanas. Os alunos são convidados a construir sua própria máscara e, posteriormente, apresentar o que ela representa para os membros do grupo. Para finalizar, realizam um Baile das Máscaras.

Projeto:

Batuque

Objetivo:

proporcionar à comunidade escolar vivência sobre histórias e culturas africanas por meio da confecção de máscaras.

Atores:

alunos; professores; gestores; comunidade escolar.

Tempo: dois dias.

Condições materiais:

computadores com acesso à internet; projetor; máscaras de madeira; telha; balões; durepox; pincéis; tintas; miçangas; tesoura; cola; aparelho de som.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento das histórias dos povos africanos; conhecimento das artes africanas; construção conceitual e simbólica; pintura; montagem.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação da atividade

O grupo proponente deve dialogar com a gestão da escola a fim de garantir os materiais, condições e espaços necessários para a realização do projeto: horário com os alunos (pode ser nas aulas de Artes, por exemplo), laboratório de informática ou computadores com acesso à internet, materiais para produção das máscaras e espaço comum para realização do Baile das Máscaras.

Após garantir as condições materiais e institucionais, a equipe inicia o preparo da atividade. Pode elaborar uma apresentação de slides ou exibir um documentário com explicação sobre a confecção e o papel das máscaras em sociedades africanas.

Referências sugeridas:

Documentário

Episódio “O Artesanato Africano” do programa Nova África, da EBC.

<https://www.youtube.com/watch?v=wVm7wREbEus>

Livros

Arte, Adorno, Design e Tecnologia no Tempo da Escravidão, de Emanuel Araújo.

África em Artes, de Juliana Bevilacqua e Renato Silva.

http://www.museuafrobrasil.org.br/docs/default-source/publica%C3%A7%C3%B5es/africa_em_artes.pdf

Definido o material e a referência a ser utilizados no processo formativo, as oficinas podem ser iniciadas.

ETAPA 2 –

Oficina de máscaras africanas

Os educadores devem apresentar o que são as máscaras africanas e seu papel nas tradições sociais na África. Para aproximar a proposta da realidade da sociedade brasileira, basta dizer que não são apenas os africanos que utilizam objetos em rituais de passagem. Um exemplo é a toda a preparação do vestido da noiva para o casamento, momento no qual ela deixa de ser solteira e passa a ter uma família. Ou a beca na formatura, o baile de debutantes e assim por diante.

É importante também que os alunos reconheçam os saberes envolvidos na produção das máscaras e como eles contribuíram para a formação do Brasil, conforme exemplo abaixo.



A máscara acima é utilizada pela Geledes, uma sociedade secreta feminina religiosa da tradição Yorubá que expressa a fertilidade feminina, a continuidade humana, o bem-estar e o poder sobre a terra. Essa máscara é usada por homens para cobrir o rosto em um ritual que acontece uma vez por ano em homenagem às anciãs, às mães. Observe bem seus traços e cortes. Tudo é esculpido em um tronco de árvore, sem montagem. Se uma pessoa faz um tipo de arte como essa, não seria fácil fazer uma ferramenta de trabalho como a da imagem abaixo?

continua na próxima página

ETAPA 2 – CONT.

Essa ferramenta de trabalho é uma moenda de cana-de-açúcar, feita e manipulada por africanos escravizados no ciclo econômico do açúcar no Brasil. As máscaras são anteriores à moenda de cana-de-açúcar. Os europeus conheciam muito bem os saberes dos povos africanos e não foi à toa que os trouxeram forçosamente para cá. Técnicas de esculpir em madeira, de plantação em massa, de tirar o minério da terra e fazer o ferro, a matemática, a medicina e outros conhecimentos surgiram no continente africano. Negar essa história e as contribuições dos povos africanos para a formação do Brasil é racismo e violência simbólica.

Após a exposição e o diálogo com os alunos, deverá ser concedido um tempo para que possam pesquisar na internet modelos de máscaras, seus significados, povos de origem e, a partir daí, extrair modelos para a confecção de suas próprias máscaras.

Ao término das atividades, cada um deverá apresentar a máscara que confeccionou, informando de onde partiu a inspiração, a qual povo pertence e qual a sua simbologia.



ETAPA 3 –

Baile das Máscaras

Após a confecção e a apresentação de suas máscaras, os participantes serão orientados a levá-las para casa e trazê-las no dia do Baile de Máscaras, momento que servirá como espaço de interação entre os estudantes. A atividade pode ser realizada em um intervalo estendido em dia letivo ou em data específica agendada pelos proponentes da atividade. Outra dica é animar o baile com o som de músicas africanas, que podem ser pesquisadas e trazidas pelos estudantes.

Eixo:

**POLÍTICA DE
MATERIAL DIDÁTICO E
PARADIDÁTICO**

Boa prática:

**Compartilhamento de
fotografias**

Resumo:

Os alunos recebem uma máquina fotográfica e têm que registrar sua comunidade – onde moram, a caminhada até a escola e suas outras movimentações – com um olhar atento e orientado para identificar os espaços de negritude no território. O material produzido é compartilhado e discutido em grupo a fim de compreender a representação, o lugar e a percepção dos sujeitos negros e a cultura negra no cotidiano, além de fortalecer o sentimento de pertencimento ao território. Para finalizar, os alunos expõem as fotografias nos espaços comuns da escola.

Projeto:

Revirando memórias: com a palavra, jovens negr@s e periféric@s de São Paulo (Edital 2).

Objetivo:

possibilitar a identificação e o reconhecimento dos espaços de negritude no território.

Atores:

coordenação pedagógica; professores; alunos.

Tempo: dois meses (bimestral)

Condições materiais:

computador; scanner; máquina fotográfica; gravador de voz; mapa.

Habilidades desenvolvidas:

leitura de contexto; percepção sobre a diversidade e as desigualdades no território.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Viabilização da oficina

Em reunião com a equipe da escola, os proponentes devem apresentar o projeto, sua justificativa – reconhecimento da presença negra no território – e solicitar colaboração aos colegas de trabalho – empréstimo de câmeras fotográficas. Podem ser câmeras simples que ajudem os alunos a registrar imagens do cotidiano.

Outro passo importante é firmar parceria com um profissional da área de fotografia para que possa preparar o grupo de estudantes que irão participar do registro territorial. Essa atividade pode estar associada às aulas de Sociologia, História, Artes etc.

O grupo proponente pode selecionar uma turma em específico – que venha enfrentando alguma questão relacionada ao racismo – ou um grupo misto, com alunos de diferentes anos, para desenvolver o trabalho. Essa proposta pode ser uma boa atividade em momentos em que conflitos raciais aparecem como problemática na escola.

ETAPA 2 –

Encontro formativo

Nesse encontro, a equipe deve explorar a percepção que os alunos têm sobre a comunidade e, posteriormente, sobre a presença negra em seu cotidiano. Após escuta ativa do grupo, distribuir as máquinas emprestadas e falar do cuidado necessário com o equipamento dos colegas que se voluntariaram a colaborar com o projeto. O profissional da área de fotografia deve abordar os tipos de imagens que eles podem fazer, a importância dessa linguagem como fonte de registro etc.

O colaborador pode apresentar o trabalho fotográfico usando como exemplo a produção de algum profissional negro, como Walter Firmo, fotógrafo brasileiro que espalhou seus trabalhos pelo mundo e fez importantes registros sobre personalidades negras e cultura afro-brasileira, além de outros tópicos.

- <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/10/20/Walter-Firmo>
- <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/lista-de-biografias/biografia/2016/10/17/walter-firmo>

Em seguida, apresentar as atividades a ser desempenhadas:

- refletir sobre os espaços por onde circula em sua comunidade e os elementos que lhe chamam atenção;
- fazer uma caminhada por esses espaços e tentar olhar para elementos que até então lhe eram imperceptíveis;
- tentar perceber sujeitos negros e manifestações de cultura afro-brasileira no território;
- fotografar ao longo dos exercícios anteriores;
- selecionar as imagens que mais lhe chamaram a atenção;
- criar legenda para as imagens;
- compartilhar o resultado do trabalho com o grupo.

continua na próxima página

ETAPA 3 –

Compartilhamento dos registros

Nesse segundo encontro, cada um dos alunos deve compartilhar como foi a realização do trabalho, explorando a visão que tinha antes e depois de realizar esse exercício atento ao território em que vive, apresentar as fotografias selecionadas e justificar a legenda atribuída a elas.

Após a apresentação e a discussão em grupo, os alunos devem dialogar sobre como elaborar uma exposição com todas as imagens produzidas pelos participantes. Essas imagens devem ser dispostas em espaço comum da escola, como pátio, biblioteca, murais, corredores etc.

ETAPA 4 –

Exposição

Todos os professores devem ser convidados a compartilhar a experiência do projeto em sala de aula e estimular que os alunos visitem a exposição fotográfica. Podem solicitar trabalhos associados ao projeto, como redação.

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

Diversidade religiosa

Resumo:

A escola convida um profissional especialista em diversidade religiosa e intolerâncias correlatas para ministrar uma oficina para os alunos. Nesse momento, os discentes têm possibilidade de conhecer a diversidade religiosa presente no Brasil e o impacto da intolerância sobre as crenças de grupos historicamente discriminados.

Projeto:

Cacimba Potiguar (Edital 1).

Objetivo:

apresentar conhecimento amplo sobre a diversidade de crenças e o impacto da intolerância religiosa na sociedade brasileira.

Atores:

educadores; alunos; especialista parceiro da escola.

Tempo: duas horas.

Condições materiais:

filmes; livros; computador e projetor ou televisão e aparelho de DVD; matérias de jornal impressas.

Habilidades desenvolvidas:

alteridade; valorização da diversidade religiosa; respeito às diferenças.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação da ação

No Brasil, há diversos casos de crianças e adolescentes que acabam deixando as unidades escolares como consequência da perseguição sofrida por sua escolha religiosa. Mais do que a escola, esse assunto atinge toda a sociedade e tem gerado cada dia mais casos de violência.

A diversidade está presente no ambiente escolar, considerando que a escola pública é uma instituição laica que deve atender todos os cidadãos. As pessoas têm crenças diversas, com a diferença de que umas podem se expressar livremente e outras passam a vida a esconder sua fé com medo de represálias e exclusão.

Dessa forma, mesmo a escola sendo uma instituição laica, conflitos relativos à religião sempre aparecem, e o silêncio dos profissionais da educação pode aumentar seus desdobramentos. Intervenções que levem à reflexão coletiva podem ser a melhor resposta.

Por esse motivo, o grupo proponente deve dialogar com a equipe pedagógica para apresentar a proposta e ao que ela responde – a forma como a problemática da intolerância religiosa vem aparecendo na escola. Com a adesão dos profissionais da unidade, deve preparar a oficina considerando:

1. parceria com especialista sobre a temática para realizar uma oficina que dialogue com a realidade e a linguagem dos alunos;
2. levantamento de casos de intolerância religiosa para sensibilizar a comunidade discente;
3. seleção de curtas/documentários sobre diversidade religiosa e intolerância religiosa;
4. organização do roteiro da oficina, indicando os materiais a ser utilizados;
5. seleção das turmas/anos que irão participar do projeto;
6. preparação de espaço para a realização da oficina, onde as cadeiras sejam dispostas em círculo para que todos possam se ver ao longo do processo formativo.

ETAPA 2 –

Oficina diversidade religiosa

Iniciar a oficina perguntando aos alunos quais são as religiões que eles conhecem. A partir da visão do grupo, o especialista deve explorar a diversidade religiosa existente no Brasil e os fenômenos relacionados a cada uma das religiões que estão presentes em nossos hábitos cotidianos (pular sete ondas; ajoelhar; pedir benção; usar crucifixo; benzer-se; ir à curandeira; fazer simpatias; usar plantas como espada de São Jorge etc.). Ao enfatizar a contribuição de cada uma delas para a formação da sociedade brasileira, pode explorar como o fundamentalismo e a intolerância religiosa se configuram como obstáculo para a liberdade de crença de todas as pessoas e como têm gerado violência, apresentando os casos levantados no planejamento da atividade.

EXEMPLO DE CASO:

Kayllane Campos, de 11 anos, foi apedrejada enquanto caminhava com seu grupo, que acabava de sair de uma cerimônia do candomblé. Estavam vestidos de branco e com turbantes na cabeça, quando dois jovens os agrediram com pedradas enquanto gritavam: “É o diabo, vai para o inferno, Jesus está voltando”.

“Achei que ia morrer. Eu sei que vai ser difícil. Toda vez que fecho o olho eu vejo tudo de novo. Isso vai ser difícil de tirar da memória”, disse a garota em entrevista para o portal G1.

Os casos podem ser distribuídos por grupos de estudantes para que discutam o ocorrido e apresentem suas impressões para todos os participantes. É importante fazê-los relacionar a temática trabalhada com o que vivenciam no cotidiano escolar e em suas comunidades. A equipe pedagógica e o especialista devem organizar uma reflexão final e oferecer esclarecimentos sobre a temática a partir das abordagens dos alunos.

continua na próxima página

ETAPA 2 – CONT.

Conceitos para explorar

- Religião
- Fé
- Alteridade
- Intolerância religiosa
- Racismo religioso
- Sincretismo

Questões orientadoras:

- O que compreendemos do que acabamos de assistir?
- Que relações podemos estabelecer com nosso cotidiano a partir do vídeo que assistimos?
- Quais são as dúvidas e tensões que vocês enfrentam na sala de aula em relação às religiões?
- Por que vocês acham que as religiões de matrizes africanas e ameríndias sofrem mais preconceito?
- Quais são os caminhos possíveis para garantir o direito à liberdade religiosa?

Questões orientadoras

SUGESTÃO DE LEITURA

CAPUTO, Stella Guedes. *Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012

SUGESTÃO DE VÍDEOS

Diversidade Religiosa e Direitos Humanos

<https://www.youtube.com/watch?v=g4mMruWwl8Y>

Racismo Religioso

<https://www.youtube.com/watch?v=nkkRoSyptdY>

Liberdade Religiosa, Intolerância e Racismo

<https://www.youtube.com/watch?v=FRdOLYFFrLQ>

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

Estímulo à leitura de livros paradidáticos sobre a temática racial

Resumo:

A equipe pedagógica realiza uma pesquisa de livros literários que abordam a temática étnico-racial, a partir da qual é elaborada uma lista de compras que deve ser viabilizada pela gestão escolar, responsável por criar condições para a aquisição dos livros. Os professores desenvolvem um projeto de leitura dirigida a partir de um tomo existente no acervo construído. A iniciativa busca sensibilizar a comunidade discente, por meio da leitura, sobre um assunto presente e pouco refletido no cotidiano escolar.

Projeto:

Nos varadouros da equidade racial.

Objetivo:

realizar projeto de leitura orientado com publicações que abordam a temática étnico-racial.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo: semestral.

Condições materiais:

acervo de livros sobre a temática.

Habilidades desenvolvidas:

leitura; escrita; análise de contexto.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Pesquisa literária

Os proponentes mobilizam a equipe pedagógica para fazer um levantamento de livros literários que abordam a questão étnico-racial. As sugestões devem ser levadas e discutidas na hora-atividade com todos os professores e a gestão da unidade, momento no qual irão fechar uma lista dos livros a ser trabalhados pela escola no próximo período. É importante pensar em títulos para os diferentes grupos de idade.

A escola autora desta atividade desenvolveu o projeto literário com os seguintes livros:

Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre.
Quando me descobri Negra, de Bianca Santana.

Outras sugestões:

Fundamental I: *O mundo no Black Power* de Tayo, de Kiusam de Oliveira.

Fundamental II: *Pretinha, eu?*, de Júlio Emílio Braz.
Ensino Médio: *Sobre-Viventes*, de Cidinha da Silva.

ETAPA 2 –

Aquisição dos acervo temático

A gestão escolar tem o papel de pensar estratégias para a aquisição do acervo temático. No caso da escola proponente, houve o fomento de um projeto pelo edital Juventude Negra, do Instituto Unibanco. A unidade pode buscar outros editais de instituições públicas e privadas, realizar festas na escola, solicitar à secretaria de Educação, tentar parceria com as editoras dos livros selecionados etc.

Dependendo do contexto, os próprios alunos podem adquirir seu material de leitura. Se a comunidade estiver habituada ao uso do celular, compartilhar e-books é uma opção.

ETAPA 3 –

Realização do projeto

A leitura dirigida deve compor o repertório de avaliação dos professores envolvidos no projeto. Sugere-se que seja trabalhado um livro por semestre e que as atividades associadas a este levem a comunidade discente a uma reflexão sobre as relações cotidianas na escola e no território.

ETAPA 4 –

Mural

A escola deve disponibilizar um mural para que os alunos compartilhem suas impressões sobre o livro trabalhado ao longo do semestre. Após finalização do projeto, podem ser chamados para leitura e reflexão coletiva.

continua na próxima página

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

Oficina de turbantes – Embaraço

Resumo:

Essa é uma oficina teórico-vivencial em que os estudantes aprendem a fazer turbantes, indumentária importante em diversas sociedades africanas e também em muitas comunidades afro-brasileiras. Para tanto, a equipe formadora discute com os estudantes a história dos turbantes, os significados simbólicos e religiosos da peça, bem como temas recentes, como apropriação cultural e intolerância religiosa.

Projeto:

Meus cabelos enrolados me fazem refletir... (narrativas sobre o racismo e o sexismo nas escolas partir da estética do cabelo!)

Objetivo:

discutir a estética africana e afro-brasileira por meio dos turbantes, visando a valorização da cultura negra e a desconstrução de estereótipos sobre a população negra.

Condições materiais:

projektor; computador ligado à internet; cartazes com imagens fotográficas; tecidos coloridos.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; professores; funcionários; alunos.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira; olhar crítico sobre estereótipos; autoestima; uso de turbante.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação da oficina

O grupo proponente deve estabelecer parceria com alguma instituição e/ou especialista que atua com estética negra para a realização de uma oficina de turbantes que aborde os seguintes tópicos:

- valorização da cultura negra;
- as técnicas para fazer turbantes;
- desconstrução dos estereótipos.

ETAPA 2–

Acolhimento e apresentação da proposta

Os proponentes da oficina apresentam a proposta, destacando a estética como uma esfera para a construção da identidade e o turbante como um artefato importante em diversas culturas pelo mundo. Após a apresentação, exibir o documentário *Espelho*, *Espelho meu* para provocar o debate acerca dos impasses envolvidos na representação da estética negra no Brasil e do lugar do racismo.

ETAPA 3–

Discussão: dimensões e percepções da estética afro-brasileira

Discutir os estereótipos acerca dos corpos negros no Brasil e a luta do movimento negro brasileiro e da diáspora africana de valorização da cultura negra. Por fim, apresentar o novo contexto de valorização do cabelo crespo e cacheado, os movimentos de transição capilar e a reconfiguração do mercado de cosméticos com a reivindicação das mulheres negras por reconhecimento da estética negra.

ETAPA 4–

Vivência

Atividade 1 – Os participantes, em duplas, serão estimulados a lembrar e contar a trajetória de vida, os conflitos e tensões no processo de construção de identidade na família, na comunidade e, posteriormente, na formação escolar, tendo o cabelo como fio condutor da memória.

Atividade 2 – No momento seguinte, esses grupos tornam-se uma dupla de trabalho, que tem como tarefa fazer o turbante do/a amigo/a. Após a realização dos turbantes, os proponentes da oficina podem realizar um desfile, montar um mural de fotos e proporcionar um momento para que os participantes compartilhem os sentimentos despertados pela oficina.

Algumas sugestões: contação de histórias com literatura infantil que valoriza os penteados afros (livros: *Betina*, *As tranças de Bintou*, *Entremeio sem babado*, entre outros).

Material de apoio

Pode me chamar de Nadi –

<https://www.youtube.com/watch?v=HNmizIrlJKU>

O lado de cima da cabeça –

<https://www.youtube.com/watch?v=1RFvuA0cu60>

Espelho, Espelho meu –

<https://www.youtube.com/watch?v=44SzV2HSNmQ>

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

**Etnomatemática:
a matemática dos
penteados trançados
ou saberes fazeres de
matrizes africanas**

Resumo:

A presente atividade visa dar destaque aos conhecimentos etnomatemáticos utilizados nos penteados e tranças afros ao apresentar o trabalho das trançadeiras como práticas detentoras de saberes e fazeres matemáticos que nem sempre são reconhecidos.

Projeto:

Meus cabelos enrolados me fazem refletir... (narrativas sobre o racismo e o sexismo nas escolas partir da estética do cabelo!)

Objetivo:

trabalhar conceitos de matemática, etnomatemática e sua aplicação no cotidiano e na prática das tranças.

Condições materiais:

textos; computador com acesso à internet; projetor; lã e fibra para tranças.

Atores:

equipe pedagógica; funcionários da escola; alunos

Tempo: um dia (turnos matutino e vespertino).

Habilidades desenvolvidas:

cálculo, espaço e proporcionalidade; associação entre conteúdos escolares e prática cotidiana; reconhecimento de saberes tradicionais.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Planejamento

Elementos importantes de geometria, por exemplo, podem ser ensinados com base nos penteados afros. Os fundamentos da etnomatemática possibilitam uma aproximação dos conhecimentos matemáticos da realidade cotidiana, além de desconstruir falácias ainda presentes no imaginário social de que o conhecimento matemático é um saber ocidental.

Para a elaboração dessa atividade, o grupo proponente pode estabelecer parceria com trançadeiras para a realização da oficina prática e preparar os seguintes tópicos para apresentação:

- história das tranças africanas;
- etnomatemática e cultura africana e afro-brasileira;
- a utilização da geometria e o formatos das tranças.

Sugestões para aprofundamento

Para além da estética: uma abordagem etnomatemática para a cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros, por Luane Bento dos Santos.
<http://revista.seune.edu.br/index.php/op/article/view/281>

Os tecidos de Gana como atividade escolar: uma intervenção etnomatemática para a sala de aula, por Eliane Costa Santos.
<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/11295>

Livro

Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra, por Nilma Lino Gomes (2006).

ETAPA 2 –

Exibição de vídeos

Apresentar a atividade aos estudantes, introduzir conceitos básicos da etnomatemática e apontar a relação com o debate sobre a valorização dos conhecimentos tradicionais. Em seguida, os proponentes exibem os documentários *A história dos cabelos crespos em 60 segundos* e *Simbologia da trança nagô e outros penteados*, com o objetivo de mostrar a importância dos penteados para a cultura africana e afro-brasileira e a relação dessas práticas culturais com o conhecimento matemático.

ETAPA 3 –

A etnomatemática e a lei 10.639/03

No segundo momento, apresentar como a etnomatemática é um caminho importante de conhecimento da cultura africana e afro-brasileira. Abordar a importância de saber observar, identificar e reconhecer grupos não ocidentais como produtores de conhecimento para contar uma nova história da ciência. Para finalizar, apresentar os penteados afros como um elemento da construção da identidade negra.

ETAPA 4 –

Tranças, trançadeiras e a matemática da tradição

A trançadeira convidada compartilha sua experiência profissional: como aprendeu a fazer tranças, como é o dia a dia de trabalho de uma trançadeira, qual a relação das tranças com a cultura afro-brasileira, conhecimentos aplicados no ato de tranças etc. Após a palestra, apresentar fotos de penteados afros e discutir os elementos matemáticos envolvidos nessa expressão da cultura afro-brasileira. Para finalizar, formar duplas para vivenciar a prática das tranças, onde cada um será responsável por fazer um tipo de trança no parceiro.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Boa prática:

Racismo e colorismo

Resumo:

Com o auxílio de um mediador, a escola propõe aos estudantes um espaço de reflexão sobre a construção de uma identidade racial e a relação com a família. Por meio da produção de materiais, como fanzines e vídeos, os estudantes reconstruem o próprio histórico familiar, com destaque a questões como miscigenação, racismo e resgate histórico-cultural. O projeto tem como eixo norteador a recente discussão sobre colorismo, que põe em evidência a especificidade da dinâmica racial brasileira, que tem na cor da pele o principal fator de diferenciação.

Projeto:

Revirando memórias: com a palavra, jovens negr@s e periféric@s de São Paulo’.

Objetivo:

criar espaços de reflexão e debate sobre a construção da identidade racial, família e racismo no Brasil.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; professores; funcionários; alunos.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

projutor ou TV; sala de exibição de filme; revistas; sala de informática.

Habilidades desenvolvidas:

autoconhecimento; fortalecimento da autoestima; leitura crítica das relações raciais; análise de contexto; produção de conteúdo.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Apresentação do projeto

A equipe pedagógica pode iniciar apresentando os objetivos do projeto e propor uma roda de conversa sobre colorismo e racismo no Brasil. Colorismo é um conceito novo, que aponta para os dilemas que envolvem a miscigenação e a formação de uma identidade racial. Para facilitar a apresentação desse conceito, os mediadores podem exibir o vídeo *Somos todos Humanos*, da artista plástica negra Angélica Daas.

ETAPA 2 –

Como me vejo, como a sociedade não me vê

No segundo momento, a proposta é aprofundar a discussão do colorismo e a representação dos diferentes grupos raciais nas diferentes mídias (revistas, telenovelas, programas infantis etc.). Os estudantes devem realizar uma pesquisa em revistas de diferentes gêneros, visando identificar a presença da população negra. Após discussão coletiva sobre a representação da população negra na mídia e no imaginário social, a proposta é que os alunos construam um fanzine, inspirado no trabalho da artista Angélica Dass, que apresente de maneira mais igualitária os diferentes grupos raciais que compõem a sociedade brasileira.

ETAPA 3 –

Da onde venho, pra onde vou...

A terceira etapa trata da reconstrução do histórico familiar como um processo de reconhecimento da identidade racial e cultural. Utilizando a metodologia de entrevista documental do cineasta Eduardo Coutinho, a proposta é que os estudantes digam seu histórico familiar, que será registrado em vídeo e, ao final, apresentado em formato de um documentário.

Após a formação, a equipe pedagógica da escola pode elaborar atividades de culminância, como a apresentação do documentário para as outras turmas da escola, ou mesmo utilizar o fanzine produzido na oficina como um recurso didático para discutir relações raciais.

Material de apoio

Somos todos Humanos | Angelica Dass | TEDxSaoPaulo.

TEDx de Angelica Dass https://www.youtube.com/watch?v=kcYKRNBW_iw

Últimas Palavras, Eduardo Coutinho, 2015, 1h27m (documentário).

Para uma breve compreensão sobre colorismo ver: <http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

Teia de Conhecimento

Resumo:

A comunidade é convidada a apresentar sua história, costumes, crenças e cotidiano no território para que todos reconheçam como se estabeleceram, quais seus direitos e a importância de estar em determinado espaço. No caso de escola quilombola/rural, a mesma pode realizar a atividade dentro do território em interação com outros segmentos da cidade (como ocorreu com a escola autora). Já para escolas em contextos urbanos, pode-se estabelecer parceria com grupos tradicionais da região a fim de dialogar sobre o tema identidade e territorialidade.

Projeto:

Equidade racial para a juventude negra de Tracuateua

Objetivo:

construir, junto à comunidade, uma narrativa sobre sua história e seus costumes a fim de fortalecer o seu reconhecimento, o sentimento de pertencimento dos membros e a continuidade das tradições locais.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos; lideranças comunitárias.

Tempo: um bimestre.

Condições materiais:

material de papelaria; computador com acesso à internet; impressora com scanner; gravador de voz; máquina fotográfica; filmadora; sala de reuniões; pátio/auditório.

Habilidades desenvolvidas:

conhecer o território; ter acesso às diferentes histórias locais (especialmente de grupos historicamente discriminados); reconhecer sujeitos e direitos de comunidades tradicionais; valorizar a diversidade.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Viabilização das condições materiais

O grupo proponente, em parceria com a gestão escolar, deve garantir o espaço e os materiais necessários para a realização da Teia de Conhecimento. Conforme informado, serão necessários os seguintes itens:

- papelaria (cartolina, sulfite, cola, tesoura, lápis e lápis de cor/giz de cera);
- computador e impressora com scanner;
- máquina fotográfica;
- filmadora;
- gravador de voz;
- espaço amplo, como pátio ou auditório;
- sala de reunião.

ETAPA 2 –

Mobilização e/ou articulação com a comunidade

No caso de escola inserida em comunidade tradicional, o grupo proponente deve mobilizar atores de diferentes segmentos para ir até a escola: idosos, jovens, crianças, lideranças políticas e religiosas, associações, grupos culturais etc. Essas pessoas devem ser convidadas para um encontro de culminância no qual serão compartilhadas informações sobre a comunidade.

Quando a escola não estiver situada em território tradicional e quiser realizar essa atividade, deve procurar uma comunidade existente na cidade e/ou estado e propor uma parceria para que possam conhecer a história e tradições do território.

Todos os convidados devem levar um objeto que represente uma memória sobre o território (uma fotografia, um artefato, um símbolo religioso, um fruto etc.). O objetivo é colocar diferentes gerações e grupos em diálogo para reconhecer a história local e a importância das comunidades tradicionais.

ETAPA 3 –

Fazendo a Teia de Conhecimento

No primeiro encontro, para o qual os grupos foram mobilizados, cada um deve se apresentar falando seu nome, o objeto que trouxe e o que ele representa. Posteriormente, deve-se conduzir um diálogo com pessoas de diferentes gerações sobre a história da comunidade e seus costumes, bem como a forma como vêm mantendo suas tradições hoje. Segue um roteiro de perguntas:

- Quantos anos tem essa comunidade? Como ela surgiu?
- Como ela é conhecida fora do seu espaço (por nome, pelo que produz, por alguma tradição etc.)?
- Como as pessoas vivem? No que elas acreditam? O que elas produzem nesse lugar?
- O que, nesse espaço, seria uma representação do que é a comunidade (uma comida, um monumento, uma paisagem, uma pessoa etc.)?
- Quais são as datas importantes nessa comunidade? O que acontece nesses dias?
- Quais foram os episódios mais marcantes da comunidade (positivos e negativos)?
- Quais são os espaços de convivência coletiva na comunidade? O que se faz neles?
- Por quais motivos pessoas de fora visitam essa comunidade?
- Como essa comunidade se relaciona com os grupos de fora?
- O que existe de registro sobre a comunidade?
- O que os moradores têm feito para a continuidade da sua existência? Existem desafios? Se sim, quais?

O importante é explorar elementos para que as pessoas compreendam como chegaram até ali, sua importância no território, o futuro da comunidade e os desafios que demandam sua atenção.

continua na próxima página

ETAPA 4 –

Registrando o encontro

Os participantes são convidados para um segundo momento, em que devem sistematizar a memória de tudo o que foi trabalhado ao longo do encontro para expor na escola da comunidade ou em espaço externo. Podem desenhar, escrever frases, digitalizar e copiar fotografias etc.

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

Oficina de break

Resumo:

A escola realiza parceria com grupo de break existente no território para a realização de oficinas de dança na escola. Nas oficinas, os alunos têm contato com a história do break, praticam a dança e preparam uma batalha a ser realizada em momento de culminância na escola.

Projeto:

Protagonismo negro – Embates no cotidiano escolar.

Objetivo:

valorizar as práticas de cultura urbana produzidas e protagonizadas por jovens negros e periféricos nos subúrbios do Brasil a fim de construir maior identificação dos alunos com o ambiente escolar.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos; dançarinos de break.

Tempo:

um bimestre.

Condições materiais:

sala ou espaço amplo com chão liso; rádio; televisão e aparelho reproduzidor de filme.

Habilidades desenvolvidas:

cuidados com o corpo; disciplina; trabalho em grupo; compartilhamento de experiências; noção de espaço; conhecimento sobre a história do hip-hop.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Identificação de parceiros e preparação das atividades

A escola deve pesquisar os grupos de break existentes no território e convidá-los para uma parceria. Como esses grupos geralmente se mobilizam em torno de causas sociais e têm poucas oportunidades de viver da própria prática artística, se a escola tiver condições de direcionar recursos para pagar os oficinairos estará fortalecendo sua atuação. No caso da escola proponente, os oficinairos foram pagos com dinheiro do projeto financiado pelo edital Juventude Negra. Após identificar os parceiros, a escola deve levantar quais são as condições necessárias para realizar as oficinas e garantir o espaço e os materiais solicitados.

As oficinas devem ser divulgadas para os alunos nos espaços comuns da escola. Se houver número limitado de vagas, fazer um processo de seleção que considere a diversidade existente no ambiente escolar.

ETAPA 2 –

Realização das oficinas

Os oficinairos devem apresentar a história do break, seu lugar na formação da cultura hip-hop, como chega à cidade em que a escola está inserida e quais são as formas de praticá-lo. Podem exibir documentários para exemplificar a exposição.

Filmes

The beat street, de Stan Lathan.
<https://vimeo.com/130671233>

Nos tempos da São Bento, de Guilherme Botelho.
<https://www.youtube.com/watch?v=z8FtlypGeVs>

Série *The Get Down*, Netflix.
<https://www.netflix.com/br/title/80025601>

Posteriormente, trabalhar os passos fundamentais da dança: *top rock*, *footwork*, *freeze*, *flair*, *popping*, *locking*, moinho de vento, giro de cabeça etc. Além dos tradicionais, pode abordar aqueles característicos e criados no país e na região.

Quando os alunos estiverem acostumados com os passos da dança, iniciar batalhas em roda durante as oficinas. As batalhas podem ser individuais ou em duplas, e os alunos devem ser estimulados a treinar além do horário dos encontros com os educadores.

Como estímulo a continuidade das rodas de break na escola, os oficinairos podem provocar os alunos que desenvolveram as técnicas a ser os futuros educadores das oficinas.

ETAPA 3 –

Culminância

Em espaço comum e momento de encontro dos alunos da escola (intervalo, feiras temáticas, festas etc.), os educadores, em conjunto com a gestão da escola, preparam uma batalha de break para que os alunos possam demonstrar as habilidades que desenvolveram ao longo das oficinas.

Eixo:

**CONDIÇÕES
INSTITUCIONAIS**

Boa prática:

Festival multicultural

Resumo:

Toda a comunidade escolar é mobilizada para a realização de um festival multicultural na unidade, no qual acontecem apresentações de tradições locais, traços da cultura afro-brasileira no território, dança, capoeira, painel de grafite e comidas típicas.

Projeto:

Nargila.

Objetivo:

reunir as expressões de cultura afro-brasileira e popular do território para a promoção e o reconhecimento da diversidade pela comunidade escolar, sensibilizando-a para a valorização das diferenças.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo:

dois meses.

Condições materiais:

equipamento de som; músicas típicas; salas de aula; pátio; barracas; fantasias; instrumentos de percussão; cartolinas; papel crepom; tinta branca; latas de spray (cores diversas); alimentos.

Habilidades desenvolvidas:

protagonismo juvenil; reconhecimento da cultura oral; valorização da diversidade; trabalho em equipe; integração da comunidade escolar.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Apresentação da proposta

A realização do festival multicultural deverá ter como principal estratégia sensibilizar a comunidade escolar para a temática das diversidades.

A gestão escolar, de forma autônoma ou articulada com algum grupo cultural do território, apresenta a proposta para a equipe pedagógica a fim de que as ações preparatórias para o festival estejam articuladas às atividades realizadas em sala de aula.

Com o objetivo de destacar a diversidade presente na formação e no cotidiano atual no Brasil, os professores devem pensar em algum projeto a ser elaborado em suas aulas que será apresentado pelos alunos no momento de culminância, o festival multicultural.

ETAPA 2 –

Preparação do festival multicultural

A escola precisa ter um grupo de trabalho responsável pela organização do grande evento. A equipe pedagógica pode contar com a participação do grêmio estudantil e, na ausência deste, montar esse grupo de trabalho com um representante de cada projeto a ser realizado pelos professores. O grupo de trabalho deve estudar os espaços, organizar o cronograma, preparar os materiais e alimentos, buscar parcerias locais, mobilizar toda a comunidade escolar e registrar as atividades realizadas.

Os docentes devem montar grupos para a realização do projeto. Pode ser estudo e ensaio de danças tradicionais (Educação Física e Artes), pesquisas sobre escritores e exposição de trechos literários (Língua Portuguesa), peça de teatro (Artes), painel de grafite (Artes), pesquisa de pratos típicos a ser compartilhados pelos estudantes no festival (Matemática e Química), treinamento e apresentação de capoeira (Física) etc.

Junto com os alunos, devem preparar as condições necessárias: referências, materiais, músicas, roupas, entre outras.

continua na próxima página

ETAPA 3-

Mobilização da comunidade escolar

Além do estudo e da apresentação dos alunos, a escola pode convidar grupos tradicionais da comunidade para se apresentar no festival (com ou sem participação dos alunos, a depender do tempo de integração).

A comissão deve elaborar o convite e distribuir para a comunidade escolar. Outras estratégias são passar em todas as salas de aula abordando a importância do festival, colar cartazes nos espaços de referência da comunidade e ir às rádios comunitárias e eventos locais para divulgar.

ETAPA 4-

Festival

No dia do festival, é importante evidenciar o protagonismo dos alunos no processo de construção do evento, garantindo espaços para que possam falar sobre a importância dos temas e manifestações culturais que estudaram, ensaiaram e estão apresentando.

As falas, as apresentações e a disposição dos materiais devem possibilitar a identificação dos participantes e sensibilizar a comunidade escolar. A escola pode deixar um mural disponível para que as pessoas registrem as memórias das suas experiências de vida trazidas nas apresentações do festival multicultural.

É importante que as atividades sejam registradas por fotografias, vídeos e relatórios para que façam parte da memória da instituição e possam inspirar sua continuidade e novas ações.

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

Jornada pedagógica

Resumo:

Os proponentes organizam uma jornada pedagógica para os profissionais da educação com participação da comunidade. Nesse evento, articulam uma teia de conhecimento entre educadores e comunidade para explorar histórias, costumes e saberes locais.

Projeto:

Equidade racial para juventude negra de Tracuateua.

Objetivo:

formar os profissionais da educação para valorização da diversidade a partir de referenciais do território.

Atores:

técnicos da secretaria de Educação; técnicos da diretoria regional de ensino; professores; comunidade escolar.

Tempo: dois meses.

Condições materiais:

espaço físico; computador; projetor; blocos de notas; canetas; livros para exposição.

Habilidades desenvolvidas:

valorização da diversidade; reconhecimento do território e do saber local; integração escola-comunidade.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Elaborando a proposta

A jornada pedagógica é um evento construído pela equipe educacional e costuma acontecer entre um dia e uma semana para tratar de diversos assuntos relativos à educação. As atividades têm formato de palestras com especialistas, oficinas, rodas de leitura, grupos de trabalho, cine-debate etc. A partir dos assuntos abordados, os participantes apresentam projetos e estabelecem metas para a melhoria de determinados campos educativos. Em muitas escolas, todo o percurso do trabalho é traçado durante a jornada pedagógica.

Para assuntos tão polêmicos e que ainda não têm o espaço necessário nas formações iniciais, como a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a jornada pedagógica pode ser um espaço para divulgar trabalhos bem-sucedidos, construir consensos e elaborar um programa de ação coletiva que contribua para a efetiva implementação da temática.

Dessa forma, os proponentes devem apresentar a ideia para o grupo da unidade escolar e fundamentar sua importância conforme orientam os marcos legais. Esse momento deve ser convidativo, estimulando que os participantes tragam ideias para a construção da jornada com base em suas experiências em sala de aula, em formações externas e nas referências que tenham na comunidade: quilombo, movimento social negro, curso comunitário, slam de rimas, grupo de rap, capoeira, terreiro, benzedeiras, pastorais etc. Nesse encontro, no qual a participação e o compromisso da gestão escolar é fundamental, devem pensar datas, formatos e potenciais colaboradores. A escola pode construir a jornada pedagógica em parceria com outras unidades e até mesmo com a Secretaria de Educação, que costuma ter técnicos responsáveis por desenvolver essa temática.

A ideia é que uma jornada pedagógica com esse tema faça com que os participantes percebam que a temática está mais próxima deles do que imaginam e não se configura como um “trabalho a mais”. Em outras palavras, está no saber local e no cotidiano: na forma de conhecer, pensar e agir.

Nesse encontro, é preciso que o grupo proponente se junte a um número maior de pessoas para formar uma comissão responsável pela realização da jornada pedagógica.

ETAPA 2 –

Viabilizar a proposta

A partir do encontro coletivo para apresentar a proposta, o grupo de trabalho irá retirar suas tarefas, como elaborar a programação, solicitar apoio às instâncias superiores, convidar os parceiros da comunidade e os especialistas sobre a temática, preparar os espaços, inscrever as experiências a ser compartilhadas pelos profissionais da educação e atores do território, viabilizar lanche etc.

ETAPA 3 –

Jornada pedagógica

Ao longo da jornada pedagógica, a comissão responsável por sua realização deve garantir que haja espaço de fala e estímulo à participação em todas as atividades da programação, a fim de que o evento estabeleça trocas e reflita de fato as vozes da comunidade escolar. Todas as ações da programação precisam de uma pessoa responsável por registrar os desafios, anseios e propostas trazidos pelos participantes a fim de subsidiar o trabalho da escola e da gestão escolar. Os registros devem ser sistematizados e retomados nas próximas reuniões com a equipe pedagógica.

Eixo:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Boa prática:

Alunos articuladores

Resumo:

A partir de uma parceria com uma organização que atua no combate ao racismo, a escola realiza uma atividade formativa que, como desdobramento, convida os alunos a participar do concurso de redação "A educação como ferramenta de combate ao racismo". Os vencedores do concurso terão a oportunidade de participar de um processo formativo e visitar espaços sobre a história da resistência negra na região. A partir de então, terão o papel de atuar como articuladores da temática na escola, mobilizando os colegas para oficinas e provocando a comunidade escolar para a mudança de comportamento em relação ao racismo.

Projeto:

Protagonismo negro – Embates no Cotidiano Escolar.

Objetivo:

formar alunos articuladores a fim de facilitar o desenvolvimento de ações que promovam mudança de comportamento em relação ao racismo e valorização da diversidade no ambiente escolar.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos; movimento social antirracista.

Tempo: um semestre.

Condições materiais:

computador com acesso à internet; sala para projeção de filmes e documentários; salas para realização de oficinas temáticas; livros.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica; argumentação; mobilização da comunidade escolar; conhecimento sobre relações raciais e história e cultura africana e afro-brasileira; conhecimento de instrumentos normativos de combate ao racismo na educação; valorização da diversidade; reconhecimento da identidade negra.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Construção de parceria

A escola deve estabelecer parceria com alguma instituição que atua na agenda antirracista na cidade. Pode ser o movimento negro local, o Conselho Municipal da Comunidade Negra, o Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial, o grupo de capoeira, a casa de cultura etc. Caso não haja possibilidade, pode ser algum ator comprometido com a temática. O objetivo é que o parceiro realize uma atividade formativa de sensibilização sobre o racismo na comunidade escolar, participe do concurso de redação com o tema “A educação como ferramenta de combate ao racismo” e elabore em conjunto com a equipe pedagógica um projeto de capacitação dos discentes selecionados que os instrumentalize para construir ações de superação das desigualdades raciais na escola.

ETAPA 2 –

Atividade formativa

O elemento disparador da conversa pode ser a exibição de um filme ou uma roda de diálogo no pátio na escola. Tanto a escolha do filme como a roda de conversa devem ter como tema central o racismo e devem provocar os alunos a refletir sobre como esse fenômeno está presente no cotidiano escolar. É importante que o filme ou a exposição não sejam longos para que os alunos tenham espaço para falar.

Ao finalizar a atividade, os alunos devem ser convidados a participar do concurso de redação “A educação como ferramenta de combate ao racismo”. Os selecionados – número a depender do tamanho da escola – irão participar de um processo formativo com visitas a diferentes espaços de cultura afro-brasileira e africana da região, receberão livros e terão aulas com especialistas da área.

É importante criar algum mecanismo de incentivo a todos os estudantes, além do interesse no tempo. Os professores de Língua Portuguesa, por exemplo, podem utilizar a participação no concurso de redação no repertório de avaliação.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 3 –

Concurso de redação

A coordenação pedagógica deve ficar responsável por receber as redações pelo período de uma semana. Após a finalização das inscrições, deve convidar o parceiro e os professores para atuar na seleção dos textos.

Considerando as desigualdades existentes no ambiente escolar, como origem familiar, experiência racializada, condições socioeconômicas etc., é importante que a análise dos trabalhos tome como elementos prioritários o conteúdo, o olhar e a experiência sobre a temática. Questões técnicas são importantes, mas somente elas reforçam as desigualdades e podem acabar excluindo alunos que têm muito para compartilhar sobre o tema.

O concurso terá duas etapas. Na primeira, serão selecionadas trinta redações (pode ser outro número, a critério da escola) e os autores serão convocados para entrevista. Nessa entrevista, os discentes deverão compartilhar suas experiências e opiniões sobre a temática para a instituição parceira e os docentes colaboradores da escola.

A escola deve estabelecer um parâmetro para definir o número de alunos selecionados para atuar como articuladores – um para cada três turmas existentes na unidade, por exemplo. Após seleção, todos os alunos participantes devem ser parabenizados pela contribuição para o debate e os selecionados devem ser convocados para uma reunião.

ETAPA 4 –

Formação dos jovens articuladores

A gestão da escola precisa definir com a instituição parceira o calendário de atividades dos alunos articuladores, os espaços que irão visitar e as questões logísticas.

A autora da atividade realizou encontros semanais durante um semestre, fora do horário de aula. Cada encontro tinha duração de três horas e uma temática diferente, como racismo; desigualdades raciais no Brasil; história da África; inglês etc. Foi realizada uma parceria com um pesquisador para oferecer aulas de inglês como um estímulo a mais aos estudantes, por exemplo.

As atividades de formação devem contemplar as temáticas de educação das relações étnico-raciais e história e cultura africana e afro-brasileira. É preciso proporcionar descobertas e provocar o senso crítico nos alunos articuladores. Todos os encontros devem levar os participantes a refletir sobre o cotidiano escolar e estratégias de intervenção imediata e de longo prazo.

Durante o percurso formativo, eles devem preparar um seminário a ser realizado na escola, quando irão socializar os conhecimentos e experiências vivenciados.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 5 –

Cotidiano escolar

Com o suporte da gestão, os articuladores têm o papel de alertar os colegas sobre a temática e as situações de racismo presentes no cotidiano escolar e mobilizá-los para as rodas de conversa e oficinas culturais.

Os alunos selecionados são potenciais mobilizadores das ações, contando com o apoio da equipe pedagógica. A gestão deve garantir espaços institucionais da escola para que os articuladores proponham sessões de cine-debate e convidem movimentos sociais e grupos culturais do território para realizar oficinas – de capoeira, trança afro, rap, dança afro etc. O objetivo é que essas atividades ampliem a percepção sobre a problemática do racismo e contribuam para a valorização da identidade negra e a construção de autoestima.

ETAPA 6 –

Seminário dos alunos articuladores

Após o processo de formação, os alunos articuladores devem realizar um seminário na escola sobre o tema “A educação como ferramenta de combate ao racismo”, em que assumem o protagonismo do debate e compartilham experiências sobre os espaços e referências que conheceram ao longo do semestre. Nesse espaço, os alunos podem compartilhar o que vem mudando na escola desde o início do projeto.

Eixo:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Boa prática:

Jovens líderes para equidade racial

Resumo:

A gestão escolar, com o apoio da equipe pedagógica, realiza uma pesquisa sobre desigualdades raciais e produz materiais a ser dispostos na escola para sensibilizar a comunidade discente. Posteriormente, mobiliza os alunos para ações pró-equidade racial e os convida para um processo formativo sobre a temática. A formação prepara o grupo para intervir sobre os efeitos do racismo.

Projeto:

Jovens líderes para a equidade racial.

Objetivo:

sensibilizar e formar a comunidade discente para atuar no combate às desigualdades raciais.

Atores:

gestão escolar; professores; técnicos; alunos do Ensino Médio.

Tempo: seis meses.

Condições materiais:

computador com acesso à internet; impressora; sala para formação; projetor ou TV e aparelho de DVD; livros; revistas.

Habilidades desenvolvidas:

pesquisa temática; leitura crítica sobre as desigualdades raciais; conhecimento sobre o impacto do racismo na formação do Brasil; protagonismo juvenil comprometido com as questões étnico-raciais na escola e sociabilidades comunitárias refletidas em seu interior.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Pesquisa

A gestão escolar deve realizar uma pesquisa de dados, manchetes e capas de revistas sobre desigualdades raciais. Em conjunto com a equipe pedagógica, busca selecionar dados que indicam o impacto do racismo na garantia de direitos, como trabalho e renda, acesso à educação, moradia, violência etc. A partir do material selecionado, serão preparados cartazes a ser expostos em espaços comuns da escola.

ETAPA 2 –

Sensibilização

Os materiais com os dados que evidenciam as desigualdades raciais devem ser expostos em ambiente comum e frequentados pelos alunos durante uma semana. É importante que tenham destaque no espaço. Nos três primeiros dias, apenas os dados são expostos. A partir do quarto dia, devem ser colocados novos cartazes com o chamado “Você pode mudar esta realidade!”.

ETAPA 3 –

Convocação

Concluída a semana de sensibilização, a gestão deve abrir inscrições e convocar os alunos para um projeto de formação de jovens líderes pró-equidade racial na educação. É importante comunicar a importância e o objetivo do projeto em todo o espaço da escola. Além da colagem de cartazes chamando para a iniciativa, pode-se passar de sala em sala explicando o projeto e convocando os alunos.

Se houver um número de inscritos superior ao que o projeto desenhado pela escola pode atender, pode-se fazer um processo de seleção que considere a diversidade existente na escola: identidade de gênero, identidade étnico-racial, séries etc.

ETAPA 4 –

Formação

A partir dos dados selecionados para a sensibilização da comunidade discente, a gestão deve elaborar em conjunto com os professores e/ou parceiros externos da área que aderiram ao projeto um percurso formativo dos jovens considerando:

- contribuições dos diferentes povos para a formação do Brasil;
- a construção social da identidade e da diferença;
- desigualdades raciais;
- instrumentos de combate ao racismo e intervenção social;
- olhar sobre o território e plano de ação.

É importante estabelecer uma regularidade nos encontros do processo formativo. O objetivo é instrumentalizar os alunos para que estes sejam atores de intervenção.

continua na próxima página

ETAPA 5 –

Planejamento de práticas de enfrentamento às desigualdades raciais

A formação tem como objetivo final a elaboração de um plano de ações práticas para o enfrentamento dos desafios relativos às questões étnico-raciais identificados no território. Esse plano deve ser elaborado pelos alunos a partir de suas experiências e dos conhecimentos construídos ao longo do processo formativo.

Segue um modelo que pode ser implementado:

PROBLEMA	AÇÃO DE INTERVENÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	RESPONSÁVEIS		PERÍODO	
			DIRETOS	PESSOAS ENVOLVIDAS	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO
Evasão escolar de alunos negros	Articulação com as instituições de garantia de direitos fundamentais do território	Recurso humano para articulação territorial, telefone, computador com acesso à internet, espaço físico para reunião	Diretor Rafael Silva	Aluno X Funcionário X	10/03/2018	10/12/2018

Eixo:

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

Boa prática:

Espetáculo Lei 10.639/03 e Gestão para Equidade

Resumo:

Com o apoio da equipe pedagógica, os alunos protagonizam uma peça teatral sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, trazendo as problemáticas, riquezas e fraquezas que identificam em suas experiências com a temática. São responsáveis por escrever o roteiro, construir objetos e cenários e realizar apresentações nas escolas do território.

Projeto:

Juventude Negra.

Objetivo:

sensibilizar comunidades escolares sobre a importância da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo: um semestre.

Condições materiais:

computador com acesso à internet para pesquisa; espaço físico para ensaios; espaços para apresentação; roupas e fantasias; materiais de papelaria; câmera fotográfica.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento dos marcos legais e currículo; construção de roteiro; interpretação teatral/artes cênicas; valorização da diversidade.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação dos materiais

A equipe proponente deve conhecer e elaborar a apresentação dos materiais que normatizam a educação para as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos para a comunidade discente.

Documentos referenciais

- Lei 10.639/03
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Lei 11.645/08
- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Além da elaboração do material conceitual, deve apresentar a proposta e mobilizar atores da equipe pedagógica da escola para conseguir materiais que sirvam de suporte para os alunos criarem o cenário necessário para a realização da apresentação teatral.

Caso o profissional da disciplina de Artes da escola não tenha conhecimento de artes cênicas e/ou não possa colaborar, estabelecer parceria com algum grupo de teatro do território que possa orientar a atuação dos estudantes.

Outro passo importante é comunicar a escola sobre o projeto e abrir inscrições para que os alunos possam aderir livremente à iniciativa. Caso o número de inscritos ultrapasse o esperado, a equipe pode fazer entrevistas e uma seleção considerando a diversidade que compõe a comunidade escolar (gênero, grupos de idade, identidade étnico-racial etc.).

ETAPA 2 –

Formação dos alunos e elaboração da peça teatral

Identificar como os alunos veem a implementação da temática na escola com as seguintes perguntas:

1. O que você sabe sobre história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?
2. O que a escola ensina sobre essa temática?
3. Como o tema aparece nos materiais didáticos?
4. Como o racismo aparece na escola? Dê exemplos.
5. Qual importância da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena para a valorização da população negra e indígena?

A partir das respostas dos estudantes, montar um painel dividido em aspectos positivos e negativos presentes no diálogo. Esse mural deve ser sistematizado para orientar a elaboração da peça pelos estudantes.

Posteriormente, introduzir os marcos legais que orientam a apresentação da temática, sobretudo as discussões propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Orientar o grupo que sua percepção inicial, proveniente de como a temática aparece no cotidiano escolar, somada às orientações dos marcos legais, deve pautar a elaboração do roteiro da peça teatral a ser construída.

Com o auxílio do profissional com conhecimento em artes cênicas, os estudantes devem receber orientação sobre elaboração de roteiro e construção de personagens e cenários. O objetivo do grupo deve ser sensibilizar todos os atores da escola para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

continua na próxima página

ETAPA 2 – CONT.

A escola autora da atividade sugere como temas a ser abordados na peça:

- visão de África;
- contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a construção do Brasil;
- desigualdades raciais;
- racismo na escola;
- as cotas raciais;
- estética negra e identidade;
- o lugar social da jovem negra e do jovem negro (indicadores sociais de violência em relação a negros e negras);
- gestão escolar promotora da equidade racial.

ETAPA 3

Apresentações no território

A equipe pedagógica, em parceria com os alunos, deve convidar outras instituições de ensino presentes no território para propor a apresentação do espetáculo.

A primeira exibição deve acontecer na escola dos próprios estudantes. Deve-se divulgar o espetáculo nos espaços públicos da comunidade, visando ter um público amplo a ser sensibilizado sobre a temática. Após a peça, o público deve ter um espaço para que possa falar sobre suas impressões da temática trazida pelo grupo – um debate ou até mesmo um mural. Posteriormente, o grupo segue para sensibilizar outras comunidades escolares com a apresentação teatral.

Eixo:

POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Boa prática:

Pesquisa sobre racismo em livros didáticos

Resumo:

O projeto propõe uma avaliação que estimula a reflexão sobre questões raciais e diversidade nos livros didáticos. Partindo do acervo existente e utilizado pela escola, cada professor deve escolher alguns materiais como referência e apresentar na reunião pedagógica a fim de discutir a implementação da temática. Esses livros serão trabalhados em sala de aula com os alunos para que identifiquem como o racismo aparece em seus materiais didáticos e realizem pesquisa para construir um repertório antirracista dos fenômenos apresentados. Essa atividade dará subsídios para a escola repensar os instrumentos didáticos e paradidáticos utilizados em sala de aula.

Projeto:

Um olhar para a consciência racial.

Objetivo:

avaliação dos livros didáticos a partir das orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários; alunos.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

livros; laboratório de informática com computadores com acesso à internet; material de papelaria.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento aplicado dos marcos legais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; leitura crítica de livros.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Apresentação do projeto

A equipe proponente solicita que os professores levem para a próxima reunião alguns dos livros didáticos que estão utilizando em sala de aula. No encontro, apresentam as ações previstas no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para o eixo material didático e paradidático nas escolas.

Os professores devem ser orientados a trabalhar uma leitura crítica junto aos alunos sobre o racismo nos materiais didáticos utilizados no processo formativo.

ETAPA 2 –

Identificação do racismo nos livros didáticos em sala de aula

É importante lembrar que o racismo não aparece apenas em forma de imagens e estereótipos, mas também na ausência e/ou deturpação de histórias, saberes e contribuições de povos não ocidentais nos diferentes campos de conhecimento – uma forma de manter as hierarquias raciais e negar o lugar de grupos historicamente discriminados como sujeitos que contribuíram para a história da humanidade.

Os alunos devem ter acesso às orientações presentes nos marcos legais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

A partir desses referenciais, fazem um mergulho nos materiais didáticos visando identificar as presenças e ausências do tema. Os professores devem formar grupos de alunos para que estes reescrevam e/ou incluam sob sua orientação novos repertórios/conteúdos sobre a abordagem da temática que valorizem a diversidade. Essa pesquisa pode levar a comunidade escolar ao encontro de novos referenciais que poderão vir a ser adotados em sala de aula, além de estimular a problematização dos conteúdos presentes nos livros didáticos recebidos de esferas superiores – em alguns casos, sem consulta às equipes pedagógicas das escolas.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 3

Envio de relatório à Secretaria de Educação

A partir da leitura crítica dos livros, a equipe pedagógica, em parceria com os alunos, pode elaborar um documento com observações sobre conteúdos inadequados e ausentes dos materiais didáticos a ser remetido para a Secretaria de Educação – e outros órgãos superiores responsáveis pelo envio desses materiais – com o objetivo de influenciar a escolha dos livros usados nas escolas.

Assista este vídeo de Ana Paula Xongani, no qual a blogueira problematiza um livro enviado a todas as escolas públicas do município de São Paulo que contém conteúdos explícitos de racismo:

<https://www.youtube.com/watch?v=ONMqIROJ9pI>

ETAPA 4

Exposição Educação Antirracista nos Livros Didáticos

A última etapa do projeto é a exposição com os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes em espaços comuns da escola. É um momento importante de socialização da leitura crítica dos materiais, bem como da forma como reescreveram e/ou incluíram os tópicos apresentados.

Eixo:

**GESTÃO DEMOCRÁTICA
E MECANISMOS DE
PARTICIPAÇÃO JUVENIL**

Boa prática:

**Concurso de redação e
histórias em quadrinhos**

Resumo:

A escola estabelece parceria com instituições do território – lojas; ONGs; órgãos públicos – para obter apoio na aquisição dos prêmios direcionados ao concurso. Lança edital público convocando a comunidade discente para participar do concurso de redação e histórias em quadrinhos. A equipe docente deve abordar a temática na sala de aula como forma de instrumentalizar a produção dos alunos. Forma-se uma comissão com representantes de todos os segmentos da escola, que irá selecionar as redações e a história em quadrinhos premiadas.

Projeto:

Orgulho de se afirmar negro.

Objetivo:

seleção e premiação de redações – uma para cada ano atendido pela escola (ex. 1º ao 9º) – e uma história em quadrinhos que aborde a temática “Orgulho de se afirmar negro”.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo: dois meses.

Condições materiais:

computador; impressora; material de papelaria; cartazes.

Habilidades desenvolvidas:

leitura; escrita; conhecimento sobre gêneros textuais; valorização da identidade negra.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Constituição de parcerias

O grupo proponente apresenta a proposta aos profissionais que atuam na escola com o objetivo de construir parcerias que estimulem e auxiliem a participação dos alunos – por exemplo, na abordagem da temática na sala de aula.

Ao ganhar adeptos para a iniciativa, deve pensar qual premiação seria importante para os alunos do contexto em que a escola está inserida e como conseguir garantir recursos para sua aquisição.

A escola autora inscreveu o projeto no edital do Instituto Unibanco, o que possibilitou recursos para premiar as doze melhores redações (uma de cada ano dos níveis de ensino) com um celular para cada autor e a melhor história em quadrinhos com um tablet.

Centros comerciais do território, editais públicos e de institutos empresariais, ONGs, empresas e outras instituições podem atuar como parceiros para a aquisição dos prêmios.

ETAPA 2 –

Elaboração da chamada pública e formação da comissão julgadora

O grupo proponente deve convocar membros de todos os segmentos da escola (gestão escolar; docentes; grêmios estudantis; conselho escolar; pais etc.) para formar uma comissão representativa que irá elaborar a chamada pública do concurso e compor a comissão julgadora de seleção.

A chamada pública precisa conter os seguintes itens:

- objeto – o que ela pretende realizar;
- tema;
- definição da redação e da história em quadrinhos;
- critérios, local e período para inscrição;
- critérios de análise para a comissão julgadora;
- premiação;
- contato/central de dúvidas.

Após a definição da comissão julgadora e da chamada pública, deve elaborar material de comunicação (cartazes; folders etc.) a ser divulgado na escola.

ETAPA 3 –

Divulgação do concurso

Além de espalhar o material de divulgação pelos espaços comuns da escola, a comissão deve visitar cada uma das salas de aula para falar sobre a importância da temática e convidar os alunos para participar. Os docentes parceiros podem reservar uma ou mais aulas para abordar a temática e incentivar os alunos a enviar suas produções.

continua na próxima página

ETAPA 4 –

Seleção dos materiais

A comissão julgadora deve definir um local de entrega das produções dos alunos e acompanhar diariamente as inscrições. Após o encerramento, conforme a data estabelecida na chamada pública, deve iniciar a seleção dos materiais. Cada redação e cada história em quadrinhos devem ser avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos no edital, por até três membros da comissão. As notas devem ser somadas e divididas por três.

Após a finalização do processo, a comissão deve parabenizar todos os participantes, produzir um mural com todas as atividades elaboradas e preparar o evento de premiação.

ETAPA 5 –

Premiação

No dia da premiação, os alunos se reúnem em espaço comum, que pode ser o pátio da escola. Nesse espaço, deve ser exposto o mural com todas as atividades elaboradas misturadas – ganhadoras e não ganhadoras do concurso. A comissão pode convidar um especialista na temática identidade negra para fazer uma oficina/palestra. É importante que seja apontada a potencialidade dos materiais apresentados ao concurso e o envolvimento da comunidade discente. Após valorizar a participação de todos, inicia-se o processo de premiação das redações e da história em quadrinhos. Para que os alunos premiados possam falar sobre suas produções, cada uma delas deve ser projetada para todo o público.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Boa prática:

Entre jovens

Resumo:

A escola aplica uma avaliação diagnóstica para identificar os diferentes graus de proficiência dos alunos em matérias definidas – podem ser aquelas com maior taxa de reprovação. A partir dos resultados, estabelece horários de reforço nos quais os alunos que têm mais facilidade com determinadas disciplinas auxiliam os demais colegas no processo de aprendizagem.

Projeto:

Gestão Escolar para Equidade – Juventude Negra.

Objetivo:

aumentar o rendimento escolar dos alunos por meio de orientação e troca entre pares.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo: contínuo.

Condições materiais:

computador; impressora; livros; sala para reforço escolar.

Habilidades desenvolvidas:

compromisso coletivo; troca de experiências; solidariedade.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Avaliação Diagnóstica

A equipe pedagógica seleciona os anos com menores índices de desempenho – ou todos – em algumas disciplinas e aplica a avaliação diagnóstica. Além de levar em consideração os descritores das habilidades e competências previstas para aqueles anos e disciplinas, pode coletar informações individuais no questionário, como escolaridade dos pais, identidade de gênero, raça/cor, renda etc⁶.

As escolas também têm a possibilidade de acessar seus boletins de desempenho individual das avaliações externas, como ANA e Prova Brasil. Consulte os links a seguir:

PROVA Brasil

<http://sistemasprovabrasil.inep.gov.br/provaBrasilResultados/>

ANA

<http://ana.inep.gov.br/ANA/view/selecaoAno.seam?cid=34299>

Basta ter o código da escola e selecionar o ano de interesse.

Esses boletins são boas referências porque possibilitam à escola olhar para o seu desempenho geral e identificar o percentual de alunos proficientes em cada nível, com descritores dos níveis pautados nos marcos legais. Esses descritores são parâmetros para entender os direitos de aprendizagem dos alunos para aqueles anos em que as provas são aplicadas.

Você também pode obter informações sobre o território da sua escola na seção Educação em Números, do Observatório de Educação, portal desenvolvido pelo Instituto Unibanco. Acesse no link a seguir:

<https://educacaoemnumeros.observatoriodeeducacao.org.br>

.....

6. Elementos que podem ser utilizados para a análise das desigualdades na garantia da aprendizagem.

ETAPA 2–

Formação de parceria com os alunos

Alguns alunos têm bom desempenho em Português, mas péssimos resultados em Matemática. Por esse motivo, ao identificar as facilidades e dificuldades dos alunos, a equipe pedagógica pode estabelecer parceria para que estes atuem como facilitadores da aprendizagem em horário extra-classe/de reforço nas disciplinas em que têm melhor desempenho e possam frequentar monitoria dada por outros colegas naquelas em que não se saem tão bem. Essa iniciativa cria uma rede de solidariedade e segurança entre a comunidade discente e fortalece o combate às desigualdades na educação.

Para isso, a gestão escolar precisa ter um olhar atento e sensível às desigualdades existentes – especialmente de raça/cor e gênero – e garantir espaço e condições materiais para a realização do reforço escolar entre os alunos, bem como fazer com que a equipe pedagógica auxilie o trabalho dos estudantes que atuarão como monitores.

A escola pode trabalhar com horários fixos semanais até que os resultados esperados sejam alcançados.

Conheça o projeto Jovem de Futuro, iniciativa do Instituto Unibanco que busca melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio de escolas públicas:

<http://jovemdefuturo.org.br/>

Eixo:

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Boa prática:

Oficina de grafite

Resumo:

Por meio de parceria com grafiteiros do território, a escola passa a disponibilizar oficinas de grafite para os alunos. Durante o processo de desenvolvimento das técnicas, os participantes têm contato com a história e os diferentes estilos do grafite. Para finalizar o projeto, discutem uma temática a ser trabalhada – de preferências afro-brasileira e africana – e realizam uma grafiteagem nos muros disponibilizados pela escola.

Projeto:

Nargila – Nascido em uma jornada.

Objetivo:

valorizar as práticas de cultura urbana realizadas e protagonizadas por jovens negros e periféricos nos subúrbios do Brasil a fim de construir uma maior identificação dos alunos com o ambiente escolar.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos; grafiteiros do território.

Tempo: um bimestre.

Condições materiais:

sala de aula; televisão e aparelho reprodutor de filme; folhas de sulfite; lápis; lápis de cor; latas de spray de diferentes cores; tinta branca; parede disponíveis para intervenção artística na escola.

Habilidades desenvolvidas:

trabalho em equipe; conceituação de obra em murais; técnicas de pintura em parede; domínio dos efeitos das cores; conhecimento sobre a história do hip-hop.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Garantia das condições materiais

A escola deve constituir parceria com artistas grafiteiros do território para a realização das atividades na unidade. Se possível, garantir recursos para valorizar a atuação desses artistas como educadores.

Ao estabelecer a parceria, deve levantar junto aos grafiteiros quais são os materiais necessários para a realização das oficinas com os alunos. Geralmente, os recursos utilizados para as oficinas de grafite são caros, por isso a escola pode estabelecer uma parceria com uma loja de tintas ou qualquer outro comércio do bairro para conseguir os materiais, realizar uma festa para conseguir os valores etc. Vale usar a criatividade.

As oficinas devem ser divulgadas para os alunos nos espaços comuns da escola. Se houver número limitado de vagas, fazer um processo de seleção que considere a diversidade existente no ambiente escolar.

ETAPA 2 –

Oficinas

Os educadores devem introduzir aos alunos a história do grafite e suas diferentes formas de expressão, qual lugar ocupa na cultura hip-hop e sua importância para o contexto local.

Filmes sugeridos

Apenas um ponto de vista, Grupo OPNI.

<https://www.youtube.com/watch?v=8aU1U3GOv9I>

The beat street, de Stan Lathan.

<https://vimeo.com/130671233>

Série *The Get Down*, Netflix.

<https://www.netflix.com/br/title/80025601>

As oficinas devem ser divididas de acordo com os temas de grafiteagem: projeto; técnicas de utilização do spray; bicos de spray; técnicas de pintura em parede; tipos de grafite: *Wild Style*, *Abstracto*, *Dirty*, *Icons*, *Block Letter*, *Tags*, *Bomber*, 3D etc. Em cada etapa, os alunos devem ter contato com a prática do desenho.

Na finalização do projeto, discutem uma temática a ser trabalhada por meio do grafite na escola. O que esses alunos querem comunicar para a comunidade escolar? A escola autora grafitou lideranças da luta antirracista nas paredes internas da escola. Após a definição da temática, os alunos rascunham em folhas de papel as obras que irão realizar no Dia do Grafite na Escola.

ETAPA 3 –

Grafiteagem

Os alunos irão grafitar seus projetos rascunhados nas oficinas nos muros da unidade educacional disponibilizados pela gestão escolar. É importante que seja um espaço visível e de convivência entre os alunos. Após a finalização do projeto, professores de diferentes disciplinas podem realizar uma visita à galeria a céu aberto protagonizada pelos estudantes da escola.

Eixo:

**POLÍTICA DE
MATERIAL DIDÁTICO E
PARADIDÁTICO**

Boa prática:

Sarau

Resumo:

Os docentes, com suporte da gestão escolar, selecionam livros de contos e poesias africanos, afro-brasileiros e de escritores independente locais para estimular a visibilidade e a participação dos estudantes a partir da aproximação com temas de seu cotidiano.

Projeto:

Nos varadouros da equidade racial.

Objetivo:

mobilizar a comunidade docente para a seleção de produção literária africana, afro-brasileira e local para as disciplinas de Língua-Portuguesa e Literatura a fim de estimular a produção e a participação dos estudantes.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários; alunos.

Tempo: bimestral.

Condições materiais:

espaço físico (pátio, auditório, sala etc.); livros de literatura africana e afro-brasileira; microfone; caixa de som; papel; canetas.

Habilidades desenvolvidas:

leitura; produção literária; escrita; protagonismo juvenil; integração da comunidade escolar; valorização da diversidade; comunicação oral.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Construção de projeto e aquisição de material

Os professores de disciplinas correlatas à Literatura devem elaborar um projeto de estudos de literatura africana e afro-brasileira que tenha como momento de culminância um sarau literário na escola, que fará parte do currículo e da avaliação dos estudantes e será protagonizado por eles.

O livro *Letramentos de reexistência. Poesia, grafite, música, dança: hip-hop*, de Ana Lúcia Silva Souza, ajuda a formar a equipe pedagógica sobre a importância e a potência de trabalhos com essa temática e método.

Para desenvolver o trabalho, é importante conhecer a vasta produção existente nesse campo que servirá como disparadora do trabalho com os alunos. Seguem abaixo algumas sugestões:

- *Punga*, de Elizandra Souza e Akins Kintê.
- *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus.
- *Teoria Geral do Fracasso*, de Hamilton Borges.
- *O Hip Hop está Morto*, de Toni C.
- *Coleção Samba Escritos*, de Carmem Faustino, Maitê Freitas e Patrícia Vaz.
- *Perifeminas*, da Frente Nacional de Mulheres no Hip-Hop.
- *Álbum Sobrevivendo no Inferno*, do grupo Racionais MC's⁷
- *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo.
- *Luuanda*, de José Luandino Vieira.
- *O canto dos escravos*, de Paulina Chiziane.

Além das sugestões, a equipe pode pesquisar e adquirir materiais de escritores independentes do território. A gestão escolar deve auxiliar os professores na aquisição de materiais desse gênero para o desenvolvimento do projeto.

.....

7. A partir de 2019 este álbum passa a integrar a literatura obrigatória do vestibular de uma das universidades mais importantes do país, a Unicamp.

ETAPA 2 –

Literatura afro-brasileira, africana e local no currículo

Após desenhar o projeto, os professores devem levar os materiais para a sala de aula, apresentar os autores aos alunos e seu contexto de produção. Podem, também, estimular pesquisas e trabalhos mais aprofundados.

A apresentação de escritores comuns, que saem das periferias e espalham os saberes locais pelo mundo, estimula o interesse literário dos estudantes. A partir das linguagens e gêneros apresentados, os docentes devem provocar os alunos a produzir suas próprias narrativas do cotidiano e apresentá-las no microfone aberto que estará disponível no sarau da escola.

ETAPA 3 –

Sarau da escola

A partir da identificação dos alunos engajados no projeto, a equipe pedagógica deve estimulá-los a assumir o protagonismo e a apresentação do sarau da escola, onde terão espaço para compartilhar suas produções literárias. A participação nos saraus deve compor o repertório de avaliação das disciplinas, sendo uma das estratégias de participação e produção dos alunos.

Eixo:

**POLÍTICAS DE
FORMAÇÃO PARA
GESTORES E
PROFISSIONAIS PARA
EDUCAÇÃO**

Boa prática:

**Caminhada etnográfica:
mapeando a comunidade**

Resumo:

Os alunos são estimulados a fazer um mapeamento do território, reconhecer lideranças e/ou grupos e desvendar histórias sobre o desenvolvimento e particularidades da comunidade. A partir da identificação de uma liderança local, contam com o apoio para contatar pessoas, grupos e instituições que conhecem e vivenciaram diferentes momentos da história do bairro. Com eles, irão gravar entrevistas, levantar materiais e fazer registro fotográfico que visam compor um trabalho sobre a diversidade existente na comunidade em que vivem. Os resultados podem ser expostos em programas de rádio, fanzine, jornal, blog, mural etc.

Projeto:

Negritude fala mais alto!

Objetivo:

identificar a história e diversidade do território em que a escola está inserida e contribuir para o reconhecimento e a valorização dessa diversidade que compõe a comunidade.

Atores:

alunos; profissionais da educação; atores/instituições do território.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

mapa; caderno de campo; máquina fotográfica; gravador.

Habilidades desenvolvidas:

desenvolvimento das noções de espaço, tempo e sistematização de informações; compreensão da diversidade de que compõe o território em que vivem; identificação e valorização do território.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Planejamento do mapeamento

Em reunião pedagógica, o proponente deve apresentar o projeto de mapeamento da comunidade e sua devida importância com o objetivo de agregar um grupo de profissionais que tenham interesse em desenvolver ações com os alunos da escola.

O ideal é que o projeto seja interdisciplinar, podendo orientar ações de disciplinas como Geografia, História, Português e Artes. Essas áreas podem trabalhar em conjunto conhecimentos relativos a espaço geográfico, construção de mapa e marcos da comunidade, manifestações culturais, história oral e escrita.

O grupo de professores pode escolher turmas específicas ou apresentar o projeto e abrir inscrições para livre adesão dos estudantes. De qualquer uma das formas, o projeto deve compor o currículo e o repertório de avaliação.

ETAPA 2 –

Identificação de lideranças

Após a definição do grupo de alunos, a equipe pedagógica deve identificar quais são as principais referências e lideranças da comunidade em que vivem. Os alunos podem levar tarefas para casa a fim de levantar informações com suas famílias e vizinhos.

Exemplo de roteiro

1. Quem já estava aqui quando você chegou?
2. Quem é conhecido(a) por toda a comunidade? Por quê?
3. Quando as pessoas têm um problema, quem elas procuram no bairro (moradores)?
4. Existe um centro comunitário? Onde fica?
5. Quais são os grupos culturais da comunidade (festas, instituições, grupos autônomos, igrejas)?
6. Existe algum time esportivo na comunidade? Qual sua história?
7. Quais são os espaços públicos e coletivos do bairro? Quando surgem? De onde vem seu nome?
8. Existe algum espaço discriminado na comunidade? Por quê?

A partir desse mapeamento prévio, os docentes podem ajudar os alunos a chegar ao nome de lideranças, grupos e instituições importantes, de onde serão escolhidas pessoas da comunidade que irão auxiliar nos próximos passos do trabalho.

O grupo responsável por secretariar o mapeamento deve fazer o contato com as lideranças, instituições e grupos identificados para agendar uma reunião a fim de apresentar o projeto, solicitar apoio voluntário e estabelecer uma agenda para a etnografia monitorada no bairro e a visita aos grupos e instituições.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 3 –

Definição de tarefas

Após a definição das referências do território (lideranças, instituições e grupos), a equipe pedagógica deve apresentar os papéis existentes em um mapeamento e dividir as tarefas – que podem ser por turmas ou grupos.

Alguns exemplos de atribuições:

- secretaria (lista de entrevistados e contatos);
- roteiro e entrevistas com lideranças/referências;
- registro (fotografia, áudio e vídeo);
- visita às instituições;
- coleta de dados e materiais/arquivos sobre a comunidade;
- produção de conteúdo (textos, vídeos, áudios etc.).

ETAPA 4 –

Realização da etnografia na comunidade

A visita etnográfica, previamente combinada com a liderança/referência comunitária, deve ser realizada com todo o grupo de alunos que participam do projeto.

A equipe pedagógica deve orientá-los a ficar atentos aos detalhes dos espaços, aos fatos narrados pelos moradores, aos nomes citados e aos locais indicados. Os participantes devem, a partir desse evento, definir quais serão as pessoas da comunidade que irão entrevistar.

O professor de Português deve solicitar um relato de observação de cada um dos alunos como resultado da atividade.

ETAPA 5 –

Entrevistas

O docente responsável pela disciplina de História deve orientar os alunos a elaborar um roteiro de entrevistas a ser agendadas com as personalidades identificadas durante a etnografia.

Sugestão de roteiro

1. Como você chegou a este bairro?
2. Quais são as lembranças marcantes da sua história neste local?
3. Você sabe por que a comunidade tem esse nome?
4. Você sabe a origem do nome da rua onde mora?
5. Você gosta de viver aqui? Por quê?

ETAPA 6 –

Apresentação de resultados

Todo o material coletado durante e após a etnografia deverá ser organizado e apresentado à comunidade escolar, com o objetivo de valorizar a história do local onde está instalada. Como forma de expor os resultados, os alunos podem desenhar e personalizar mapas identificando espaços e pessoas, escrever histórias, editar e exibir vídeos e áudios, expor fotografias, elaborar mural etc. Para compor a exposição dos resultados, também podem propor palestras a ser realizadas por moradores. Os estudantes devem aproveitar o momento para fazer um relato à comunidade escolar de como foi a experiência e o que isso acrescentou para seu processo de aprendizado e construção de identidade.

Eixo:

**POLÍTICAS DE
FORMAÇÃO PARA
GESTORES E
PROFISSIONAIS PARA
EDUCAÇÃO**

Boa prática:

Central de mídia

Resumo:

São realizados encontros temáticos a fim de mobilizar a comunidade escolar para aderir a um projeto de comunicação local. Esses encontros visam fazer refletir sobre o papel da comunicação como instrumento de intervenção social. A comunidade discente é estimulada a se inscrever no projeto central de mídia, que oferecerá oficinas de jornalismo. A partir de oficinas que contemplam as diferentes linguagens da comunicação, os alunos recebem formação técnica e contextual para a criação da central de mídia. Em cada oficina, produzem materiais que irão compor o instrumento de comunicação escolhido para movimentar a central da escola.

Projeto:

Auto-falante – De quem é essa voz?

Objetivo:

oferecer as condições e explicitar os artifícios do discurso jornalístico para que os alunos do Ensino Médio possam criar e gerir de forma autônoma e crítica um canal de notícias, tornando-se protagonistas de seu cotidiano.

Atores:

alunos do Ensino Médio.

Tempo: oito meses.

Condições materiais:

laboratório de informática com computadores conectados à internet; impressora; espaço físico para oficinas; livros; gravador; máquina fotográfica.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica de contexto; fotografia; escrita; expressão oral; produção editorial; construção de notícias; entrevista; conhecimentos sobre desigualdades de gênero, raça e classe.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Identificação de parceiros

A equipe proponente da construção de uma central de mídia deve identificar atores e grupos com experiência em diferentes linguagens da comunicação social para estabelecer parceria a fim de oferecer oficinas para alunos do Ensino Médio.

Sugestão de campos dos parceiros: fotógrafo (a), escritor (a), redator (a), ator (a), cineasta, comunicador (a) social, locutor (a) de rádio, poeta, coletivos de comunicação etc.

É importante envolver atores com uma história que dialogue com a realidade dos estudantes da escola na qual o projeto será desenvolvido, a fim de inspirá-los na construção do seu projeto de vida.

Cada parceiro irá se comprometer a falar sobre sua trajetória e realizar uma formação com os alunos na área em que atua, estimulando-os a pensar sobre o território do entorno da escola a partir das técnicas apresentadas.

ETAPA 2 –

Roteiro de formação

A partir do objetivo traçado, o grupo deve preparar um pré-roteiro de formação dos alunos que irão aderir ao projeto de construção da central de notícias da escola. Esse roteiro deve contemplar as linguagens dos instrumentos para os quais a escola tem estrutura para trabalhar – fanzine, jornal, rádio, vlog, blog etc.

OBS.: a instituição autora deste projeto, devido à dificuldade de acesso à internet, trabalhou a produção de fanzine com os materiais que os alunos elaboraram sobre a comunidade e a escola.

Se a escola tem laboratório de informática com acesso à internet, a central de notícias pode ter blog, canal do YouTube, ou até mesmo uma rádio que funcione nos horários de intervalo, por exemplo.

Para inspiração, o roteiro de encontros abertos e oficinas de formação preparado pela instituição autora contempla:

- oficina de introdução ao jornalismo: ética no jornalismo e como a mídia faz cobertura temática. A formação teve como foco em gênero, raça e sexualidade e construção de estereótipos;
- oficina de jornalismo: produção editorial de revista, jornal e vídeo;
- oficina de jornalismo: pauta e construção de notícias. Foram apresentadas matérias produzidas sobre a periferia para a compreensão da estrutura de uma notícia e a problematização sobre a forma como a periferia é abordada. Buscou-se estimular a reflexão sobre a comunidade em que vivem;

continua na próxima página

ETAPA 2 – CONT.

- oficina de jornalismo: entrevista. As técnicas de entrevista e ética no respeito à fonte foram exploradas a partir do estímulo à realização da atividade entre os alunos. Em duplas, eles exerceram a escuta ativa entrevistando um ao outro;
- oficina de jornalismo: escuta e narrativa. Foram exploradas técnicas de diálogo, escuta e comunicação não violenta (CNV) a fim de melhorar a interação entre os alunos;
- oficina de jornalismo: foto e vídeo. Os participantes aprenderam técnicas e formas de usar o celular para enquadrar fotos e elaborar vídeos;
- oficina de jornalismo: direitos humanos de jornalismo no Brasil. Nesse tópico, pode-se trabalhar o papel das mídias alternativas para a denúncia de violação de direitos humanos. O grupo trabalhou com temas que afetam a periferia;
- oficina de jornalismo: jogos teatrais. Criação de situações-problema em que os participantes assumem papéis e têm que pensar possíveis soluções. O grupo trabalhou com situações de machismo e o papel do feminismo;
- oficina de jornalismo: produção de texto I e II. Foram trabalhadas técnicas de redação, produção de texto e hipertexto com a autora de um livro que foi entregue previamente aos alunos.

A equipe deve apresentar o projeto para todo o corpo pedagógico a fim de que todos participem e estimulem a adesão dos alunos. É preciso definir, conforme a realidade da escola, se as atividades serão realizadas dentro da grade curricular ou no contraturno e se comporão o repertório de avaliação.

ETAPA 3 –

Mobilização da Comunidade Escolar

Para divulgar o projeto à comunidade discente e compor o grupo de alunos que irão aderir ao processo formativo para a construção da central de mídia, devem ser realizados encontros abertos no turno com maior adesão da unidade. Para esses encontros devem ser convidados atores estratégicos na área de comunicação, que irão abordar suas experiências e temáticas específicas. Todas as exposições devem acontecer em lugar comum da escola e ser seguidas de debate aberto com os alunos.

A instituição autora realizou quatro encontros abertos, expostos a seguir como sugestão:

1º Encontro

Apresentação do projeto seguida de exibição de documentário com debate. O documentário tem relação com a realidade vivida por jovens no território: violência e racismo. Podem ser escolhidos temas diversos que se relacionem com o contexto de atuação. Se houver um filme produzido por cineasta e/ou coletivo de comunicação da cidade/estado que dialogue com a realidade do território, um bom desafio é levá-lo para que a comunidade escolar tenha contato com o/s responsável/eis pela obra e seja estimulada.

2º Encontro

Apresentação de uma linha do tempo sobre as mídias e tecnologias de comunicação/informação, a fim de despertar curiosidade para a produção nos dias atuais. É importante que os alunos compreendam como as mídias tecnológicas mudaram ao longo dos anos e como elas têm reflexos no cotidiano das pessoas. A equipe pode convidar um profissional da comunicação que passou por diferentes fases dessa linha do tempo e tem uma carreira consolidada.

ETAPA 3 – CONT.

3º Encontro

Grupos/coletivos de mídias alternativas – especialmente das periferias – são convidados para falar à comunidade discente sobre como criar mídias independentes e o papel desses instrumentos nos territórios. Nesse encontro, a instituição proponente solicitou que esses grupos abordassem, além de sua atuação, os temas de parcialidade na mídia e vozes de grupos historicamente discriminados – como a produção de mulheres jornalistas. O público é estimulado a criar blogs, páginas e notícias, sendo autores de si próprios.

4º Encontro

Debate sobre a representação das periferias no jornalismo, com destaque para a invisibilidade das potências, articulações e criações desses locais. É importante que os alunos compreendam o papel da comunicação na construção de imagens e estereótipos sobre os territórios marginalizados e a importância de assumirem a autoria de suas comunidades para veicular suas potências. Para esse encontro, é importante convidar jornalistas das periferias.

Após a finalização dos encontros, a equipe deve divulgar o percurso formativo e abrir inscrições para o projeto central de mídia. Se necessário, deve fazer a seleção dos alunos inscritos considerando sua diversidade: idade, série, gênero, raça etc.

ETAPA 4–

Formação e produção de conteúdo sobre a comunidade

A formação deve ter um espaço fixo garantido pela gestão escolar, mas os participantes podem vir a ocupar outros espaços pontualmente – como biblioteca, sala de vídeo, laboratório de informática, quadra etc. – e fazer incursões com os oficinairos pelo território.

Os encontros devem acontecer com periodicidade regular, sendo o calendário apresentado no primeiro encontro. Caso ocorram dentro da grade horária, os horários podem ser intercalados a fim de não ocupar apenas a janela da mesma disciplina.

Cada encontro, pautado em uma linguagem da comunicação (escrita, fotografia, vídeo, entrevista etc.), deve estimular os jovens a ser autores de si próprios, produzindo conteúdos sobre suas comunidades.

Os oficinairos convidados, ao apresentar as habilidades de suas áreas, devem deixar um desafio como tarefa a ser produzida pelos discentes. Por exemplo: fotografar espaços e pessoas importantes da comunidade, escrever a história da escola de samba ou da pastelaria tradicional do bairro, entrevistar lideranças comunitárias etc.

O percurso formativo pode ser alterado conforme as necessidades dos alunos. Dessa forma, novos convidados e temáticas podem ser incluídos no repertório de oficinas.

Os alunos precisam ser estimulados a assumir o protagonismo da central de mídia de forma que tenham um planejamento estratégico para sua continuidade autônoma após a finalização do processo formativo. Eles devem ser multiplicadores da metodologia das linguagens entre seus pares, que virão a compor o projeto contínuo de comunicação da escola.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 5-

Difusão

Todos os materiais produzidos pelos alunos devem ser organizados e difundidos a partir do instrumento escolhido: blog, canal do YouTube, jornal, fanzine, rádio etc. Podem ser utilizados mais de um desses instrumentos, a depender a estrutura a ser oferecida pela escola.

Caso optem por um meio de comunicação para o qual a escola não tenha estrutura, podem ser estimulados a realizar uma campanha para levantar recursos para a compra de equipamentos.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Boa prática:

Resgate de alunos evadidos

Resumo:

A gestão escolar estabelece uma parceria com a rede de proteção e garantia de direitos presente no território da escola: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conselho tutelar, Saúde da Família, Secretaria de Educação, ONGs etc. Esse grupo realiza reuniões periódicas para tratar de cada um dos casos de alunos evadidos, tendo como objetivo seu retorno à escola e a garantia de outros direitos fundamentais, quando necessário.

Projeto:

Nos varadouros da equidade racial.

Objetivo:

garantir o direito à educação de alunos evadidos por meio de ação articulada com a rede de proteção que atua no território da escola.

Atores:

gestão escolar; rede de proteção; alunos.

Tempo: contínuo.

Condições materiais:

sala de reunião com rede de proteção; telefone.

Habilidades desenvolvidas:

articulação territorial; operacionalização dos direitos fundamentais; parcerias.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Fazendo a rede de proteção funcionar

Rede de proteção é a atuação conjunta das instituições existentes no território para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Considerando que cada uma delas é responsável por um direito, e que um está relacionado ao outro, o trabalho em rede fortalece a garantia dos direitos fundamentais em sua integralidade.

A educação brasileira enfrenta um desafio em relação à evasão escolar, que atinge, majoritariamente, meninos negros. Como consequência, esse é o segmento mais atingido pela violência no país. A escola é um espaço importante para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas sozinha ela não consegue resolver toda a problemática presente por trás de cada trajetória. Por isso, se articulada com assistência social, saúde, diretoria regional de ensino, associação de moradores, conselho tutelar e outros grupos presentes no território, seu papel social será mais efetivo. Muitos casos de evasão e violência encontram na trajetória das vítimas a ausência de algum direito fundamental; por isso, a atuação convergente das instituições garantidoras de direitos contribui para a melhora dos indicadores sociais.

Dessa forma, a escola deve articular uma reunião com as instituições do seu entorno, apresentar a problemática e convidá-las para uma atuação parceira. A partir desse momento, estabelece uma agenda periódica de reuniões a fim de garantir um acompanhamento contínuo de seus alunos.

ETAPA 2 –

Intervenção em casos de evasão

As instituições parceiras, especialmente o CRAS e o conselho tutelar, devem buscar dados sobre o aluno evadido, realizar visita domiciliar a fim de compreender a problemática em torno do abandono escolar, identificar riscos sociais e afetivos, apresentar as políticas públicas disponíveis e garantir seu retorno à escola.

ETAPA 3 –

Acompanhamento dos alunos

A gestão escolar, a partir de uma reunião diagnóstica com a rede de proteção, deve apresentar a situação dos alunos evadidos para a equipe docente e elaborar um plano de acompanhamento para evitar a reincidência do abandono escolar.

Sugestão de leitura:

A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes, de Ana Lúcia Ferreira.

<http://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-10.pdf>

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Boa prática:

Redesenho curricular

Resumo:

A atividade consiste na sensibilização dos educadores para a importância do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na capacitação desses profissionais para a implementação da Lei 10.639/03 de forma interdisciplinar na instituição de ensino e na mobilização da comunidade escolar para a importância da temática.

Projeto:

Pérola Negra.

Objetivo:

propor um ciclo formativo com o corpo docente, visando a efetiva implementação da Lei 10.639/03 por meio de atividades educativas e culturais que busquem evidenciar e valorizar a ascendência africana dos estudantes.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; professores; funcionários; alunos.

Tempo: um ano.

Condições materiais:

livros; revistas; computador; datashow; filmes e documentários que abordam a história e a contribuição dos povos africanos para a humanidade nas diversas áreas do conhecimento.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento sobre história e cultura africana e afro-brasileira; leitura crítica sobre as relações étnico-raciais no Brasil; conhecimento sobre a legislação que torna obrigatório o ensino para as relações étnico-raciais; elaboração de propostas pedagógicas.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Redesenho curricular

Esta etapa deverá ser realizada durante a semana pedagógica, com a participação de todo o corpo técnico da instituição – gestores (as), coordenadores (as), professores (as) –, para conhecimento. A proposta é incluir a temática nas diferentes disciplinas, visando a efetivação da Lei 10.639/03 e atentando para a questão da interdisciplinaridade. Nesse momento, cada docente se compromete em propor uma atividade para o ano letivo que aborde a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

ETAPA 2 –

Construção de propostas para o ano letivo

Na segunda etapa, os professores apresentam atividades a ser trabalhadas ao longo do ano letivo. O desafio do grupo proponente do projeto é construir uma coerência pedagógica entre as atividades e desenhar um percurso formativo viável. Nesse momento, é importante realizar um debate sobre a interdisciplinaridade e a implementação da Lei 10.639/03 para que as questões relativas à história e cultura africana e afro-brasileira não fiquem restritas somente às disciplinas de História e Artes.

Sugestão de leitura:

Gênios da Humanidade: Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente, de Carlos Eduardo Dias Machado.

ETAPA 3 –

Atividade de sensibilização da comunidade escolar (palestra)

A terceira e última etapa do projeto envolve a realização de uma palestra com especialista em relações raciais e educação direcionada a toda comunidade escolar (professores, coordenadores, funcionários e estudantes). A palestra deve trazer informações sobre a história educacional da população negra no país, a participação do movimento negro na luta pela educação, o histórico de construção da Lei 10.639/03 e os desafios e potencialidades dessa lei para a transformação da educação brasileira.

Nesse momento de reflexão, é importante que os proponentes apresentem o projeto para a comunidade escolar, indicando os objetivos, as atividades e os profissionais envolvidos e abrindo, ao final, uma discussão ampla e participativa sobre o projeto de redesenho curricular.

Eixo:

**POLÍTICAS DE
FORMAÇÃO PARA
GESTORES E
PROFISSIONAIS PARA
EDUCAÇÃO**

Boa prática:

**Etnociências e a farmácia
viva: as plantas medicinais**

Resumo:

Os alunos fazem o levantamento e a sistematização de saberes locais, com recorte específico nas plantas medicinais utilizadas no dia a dia da comunidade. A partir da pesquisa, elaboram um catálogo das mudas identificadas e realizam a plantação no território da escola.

Projeto:

Juventude Negra – O resgate da cultura africana e afro-brasileira.

Objetivo:

introduzir os alunos no campo da etnociência por meio de pesquisa e reconhecimento dos saberes tradicionais utilizados no cotidiano e presentes na comunidade estudada; e articular saberes e práticas locais ao currículo e ao cotidiano escolar como forma de valorizar conhecimentos, culturas e a história africana e afro-brasileira.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo:

um bimestre.

Condições materiais:

livros; computador com acesso à internet; gravador de voz; plantas; terra.

Habilidades desenvolvidas:

relação do conhecimento cotidiano com o conhecimento científico; reconhecimento dos saberes tradicionais; valorização da contribuição de diferentes povos para o desenvolvimento da humanidade; deslocamento de povos não ocidentais do lugar de objetos para o lugar de sujeitos produtores de conhecimento.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação do projeto

O grupo proponente (professores de Ciências, Biologia, Geografia; História etc.) deve estudar o conceito de etnociência e seus métodos de identificação. A partir dessa etapa, elaborar uma oficina de sensibilização a ser realizada com a comunidade escolar.

A escola autora trabalhou com as seguintes referências:

- *Tecnologia Africana na Formação Brasileira*, de Henrique Cunha Junior.
- *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*, do Ministério da Educação.

A oficina de sensibilização deve buscar explorar os saberes tradicionais para a resolução de problemas locais, como métodos para cura de doenças, plantação, formação de redes etc.

ETAPA 2 –

Oficina de sensibilização

Nesse encontro, o grupo de educadores deve, antes de apresentar qualquer conceito, levantar os saberes tradicionais que os alunos identificam em seu cotidiano, tendo como referência o cuidado com a natureza, a produção de itens de subsistência, a habilidade com o couro, a produção de artesanato, o cultivo de plantas medicinais, a prática das rezadeiras/benedeiras etc. Cada um deve levar como atividade para casa um roteiro de pesquisa sobre formas de cura, cuidado e criação de coisas que seus familiares herdaram de pessoas mais velhas da família e/ou comunidade. No dia da oficina, cada um deve se apresentar e contar o que identificou ao realizar a tarefa de casa. Enquanto apresentam, os mediadores devem sistematizar em quadros os diferentes campos de conhecimento apresentados.

Posteriormente, abordar como todas as formas de conhecimento são construídas a partir das experiências e que muitas coisas que chegam hoje a nós como produto final – por exemplo, comprimidos – se nutrem dos saberes locais e tradicionais de diferentes povos. É importante que compreendam que há uma diversidade de culturas e práticas que contribuíram para o desenvolvimento da humanidade. Após explorar as histórias e ideias trazidas pelos alunos, o grupo deve convidá-los a fazer uma pesquisa sobre plantas medicinais na comunidade. Essa pesquisa terá como ponto de partida algumas tradições apresentadas por eles, as quais devem ser definidas nesse mesmo encontro. A partir delas, encontrarão vários outros saberes.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 3 –

Pesquisa, catalogação e plantio das mudas na escola

A equipe pedagógica deve acompanhar os estudantes na realização da pesquisa no território. Eles devem dialogar com atores estratégicos detentores e cultivadores dos saberes identificados. Esse diálogo deve levantar informações sobre como são vistos na comunidade, o que têm feito para passar os saberes e o que cada planta representa (efeitos) para a elaboração do catálogo.

Essa etapa está organizada em três atividades:

- 1ª) levantamento dos tipos de muda;
- 2ª) plantio das mudas;
- 3ª) distribuição das mudas para a comunidade.

A ideia, além de ampliar o campo de conhecimento, é realizar a integração da comunidade com o projeto.

Eixo:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Boa prática:

Indicadores de desenvolvimento

Resumo:

Realizar levantamento de histórico, dados e percepções da instituição e de seus atores para auxiliar o trabalho cotidiano de administração, implementação de projetos, monitoramento e avaliação da escola.

Projeto:

Jovens líderes para a equidade racial.

Objetivo:

produzir mapa de gestão escolar para a promoção da equidade racial.

Atores:

Secretaria de Educação; secretaria da escola; gestão escolar; docentes; alunos; famílias.

Tempo: contínuo.

Condições materiais:

equipe; sala de reunião; computador; impressora; papel.

Habilidades desenvolvidas:

sistematização; pesquisa de dados; escuta ativa; integração da comunidade escolar; metas de equalização.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 -

Mapeando as fontes

A gestão escolar deve montar uma comissão com representantes de todos os segmentos (alunos, familiares, funcionários, professores, coordenação etc.) para mapear as fontes de informações internas e externas que podem auxiliar a escola a conhecer melhor os efeitos do seu trabalho no território e elaborar um plano de trabalho para a organização desses dados.

Exemplo de fontes:

- Comunidade escolar: equipe pedagógica, funcionários da escola, alunos, familiares.
- Instituições do entorno: movimentos sociais, ONGs, associação de moradores.
- Instâncias superiores: diretoria de ensino, Secretaria de Educação, institutos de pesquisa e avaliações externas, secretarias de promoção da equidade.

Junto às fontes internas e instituições externas deve buscar e organizar as seguintes informações:

1) Dados da instituição

- Ano de fundação
- Histórico Institucional
- Infraestrutura/acessibilidade
- Código INEP

2) Estrutura, recursos e espaços de escuta

- Equipe; estrutura física/equipamentos
- Formação geral e específica na área
- Iniciativas/suporte
- Perfil de investimento; democratização das decisões
- Análise discursiva sobre a questão em eventos formais

- Análise discursiva sobre a questão em documentos oficiais
- Análise de resolução de conflitos étnico-raciais
- Relatórios pedagógicos produzidos pela escola
- Disciplinas ofertadas/quadro de ofertas
- Matrículas por série: raça/cor, gênero, perfil socioeconômico
- Ideb
- Indicador de fluxo
- Rendimento médio: série, disciplina, turno, recorte de raça/cor e gênero
- Frequência/evasão (alunos): série, disciplina, turno e recorte de gênero; frequência (professores)

Para a comunidade escolar, deve elaborar um plano de escuta que possa captar os seguintes temas:

1. Individual

- Percepção e ocupação dos espaços de poder
- Percepção da capacidade de iniciativa
- Capacidade de mobilização de redes e parceiros
- Proposição de projetos de futuro
- Percepção de autoconfiança em seus pares, comunidade, membros de uma causa comum

2. Comunidade

- Perspectiva sobre jovem
- Expectativa social: vigente > alteração
- Reconhecimento da capacidade de iniciativa
- Inserção nos espaços e reconhecimento da capacidade de liderança
- Inserção dos jovens nos espaços de poder

3. Família

- Nível de confiança e responsabilidade
- Compromisso do jovem em atividades diversas
- Percepção de autogestão
- Capacidade de iniciativa

continua na próxima página

ETAPA 1 - CONT.

4. Professores e funcionários da escola

- Percepção da capacidade de iniciativa
- Percepção de nível de responsabilidade
- Análise de produção discursiva

5. Incidência pública:

- Influência na criação de leis e decretos
- Influência na criação e proposição de políticas públicas
- Participação nos espaços e instituições de controle social
- Controle de representantes políticos

6. Alunos negros (pretos e pardos) – dados obtidos por meio de questionário dirigido

- Autodeclaração de raça/cor (alunos, funcionários, professores e outros atores da unidade, a partir das categorias do IBGE: asiático, branco, indígena, pardo e preto)
- Consciência étnica > trânsito operacionalização> pertença cultural
- Domínio do arcabouço da cultura afro-brasileira
- Percepção de identificação social
- Participação nos espaços auto-organizados e movimentos sociais ligados à comunidade afro
- Percepção crítica da ocupação negra nos espaços de poder
- Controle de representantes políticos

7. Comunidade escolar negra – dados obtidos por meio de questionário dirigido

- Análise de discurso sobre a instituição escolar e gestão
- Participação nos espaços deliberativos e de resolução de conflitos
- Dados externos: saúde da população negra local (doenças, atendimentos, drogas e álcool, DST-aids)
- Emprego e renda
- Programas assistenciais
- Segurança (violência)
- Habitação

8. Comunidade Quilombola (se houver) – dados obtidos por meio de questionário dirigido

- Percepção comunitária (análise discursiva)
- Compreensão das particularidades
- Relações construídas com comunidade
- Auto-organização
- Participação nas atividades da comunidade escolar

ETAPA 2-

Plano de trabalho

Após o desenho das instituições e atores, a comissão deve preparar um plano de trabalho para levantar as informações e elaborar uma apresentação dos resultados para a comunidade escolar.

1ª Etapa - Planejar a coleta de informações

LEVANTAMENTO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Dados da instituição	Secretaria, gestão	Fevereiro-março
Comunidade escolar negra	Gestão, professores de Geografia e Matemática	Fevereiro-abril
Percepção do espaço pela comunidade	Conselho escolar, grêmio estudantil, gestão	Mai-junho

2ª Etapa - Organizar as informações coletadas

A partir do diagnóstico geral, a unidade pode apresentar as problemáticas reveladas e os potenciais do território para a construção de soluções.

Contexto:

TEMA	DIAGNÓSTICO	PROBLEMA A SER ENFRENTADO
Comunidade escolar negra	Este segmento apresenta maior número de evasão escolar a partir do 5º ano do Ensino Fundamental	Trabalho infantil e acesso aos direitos fundamentais (como a escola se articula junto à rede de proteção)

Potenciais

TESOURO (PESSOAS, ORGANIZAÇÕES, PROJETOS)	ACÚMULOS	POTENCIAS	O QUE PODE TRAZER PARA O NOSSO PROJETO
Associação comunitária do bairro	Atua no combate à violência no território	Trabalho articulado com a família	Pode atender os alunos evadidos e ajudar a mantê-los na escola

continua na próxima página

ETAPA 3

Planejar e agir

A comissão deve preparar uma apresentação com a fotografia dos dados coletados sobre a escola no que se refere a fluxo, desempenho e desigualdades, considerando as possíveis disparidades de gênero e raça, além das problemáticas que envolvem estrutura, incidência, avaliações externas, avaliações internas etc. Para facilitar a apresentação, pode elaborar painéis a ser expostos na escola. A partir da apresentação, a comunidade escolar deve ser convidada a construir colaborativamente um plano de trabalho para a superação dos desafios apresentados pelos dados do diagnóstico.

DIAGNÓSTICO (DADO REVELADO PELO MAPEAMENTO)	AÇÃO DE INTERVENÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	PARCEIROS	RESPONSÁVEIS		PERÍODO	
				Diretos	Indiretos	Início	Término

Eixo:

**GESTÃO DEMOCRÁTICA
E MECANISMOS DE
PARTICIPAÇÃO JUVENIL**

Boa prática:

Criação de GT para monitorar e avaliar o programa e ampliar o modelo de gestão escolar para as relações étnico-raciais

Resumo:

A unidade escolar consolidou um grupo de diversos atores que têm como papel monitorar e avaliar as ações da gestão escolar para a promoção da equidade racial, tendo como foco central a garantia do direito à educação de todas as pessoas.

Projeto:

Jovens líderes para a equidade racial.

Objetivo:

mobilizar, sensibilizar e promover a equipe gestora para a execução das leis 10.639/03 e 11.645/08 no âmbito escolar e criar mecanismos de percepção e resolução de conflitos étnico-raciais no desenvolvimento da prática pedagógica.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários; alunos; conselho; comunidade escolar.

Tempo: contínuo.

Condições materiais:

espaço para reuniões; computador; impressora; papel.

Habilidades desenvolvidas:

gestão escolar para a equidade; controle social; participação.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Chamada para a composição do GT Gestão Escolar para Equidade Racial

Atores de todos os segmentos da escola devem ser convocados para uma reunião, que terá como objetivo construir um grupo de trabalho (GT) responsável por incidir nas decisões e nos projetos da gestão escolar para promover a equidade racial na escola. Essa reunião pode ser conduzida pelo conselho da escola, pelo grêmio estudantil, pela APM etc. Além de elaborar recomendações e fazer a interlocução com a gestão escolar sobre as problemáticas que envolvem a educação das relações étnico-raciais, o GT deve monitorar e avaliar as ações tomadas por diretores e coordenadores pedagógicos para fortalecer a temática e superar as desigualdades educacionais. Para engajar o grupo, os responsáveis pela convocação da reunião podem fazer a dinâmica “Que participação é essa?”, do guia *A Construção e Revisão Participativas dos Planos de Educação*, da coleção *De Olho nos Planos*.

Divida os presentes em cinco grupos e distribua tarjetas com os tipos de participação:

- **“A participação figurativa** – A partir dela, os processos participativos acontecem, é estimulada a mobilização da sociedade, acontecem eventos e atividades, mas pouco ou nenhuma atenção é dada às propostas e aos resultados dos processos. Tal participação pouco ou nada impacta o processo de tomada de decisão das metas e de outras ações, mas é exibida como grande fato político.”
- **“A participação controlada** – A preocupação aqui reside em controlar ao máximo a escolha de quem pode participar e os conteúdos que podem ser abordados no processo participativo, incidindo explícita ou implicitamente para excluir grupos ou pessoas ou coletivos que possam trazer críticas ou expor divergências que atrapalhem o bom andamento do processo’. Muitas vezes, o processo participativo já nasce de um mapeamento de quem é ‘aliado’ e de quem é ‘adversário’.”
- **“A participação colaborativa** – Nessa perspectiva, um dos verbos mais utilizados é o ‘ajudar’ e se esvazia a dimensão política dos processos. Entende-se que a participação deve ser mobilizada para que a sociedade colabore com o Estado na implementação de políticas e prioridades já definidas previamente, ou seja, que não estão em questão nos processos participativos. Muitas vezes, tal perspectiva é associada a propostas que defendem o enxugamento do Estado e o repasse da execução de políticas públicas para determinados setores sociais.”
- **“A participação consultiva** – Diferentemente da participação figurativa, aqui estão abertos canais e espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil a partir do reconhecimento da dimensão política dos processos participativos. O discurso é bastante assertivo com relação aos princípios democráticos, mas há uma imensa dificuldade de traduzir as deliberações e resultados dos processos participativos em influência na tomada de decisão e em operacionalidade para dentro das políticas públicas. Em decorrência disso, muitas vezes, tais processos e espaços funcionam como ‘colchões’ de amortecimento de conflitos sociais.”
- **“A participação burocrática** – A partir dessa noção, realizam-se e cumprem-se os rituais participativos de forma burocrática, ‘como exige a lei’, sem sentido político ou consequência prática na tomada de decisão. A abertura é mínima para dialogar com os resultados do processo e incorporá-los ao diagnóstico ou traduzi-los em mudanças nas políticas públicas. Também não há compromisso com a continuidade e nem com a articulação de tais processos com o fortalecimento de instâncias participativas.”

continua na próxima página

ETAPA 1 – CONT.

Cada grupo deve discutir o tipo de participação recebido e identificar como ele aparece em seu cotidiano. Posteriormente, apresenta para todo o grupo e abre-se o diálogo sobre qual tipo de participação esse GT em formação deve ter nas ações de gestão da escola.

Finalizada a roda de diálogo, deve-se compor o GT voluntariamente com representantes de todos os segmentos: gestão, docentes, alunos, mães e pais, funcionários etc. Caso haja um número grande de voluntários, pode-se partir para a eleição de representantes por segmento.

ETAPA 2 –

Funcionamento do grupo

O GT deve se reunir periodicamente – quinzenalmente ou pelo menos uma vez ao mês – para dialogar como a temática tem se apresentado na escola, os desafios colocados e os principais ganhos de sua intervenção.

Para ter uma atuação reconhecida na unidade, o GT deve: 1) realizar consultas periódicas sobre o tema à comunidade escolar; 2) realizar escuta específica de atores envolvidos em conflitos étnico-raciais; 3) dialogar com professores que enfrentam dificuldades ou são resistentes à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08; 4) registrar boas práticas existentes na unidade; e 5) elaborar relatórios com recomendações para a gestão.

A partir do trabalho articulado nas diferentes frentes apontadas, deve cobrar a gestão escolar sobre demandas de suporte a ser encaminhadas às instâncias superiores, como diretorias regionais, secretarias de Educação e órgãos de promoção da equidade racial.

Eixo:

**CONDIÇÕES
INSTITUCIONAIS**

Boa prática:

**Oficina de informação
e formação com
educadores, funcionários
e direção da escola**

Resumo:

Sensibilizar educadores sobre origens, memórias e histórias e a importância de sua integração ao currículo.

Projeto:

Juventude Negra.

Objetivo:

sensibilizar educadores para o trabalho com educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários da escola.

Tempo: bimestral.

Condições materiais:

espaço; livros; tarjetas; papel; canetas; bloco de notas.

Habilidades desenvolvidas:

valorização da história oral; reconhecimento da diversidade; análise curricular.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Sensibilização

Os proponentes da atividade de sensibilização convidam os educadores participantes para a oficina Origem do nome. Nessa atividade, cada um terá cinco minutos para lembrar como se deu a escolha, qual a origem e o significado do seu nome. Após a organização das ideias, devem apresentar essas informações ao grupo.

Durante as apresentações, os condutores da oficina devem fazer anotações e, posteriormente, buscar refletir sobre como nossas escolhas remetem a referências, memórias e significados e a importância desses elementos para o desenvolvimento da sociedade. Essa atividade ajuda a criar vínculo e maior envolvimento entre o grupo, abrindo possibilidades para debater temas polêmicos.

Após a atividade que envolve história e memória, prová-los a pensar como o apagamento das contribuições de povos historicamente discriminados para o desenvolvimento do Brasil se reflete sobre a subjetividade e a memória de seus descendentes, buscando abertura para a integração da temática ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e educação das relações étnico-raciais no currículo como prática permanente e fundamental.

ETAPA 2 –

Formação

Na segunda etapa, os participantes são convidados a avaliar coletivamente a dimensão 4 – Acesso, permanência e sucesso na escola, dos Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola, a fim de refletir sobre como o racismo impacta a trajetória educacional dos estudantes e a importância de saber o contexto de vida e as expectativas do público atendido como estratégia de fortalecimento dos resultados de aprendizagem.

Os Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola é uma produção da ONG Ação Educativa em parceria com UNICEF, MEC e União Europeia. Pode ser acessado no link:

http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Indicadores_RR_vf.pdf

É importante que, durante a discussão de cada um dos indicadores propostos na dimensão 4, os profissionais possam dialogar sobre a realidade local e construir consensos.

continua na próxima página

ETAPA 3 –

Mobilizando a comunidade escolar

A partir da avaliação da etapa anterior sobre as problemáticas que envolvem o racismo no cotidiano escolar, busque abordar a superação das desigualdades raciais como uma tarefa que envolve o comprometimento de toda a sociedade. Diante de uma temática tão polêmica e sensível, é importante que a comunidade escolar esteja engajada nas ações da escola que visam o combate ao racismo.

Para facilitar a compreensão sobre a importância do engajamento da escola na temática e da mobilização da comunidade escolar, exiba a animação *Educação e Relações Raciais: Apostando na Participação da Comunidade Escolar*, elaborada pela ONG Ação Educativa:

<https://www.youtube.com/watch?v=cXN9tdyDuVw>

Após a exibição da animação, provocar o grupo a elaborar estratégias de mobilização da comunidade escolar para a realização de um diagnóstico e a elaboração de um plano de ação sobre a temática, que pode ter como ponto de partida a aplicação de todas as dimensões dos Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola.

Eixo:

**GESTÃO DEMOCRÁTICA
E MECANISMOS DE
PARTICIPAÇÃO JUVENIL**

Boa prática:

**Encontros de
aprendizagem**

Resumo:

Realização de encontros formativos que subsidiaram a atuação com a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Projeto:

Jovens líderes para a equidade racial.

Objetivo:

oportunizar acesso a conteúdos, produção e debates para reflexão sobre as relações étnico-raciais na escola e na sociedade e acesso a ferramentas de intervenção social com vistas à mobilização e transformação de realidades complexas.

Atores:

gestão escolar; educadores; técnicos da Secretaria de Educação; alunos.

Tempo: contínuo (encontros de um dia).

Condições materiais:

espaço físico; cartazes; livros; computador; projetor; bloco de notas.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica das relações étnico-raciais; intervenção frente a situações de racismo; pesquisa e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Planejamento

Além de formação contínua sobre essa temática para os atores da escola, a gestão, aliada aos outros segmentos da comunidade escolar, pode realizar encontros de aprendizagem pontuais que estimulem a pesquisa e o ensino de temáticas específicas no campo das leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas respectivas diretrizes.

Os encontros de aprendizagem visam responder demandas imediatas; por isso, é preciso identificar as necessidades temáticas da comunidade escolar, levantar materiais e subsídios para a formação e o desenvolvimento dos trabalhos posteriores e fazer parcerias com especialistas e ativistas para a condução das atividades. A escola deve fazer um levantamento junto à comunidade escolar e elaborar um calendário de encontros de aprendizagem, que acontecerão ao longo do ano letivo.

Esse tipo de encontro, embora pontual, tem que oferecer ferramentas para a atuação contínua na escola, seja para o enfrentamento do racismo, seja para uma mudança curricular. O evento deve ser aberto, amplamente divulgado e tratar de interesses de toda a comunidade escolar.

ETAPA 2 –

Encontros de aprendizagem

Os encontros precisam ter espaço para escuta ativa de todos os segmentos participantes, provocá-los a compartilhar informações sobre a realidade local e projetar ideias e intervenções de efeito sobre a temática trabalhada.





